

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2017-2021** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL - SEGUNDA REUNIÃO REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E UM.**-----

----- **ATA NÚMERO CENTO E QUARENTA E QUATRO** -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, por Videoconferência, em Sessão Ordinária, segunda reunião, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor António Miguel Silva Avelãs e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, Primeiro Secretário e Segunda Secretária, respetivamente.-----

----- Para efeitos de cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 24.º-A do Código do Procedimento Administrativo, na sua redação atual, regista-se que a presente reunião foi realizada por via telemática, através da plataforma “Teams” -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Mota Vieira da Silva de Morais, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos de Alpoim Vieira Barbosa, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Inácio da Silva Ramos Antunes de Faria, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva

Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrícia Carla Serrano Gonçalves, Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel Tadeu Costa, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Ricardo de Sant'Ana Godinho Moreira, Ricardo João de Oliveira Marques, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Natacha Machado Amaro, João Carlos de Sousa Pereira, Gonçalo Maria Vassalo Moita, Diana Bechet Vale, Susana Maria da Costa Guimarães, Luis Duarte de Albuquerque Carreira, Maria João Bernardino Correia e Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte de Albuquerque Carreira.-----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Maria João Bernardino Correia. -----

----- Maria Cristina Castel Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Gonçalo Maria Vassalo Moita. -----

----- João Maria Condeixa (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Diana Bechet Vale.-----

----- António Modesto Navarro (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Natacha Amaro. -----

----- Ana Margarida de Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Carlos Pereira.-----

----- Rita Calvário (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente da Câmara, Fernando Medina, pelo Senhor Vice-Presidente João Paulo Saraiva e pelo Senhor Vereador Ricardo Veludo.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Pedro Gonçalves Pereira, Nuno Correia da Silva, Nuno da Rocha Correia, João Pedro de Abreu Costa e Ana Rita Costenla.-----

----- Às quinze horas e seis minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a reunião. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **1. APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, AO ABRIGO DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (RJAL), PUBLICADO EM ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL, E DA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ART.º 4.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA; GRELHA H – MÁXIMO 2 HORAS E 40 MINUTOS;** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde. -----

----- Muito boa tarde, Senhor Presidente. -----

----- Senhores Deputados. -----

----- Peço desculpa, aqui de questões técnicas aqui neste arranque desta reunião. -----

----- Queria saudar todos, obviamente, em especial o nosso Presidente, dar-lhe os parabéns, e desejar que tudo corra bem, por muitos e muitos anos de vida, sempre no poder e não na oposição, e estou certo que isso assim acontecerá. -----

----- Senhor Deputados, se eu não me engano, se eu não comento nenhum erro, esta é a última Informação Escrita do presente mandato, sendo um momento importante de dar nota de matérias fundamentais para a vida da cidade. -----

----- Eu começo em primeiro lugar pela área do combate à pandemia. -----

----- Para vos dar nota do que tem sido a atuação da Câmara de Lisboa, em estreita articulação com as autoridades de saúde, em assegurar serviços fundamentais nesta fase de combate à pandemia. De forma direta temos neste momento a funcionar oito centros de vacinação, operados pela Câmara de Lisboa, operados por equipas coordenadas pelo sistema de Proteção Civil, em colaboração com as autoridades de saúde, com as Juntas de Freguesia e que têm prestado um notável serviço à cidade de Lisboa, hoje creio que é amplamente reconhecido, que a criação destes centros de vacinação foi uma boa decisão, porque permitiu criar estruturas profissionalizadas dedicadas de serviço público fora dos centros de saúde, isto é especificamente dedicadas a esta operação de vacinação, concentrando recursos e meios nesta operação específico. -----

----- Os centros têm dado resposta a resposta que se exige, uma resposta de um serviço público de qualidade a todos os municípios de acordo com as regras, definidas tem tido capacidade de avançar relativamente, ao aumento da quantidade de vacinas e inoculadas que são ministradas diariamente, tem mostrado esta capacidade de adaptação e tem tido hoje, reconhecimento por parte da população sobre a sua qualidade a sua eficácia. -----

----- Gostava de sublinhar isto, para termos a noção, bem a noção importância daquilo que está a ser feito no terreno. -----

----- Nós criarmos um serviço novo de raiz, com instalações novas com equipamentos novos, com equipas novas, profissionalizadas dentro de um curto espaço de tempo

que estão hoje a cem por cento dedicadas a esta tarefa tão crucial, que é a tarefa da vacinação na cidade na cidade de Lisboa.-----

----- A cidade de Lisboa que era obviamente, a cidade, o local do país onde a exigência era maior, mas, na medida em que é precisamente aqui que os números e as exigências eram maiores, e o facto de também termos uma população envelhecida que também colocava desafios maiores do ponto de vista do número das pessoas abrangidas. E quero por isso começar por aqui, dando nota do bom desempenho destas unidades, do bom ritmo que se conseguiu relativamente a estas unidades, e deixar uma palavra de agradecimento a todas as equipas da Câmara de Lisboa, da Protecção Civil, dos Bombeiros e das Juntas de Freguesia e, naturalmente, também, dos elementos e dos profissionais do Serviço Nacional de Saúde, que tem trabalhado nestes centros. -----

----- Nesta área também destaco o que tem sido a boa adesão e a boa resposta que teve o serviço de táxis gratuitos para a população que, no fundo tem um serviço integrado, desde que marcação é definida, pode pedir um táxi para à hora marcada, também para o seu regresso. Já foi hoje utilizada com mais de 10.000, pessoas que utilizaram este serviço de táxi, assegurando que o processo de vacinação corra de forma eficaz. -----

----- Podemos hoje dizer que o nosso sistema está preparado para respondermos a um maior afluxo de vacinas, que vamos ter ao longo do mês de maio e do mês de junho, em que se espera que o ritmo de vacinação diária, suba significativamente face àquilo que tínhamos no passado, hoje já temos a confiança, porque o sistema já foi testado com maior carga, nomeadamente, quando foi do segundo fim de semana da vacinação dos professores, para nos poder dar a confiança que tudo correrá bem com normalidade e com tranquilidade, no que é certamente a tarefa mais importante e mais exigente de combate à pandemia.-----

----- Ainda neste domínio, lançámos um programa pioneiro de testagem gratuita nas farmácias, por decisão conjunta com as autoridades numa primeira fase limitado às freguesias que se encontravam em situação de índices superiores a 120 utentes por 100.000 habitantes, por decisão também com as autoridades de saúde depois alargado a todas, independentemente, da sua esfera, independentemente do seu nível e, por isso hoje, a Câmara de Lisboa foi pioneira em conseguir um regime de existência de testes gratuitos para utilização regular pelos munícipes de Lisboa.-----

----- Já foram realizados ao abrigo deste acordo com ANF mais de 7.000 testes, o que reforça em muito a capacidade de deteção precoce das infeções e permite com maior rapidez de começarmos os processos de isolamento e tratamento de quem estiver infetado. -----

----- Ainda nesta fase está em curso uma operação de testagem regular a todos os trabalhadores, a cerca de 6.000 trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, e também das empresas municipais com destaque para a Carris, assegurando a nossa responsabilidade como empregador e também como responsável de pessoas, de gestores de serviços públicos de forte contacto com os cidadãos e com os munícipes. --

----- Este é o ponto de situação, daquilo que estamos mais diretamente a fazer na frente do combate à pandemia, sistema em massa na cidade disponível a todos os

munícipes, gestão dos centros de vacinação, na quantidade e na escala que é necessário, incluindo, naturalmente a contratação dos enfermeiros, quando isso se torna necessário à frente, por cima do Serviço Nacional de Saúde e sistema de transportes daqueles que se querem vacinar para poder providenciar esse serviço. -----

----- A segunda área relacionada com o combate à pandemia, neste caso o combate às consequências económicas e sociais da pandemia prende-se com o Programa “Lisboa, Protege.” -----

----- A Câmara de Lisboa foi pioneira no lançamento de um ambicioso programa, de apoio ao comércio, à restauração, às indústrias criativas, a um conjunto de um sem número de entidades no qual, que foram fortemente atingidas pela pandemia, pelos sucessivos períodos de confinamento, pela quebra na procura, pela grande dificuldade que tiveram em gerir este período. -----

----- A Câmara de Lisboa foi pioneira na criação de um sistema de incentivos a fundo perdido, alargado nas duas fases, para valores entre os 1000 e os 10.000 euros, a fundo perdido, em função da dimensão da empresa e da quebra de faturação que tinha, cobrindo um vasto leque de situações de várias atividades económicas, aqueles que têm contabilidade organizada, àqueles que têm contabilidade simplificada, e podemos dizer hoje que este programa teve uma importância muito grande no apoio à economia da cidade, abrangendo já, dados de 26 de abril, dados de ontem, 4.098 entidades que já receberam o valor da primeira *tranche* de 3.581, que já receberam o valor da segunda *tranche*, no valor total de pagamentos já efetuados de 22 milhões de euros.----

----- Este é um programa, como digo, inovador e único a nível nacional que somou aos programas que o Governo e a administração central definiram, os apoios ao *layoff* também os programas a “Apoiar Mais”, definidos pelo Estado, caracterizado pela sua simplicidade, um programa fácil de concorrer, desburocratizado no seu acesso e com um pagamento também, muito rápido relativamente aos pedidos efetuados. -----

----- Mais uma vez, quero deixar aqui uma palavra de reconhecimento à equipa da Câmara de Lisboa, nomeadamente, às equipas da Direção de Economia, a Doutora Maria Figueiredo e da Direção de Finanças, a Doutora Paula Costa, pelo trabalho notável que fizeram ao construir, e também do Departamento de Sistemas de Informação, pela rapidez que houve em conseguir construir um sistema de informação, conseguir processar os pedidos, conseguir avançar, e num trabalho que teve a coordenação do Vereador Miguel Gaspar, que também quero aqui saudar. -----

----- Uma palavra neste Programa do “Lisboa Protege”, foi um programa que contou com o apoio de todos os partidos políticos, foi uma decisão convicta do executivo da Câmara, e quero também aqui sublinhar esta não é exclusivamente uma proposta de maioria, é uma proposta ou melhor é uma proposta da maioria, apoiada pelos vários grupos políticos, adaptada também com os seus contributos, e creio que um grande contributo que a Câmara de Lisboa deu nesta fase. -----

----- Quero neste momento, Senhores Deputados, dar aqui uma novidade, relacionada com “Lisboa Protege”, que é um facto de poder aqui anunciar, que nós faremos nas próximas semanas, aprovaremos nas próximas semanas em Câmara, e depois para ser aprovada em assembleia, uma terceira *tranche* do “Lisboa Protege”. -----

----- Uma terceira *tranche* que, de forma simples e desburocratizada chegue às empresas, chegue às entidades, porque sabemos que este processo de recuperação gradual está a ser particularmente difícil e particularmente exigente para muitas empresas do comércio e da restauração, que se vivem hoje com o seguinte dilema. É que se o seu equilíbrio financeiro era delicado quando se encontravam num período de confinamento muito restrito, porque tinham que pagar vários custos, para muitas destas entidades a abertura quando a procura ainda está significativamente abaixo do que era a procura normal, é uma abertura que pode por mesmo em risco a vida da empresa. -----

----- Porque não esqueçamos que Lisboa é uma cidade que recebe um fluxo diário de pessoas, recebia um fluxo diário de pessoas antes de pandemia, pelo menos de dimensão igual à sua população residente, e o facto de estarmos numa época, e ainda no momento, em que os níveis de confinamento ainda são significativos, em que muitas atividades continuam em teletrabalho, significa que há hoje menos pessoas a circular mesmo quando as regras estão a ser levantadas. Ora com menos pessoas a circular na cidade, significa menos procura dirigida a um conjunto de empresas de restauração, do comércio, que com menos procura têm uma dificuldade acrescida neste momento que é, no momento em que a abertura pode causar mais custos do que benefícios. -----

----- E, por isso, tomámos a decisão de propor, uma nova fase do “Lisboa Protege”, a terceira, e esperamos a última fase do “Lisboa Protege”, porque a partir daqui não seja necessário avançar com nenhuma outra, precisamente para apoiar aquelas empresas do comércio, da restauração que lidam hoje com a necessidade de ter um apoio à retoma. Um apoio à retoma, isto é um apoio que permita apoiar o acréscimo de custos, que nós esperemos que seja mais temporário de que definitivo, que permite recuperar esta dificuldade que é ainda de estarem numa procura longe dessa procura que normalmente tinham. -----

----- Obviamente, que a situação não é igual em todos os locais da cidade é bastante desigual, aliás, relativamente às várias freguesias, ela é particularmente sentida na baixa da cidade, particularmente sentida na zona das avenidas, é natural, são as zonas de maior emprego, e que por isso estão mais expostos ao teletrabalho, e zonas de maior perigo e de maior turismo, com menos circulação de pessoas e menos turismo são aquelas em que os setores económicos surgem mais avançadas. -----

----- Quero, também, relativamente, ao “Lisboa Protege”, adiantar que apresentaremos em Câmara, uma nova medida, no âmbito do subsídio municipal de arrendamento, que vai ser o apoio às pessoas que possam ficar numa situação difícil temporariamente pelo fim das moratórias do crédito à habitação. O subsídio municipal de arrendamento, como os Senhores Deputados, sabem está criado para tornar a habitação, fazer da habitação acessível, tornar a habitação um direito, isto é, sendo consubstanciado esse direito numa habitação, a preços que as pessoas podem pagar e, por isso o subsídio municipal de arrendamento, é uma política que já tem há alguns anos nas nossas políticas municipais, que precisamente apoia as pessoas que tendo contratos de arrendamento no setor privado, por alguma razão, o valor da renda fique

bastante distante, fique bastante acima desta taxa de esforço, e por isso o Município apoia a diminuição da taxa de esforço para valores perto dos 30%.-----

----- O que iremos propor à Câmara, é a existência de um programa de natureza temporária, que nos possa servir de salvaguarda no momento em que estamos a gerir esta situação incerta do fim das moratórias dos créditos bancários à habitação é, no fundo, uma rede de proteção adicional que colocaremos na cidade. Esperamos que, aliás, não seja utilizada, não seja necessária, mas se for, aqui estamos, aqui está a cidade de Lisboa a criar aqui uma rede adicional de proteção para todos aqueles que, com o fim das moratórias, se resultar uma situação nova taxa de esforço bastante acima dos 30%, poderem ter um apoio do Município de Lisboa.-----

----- Senhores Deputados, está em traços largos, o balanço que hoje posso fazer, não de tudo aquilo que fizemos que seria obviamente, impossível e fastidioso aqui, mas aquilo que ainda estamos a fazer e que vamos continuar a fazer, até podermos virar em definitivo a página, relativamente à pandemia. -----

----- Gostava, em segundo lugar de referir que se é verdade, que é verdade, que não é possível olharmos para a política municipal do último ano, do último ano e meio, sem constatar o óbvio, é que ela se concentrou fundamentalmente no combate à pandemia.-

----- Não estava prevista em nenhum programa de Governo, não estava previsto no programa eleitoral de nenhum partido, não estava previsto no radar nem daqueles mais prescientes que poderia acontecer, mas nós demonstrámos bem a capacidade de adaptação, de construir novos instrumentos e novas políticas para responder às novas às necessidades. -----

---- Mas nem por isso deixamos de avançar naquilo que são as políticas de fundo estruturais, relativamente, que correspondem ao cumprimento do nosso programa de Governo, e que se focam e se distribuem por variadíssimas áreas.-----

----- Começo, por destacar em primeiro lugar a habitação.-----

----- Este será o mandato que poderemos dizer que terá o maior número de casas atribuídas desde os tempos do mandato do Presidente João Soares, isto é desde os tempos em que a Câmara de Lisboa ainda se encontrava em fase de execução do programa de erradicação de barracas. Isto para nós tem um grande significado, significa que a Câmara de Lisboa conseguiu ser o motor para uma atribuição de habitação, para responder e concretizar o direito à habitação de largos estratos da população na cidade de Lisboa.-----

----- Fizemos fundamentalmente, através do edificado próprio de que dispomos, fizemo-lo também muito pela força da construção nova de habitação destinada a renda apoiada, de que são exemplo, mais conhecidos, os Bairros da Boavista e do Bairro Padre Cruz que, daqui a poucas semanas serão visíveis, no novo Bairro da Cruz Vermelha, numa construção de 120 casas, que estará em breve finalizada e que serão feitas as alterações de localização, e da qual sobraram várias casas para incorporação nos programas municipais, mas também no que foi o lançamento desta política inovadora do Programa de Renda Acessível, através da mobilização de património disperso município, através da captação de património no mercado privado, através do Programa Renda Segura que depois património, que era recolocado no Programa de

Renda Acessível, à reabilitação e compra dos edifícios da Segurança Social. Abrimos há poucas semanas o primeiro concurso da renda acessível, se a memória não me falha, é o quinto concurso de renda acessível, mas o primeiro com o edifício da Segurança Social, em que já estão a concurso os primeiros 118 fogos dos edifícios da Segurança Social, seguindo-se depois em junho, um novo concurso relativamente aos restantes edifícios adquiridos à Segurança Social, e também ao primeiro edifício de 128 fogos, que está em construção em Entrecampos, fazendo parte da Operação Integrada de Entrecampos, um dos três novos edifícios, peço desculpa, dos quatro novos edifícios, que ali nascerão. E e, por isso, as 128 irão já a concurso em junho, como já está em construção, já foi lançada a primeira pedra da construção do segundo edifício, depois, sucederá o terceiro e o quarto edifício da primeira construção direta em Entrecampos.-----

----- Ao mesmo tempo, foram já aprovadas em Câmara e estão na Assembleia Municipal, creio que estarão para debate e aprovação para breve, as operações de renda acessível em regime de concessão, numa versão diferente daquela que foi a versão original que esteve preparada pelo Município, uma versão que mantém a integralidade do património do Município de Lisboa, estendendo-se o período da concessão com as rendas definidas na renda acessível por um período mais vasto, operações já aprovadas num total de cerca de 1000 fogos.-----

----- Estão em preparação novas operações da Renda Acessível, está também, em preparação a construção de mais cerca de 1500 fogos por construção direta, especificamente, na zona de Marvila em terrenos do Município de Lisboa, num processo que está a ser coordenado pela SRU.-----

----- Em síntese, fizemos um avanço muitíssimo significativo no direito à habitação neste mandato, um avanço que se concentrou claro está, porque a necessidade assim o impunha, naqueles que tinham rendimentos mais baixos, naqueles mais frágeis da nossa sociedade e fizemos bem em ter feito esta prioridade, mas avançámos também na resposta aos jovens, às classes médias, como um segmento particularmente vulnerável, numa altura em que os preços da habitação são tão altos na cidade de Lisboa, e fizemo-lo numa política inovadora. As pessoas pagam aquilo que podem pagar, as rendas estão desligadas do preço de mercado, as rendas não estão sujeitos a flutuação, à especulação, estamos assim a assegurar a concretização e a efetivação do direito à habitação, naquilo que é uma linha de ação de grande importância na nossa política municipal.-----

----- Quero em segundo lugar, destacar, o desempenho em matéria de política de mobilidade.-----

----- Faz agora quatro anos, faz quatro e dois meses que a Câmara de Lisboa recebeu do Estado a chave da Carris, em que o Decreto-Lei passou a propriedade da Carris para o Estado, e acho que hoje podemos dizer com orgulho que esta é uma operação bem-sucedida, é uma operação da qual o Município se orgulha, porque tivemos a coragem de aceitar esta responsabilidade e fomos capazes de devolver a confiança que recebemos, que nos foi depositada, fomos capazes de a devolver com uma Carris a

trabalhar mais e a trabalhar muito melhor do que aquilo que trabalhava, isto é, a servir melhor os lisboetas.-----

----- Senhores Deputados, quero sublinhar, este facto, neste momento, a Carris é o único operador do país, o único operador do país que, durante a pandemia aumentou a sua oferta de transportes, sublinho, repito, fomos o único operador que aumentou a sua oferta, isto é que, mesmo com as quebras das procuras que tivemos, assumimos a decisão política de que o serviço público de transportes não podia piorar, pelo contrário, tinha que continuar a melhorar. Teve um custo financeiro? Teve! Foi assumido pelo Município, não foi a expensas da Carris, não foi o acréscimo da dívida da Carris, não! Foi uma assunção política de que as pessoas têm o direito à mobilidade em segurança, mesmo em tempo de pandemia. -----

----- Fizemos um programa de aquisições sem paralelo, relativamente, à Carris, na qual resultou em termos líquidos, um aumento da frota de mais de 20% face àquilo que tínhamos, eu friso, um aumento da frota em termos líquidos, isto é o saldo entre aqueles autocarros que chegaram e aqueles que foram abatidos por uma questão de idade e de fraco desempenho ambiental, é de mais de 120 autocarros, mais de 20% da rede da oferta que existia em termos de número de autocarros, e mesmo da mesma forma, temos mais de 400 trabalhadores em termos líquidos afetos à operação do que aquilo que tínhamos quando tomámos conta da Carris, e temos uma frota com muito melhores condições, com *wi-fi*, com muito mais baixas emissões que aquilo que tínhamos muito mais amiga do ambiente, muito mais efetiva e adaptada às necessidades. -----

----- Formalizámos a semana passada, o contrato da aquisição dos 15 novos elétricos de nova geração, a primeira vez que se assina um contrato de aquisição de elétricos desde 1995, volto a sublinhar, a primeira compra de elétricos que a cidade faz desde 1995. Em 1995, era Primeiro-Ministro António Guterres, ainda Cavaco Silva, e depois António Guterres, posso testemunhar que no gabinete do Primeiro-Ministro à época, estavam a instalar os primeiros servidores para se ter *e-mail*, foi esse o tempo. Era esse o tempo que se vivia, sem redes sociais, sem internet, sem *e-mail*, sem redes sociais, sem canais por cabo, sem televisão por cabo, sem um conjunto múltiplo de coisas que hoje fazem parte do nosso quotidiano, que as gerações mais jovens terão dificuldade em acreditar como é que se vivia, e que esse tempo sequer existia, mas a verdade é que foi essa a última vez que se encomendaram elétricos que a Carris e a segunda vez é esta.-----

----- Claro que eu já os gostaria de ter cá há mais tempo, mas as leis são o que são o contencioso é aquilo que é, o contencioso do concurso finalmente está interrompido e dois anos depois de o concurso ter sido aberto, foi agora fechado com a assinatura, o contrato agora segue o seu trâmite para o Tribunal de Contas, e as fábricas começaram a produzir os nossos elétricos. -----

----- E temos também uma visão de futuro estruturada para a Carris, que é a visão da Carris gerir o metro de superfície que ligará Alcântara a Oeiras e depois integrando-se na linha do 15, e que também ligará Santa Apolónia a Loures pela Marginal, integrando também, levando, no fundo, estendendo a linha do 15 até ao Parque das

Nações e até Loures, absorvendo mais de 100.000 pessoas de cada um dos lados, em cada um dos lados, ocidental e oriental, dando um enormíssimo contributo para retirar carros da área da cidade de Lisboa. -----

----- A par disto não podia deixar de falar dos avanços políticos que conquistámos, quer a nível de âmbito metropolitano com o Governo, no passe único, não repetirei aquilo que é hoje um evidência para todos aqueles que sempre defenderam e apoiaram o passe único, se calhar para aqueles que se opuseram ao passe único pode valer a pena repetir mais uma vez, mas fica para a parte das respostas. -----

----- Mas posso aqui dizer, foi também terminado com êxito o concurso da Carris Metropolitana, por isso entrará em operação antes do verão em vários municípios, vizinhos de Lisboa a marca Carris Metropolitana. Mais autocarros, muito mais amigos do ambiente, integrados numa rede única, coordenados com a rede de Lisboa, com 40% a mais de oferta, isto é permitir que mais pessoas usem o transporte público para usarem menos o carro. E espero ainda no âmbito deste mandato, poder concluir o acordo com o Governo, relativamente, à criação dos mecanismos e da expansão do transporte pesado, seja da expansão do Metro Sul do Tejo, seja nos RT dentro de Algés e a Reboleira, entre Paço de Arcos e o Cacém, seja relativamente ao metropolitano em Loures, porque isso irá ajudar, é essencial para se reduzir o fluxo de carros na cidade de Lisboa. -----

----- Para terminar, ainda relativamente, à mobilidade, para sublinhar aquilo que é o momento de maior importância para a Município de Lisboa, que é o facto de se ter acontecido aquilo que eu sempre disse que me iria bater, que está inscrito no programa do Governo, está inscrito no acordo entre o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda, que se iria concretizar, é que a expansão do Metropolitano está a ocorrer a par entre o fecho da linha circular e a expansão para ocidente, na linha vermelha do Metropolitano, que o projeto que está assumido pelo Governo, que está inscrito no Plano de Recuperação e Resiliência, e que está em fase final de definição de traçado e de estações. -----

----- Está a assumido já pelo Governo, que tem como objetivo poder lançar os trabalhos e os estudos, ainda durante este ano, na segunda metade deste ano, para a expansão da linha vermelha, que nos levará de São Sebastião da Pedreira onde está hoje para as Amoreiras, das Amoreiras a Campo de Ourique, de Campo de Ourique à Infante Santo, da Infante Santo a Alcântara, de Alcântara, a partir daí onde arrancará o metro de superfície num interface único, bem desenhado, integrado, para com toda a comunidade as pessoas possam depois apanhar o LIOS (Linha Intermodal Sustentável) a que já fiz referência. -----

----- Por isso neste mandato, acabará, este mandato terminará, com uma decisão da maior importância, que é a decisão, que se muitos tinham, divergência, relativamente, à linha circular, uma parte dessa divergência colocava-se sobre a própria prioridade, hoje o desenvolvimento que se devia fazer primeiro no meio, ou primeiro nas radiais o que defendi sempre é que nos devíamos nos bater por todos, e aqui está o resultado nos batemos por todos é que conseguimos a expansão da linha vermelha, para a zona ocidental da cidade, numa de conquista particularmente importante, e, portanto, para

dezenas e dezenas de milhares de lisboetas, que moram na zona ocidental da cidade e que passarão a ter um meio pesado de transporte eficaz, principalmente, porque o metro pesado estará articulado com o metro de superfície.-----

----- Senhor Presidente, Senhores Deputados. -----

----- Eu não vou estender muito mais, há um conjunto de obras muito importante que está em curso, na área da saúde, com os vários centros de saúde, alguns vários que estão em obra avançadas, vários que têm a sua conclusão prevista entre a primeira metade deste ano e ainda o início da segunda metade deste ano, várias creches que estão neste momento em obra. Uma obra da maior importância que vai arrancar, porque uma notícia que quero aqui dar, o Tribunal deu razão ao Município de Lisboa, não atribuindo um carácter suspensivo à reclamação quanto às obras dos túneis de drenagem, e por isso o projeto de túnel de drenagem, vai avançar, está a avançar neste momento, o primeiro ano e dedicado a projetos e estudos e projetos de conceção construção, e uma vez findos, começará a obra no terreno, mas a boa notícia é que o projeto está em marcha, hoje já não têm impedimento estará para visto no Tribunal de Contas, faltará ainda essa formalidade, mas já não existe nenhum obstáculo a que o projeto tão estrutural, tão sonhado pela cidade e do qual, eu aliás, fiquei encarregue da sua atualização em 2015, ainda pelo Presidente António Costa, pode ver a luz do dia ou melhor neste caso, esta expressão não bem correta, porque ele não vai ver a luz do dia vai ser o mesmo um túnel escavado, vai ser mesmo o que é que o escuro da montanha, mas vai ultrapassar todas as montanhas entre o Vale de Alcântara e a chegada ao rio em Santa Apolónia. -----

----- Há um conjunto muito grande de obras em curso, não vou aqui referi-las todas, quero também deixar uma palavra de agradecimento do mundo sensível, muito importante às Juntas de Freguesia, que estão a fazer um trabalho muito importante em matéria de execução de contratos de delegação de competências. Temos alguns ainda para aprovar na metodologia que acertamos com as Juntas de Freguesia em Câmara e em Assembleia, espero com rapidez. -----

----- E terminava a minha intervenção, dizendo, também que hoje posso confirmar a conclusão de três obras emblemáticas para a cidade de Lisboa, e que nos orgulham de forma muito especial, poder vê-las concluídas. -----

----- A primeira das quais, é o fim da obra da Estação Sul e Sueste e da Doca da Marinha, que vem fechar um sonho antigo de muitas gerações de políticos da cidade de Lisboa, que é a reabilitação da zona central da nossa frente ribeirinha.-----

----- Começou com o Terreiro do Paço, ainda nos tempos do Presidente João Soares com as retiradas dos automóveis, seguiu-se a conclusão da obra já no tempo do Presidente António Costa. A Ribeira das Naus, ainda no tempo do Presidente António Costa, depois a recuperação do Cais Sodré, já no meu mandato, a recuperação do Campo das Cebolas, também no meu mandato. A abertura na zona do terminal de cruzeiros, uma obra do Estado central, incluída nos planos da Câmara já dos tempos da Vereadora Maria José Nogueira Pinto, e concluiu-se agora ao obra que faltava. A obra que faltava, que é a recuperação de toda a zona entre o Terreiro do Paço e o Terminal de Cruzeiros, numa obra extraordinária, que vem recuperar a Estação Sul e

Sueste, emblemática para tantos e tantos portugueses, lisboetas e não só que utilizavam como circulação de sul para Lisboa, numa linha férrea dividida que atravessava o rio, feita pela Arquiteta Ana Costa, sobre o projeto original de Continelli Telmo, a inauguração é no próximo fim de semana, que estará aberta para todos que a queiram visitar. -----

----- Na recuperação também para a cidade, a Doca da Marinha, numa compra, que o Município fez à Marinha Portuguesa, mas que resultou também numa grande vontade da Marinha Portuguesa, em contribuir para a abertura à frente rio, aquilo que vão poder ver ali, é algo que há mais de 40 anos, desde a construção do Alfeite, que é uma zona da cidade que sempre esteve vedada como zona militar. É uma zona que a minha geração nunca pode ver, aberta ao público, que vamos poder todos ver e fluir pela primeira vez, como é que numa zona no coração da cidade esteve vedada a todos nós, durante tanto tempo, e isso agora acaba com essa abertura a toda a gente. -----

----- Ainda também, ainda ao longo das próximas semanas poderei informar da data em que concluirá e será aberto o Jardim da Praça de Espanha, já está concluída toda a obra na frente viária, está em conclusão a obra do Jardim da Praça de Espanha, o que é certamente uma conquista extraordinária para a cidade de Lisboa e “last but not least”. -----

----- Uma obra que deve orgulhar, que me orgulho particularmente e que acho que orgulha o Município de Lisboa, que é a conclusão no Palácio da Ajuda, cuja abertura está prevista para o final do mês de maio. -----

----- É uma obra que eu recorro, aos Senhores Deputados, que esteve sem ser concluída desde o tempo da construção original do Palácio, mais de 200 anos que a cidade de Lisboa e todos aqueles que nos visitavam olharam para aquela zona traseiras do Palácio da Ajuda, e se interrogavam quando e quem é que iria concluir aquela obra. -----

----- Durante 200 anos, atravessando a Monarquia e a República, a ditadura e a democracia, ninguém tinha conseguido concluir aquela obra, pois bem concluímos nós. A Câmara de Lisboa, com vontade, com determinação, com engenho, a encontrar uma solução. Uma solução que recupera o património histórico da maior importância, uma solução possível, porque, em boa hora decidimos criar uma taxa turística e utilizar a taxa turística na recuperação do nosso património, e que estará ao serviço de todos da cidade de Lisboa. Mais tarde em outubro, com a instalação do Museu do Tesouro Real, que mostrará, que acrescentará também à cidade, além do Palácio renovado, acrescerá à cidade, o que é a exposição pela primeira vez no nosso país e de forma permanente da exposição das joias da coroa portuguesa, indiscutivelmente uma das melhores coleções de joias de famílias reais, que são conhecidas e que são desconhecidas de todos os lisboetas, e que passaram estar ao serviço de todos, porque verdadeiramente, houve arte, houve engenho, e houve vontade da Câmara de Lisboa. --

----- Senhores Deputados, conluo, peço desculpa pela extensão, muitas coisas haveria ainda para dizer, dizendo-vos que este foi um mandato bastante diferente daquilo que todos nós pensávamos, ainda assim foi um mandato em que nós conseguimos estar focados naquilo que era o nosso programa fundamental, habitação, mobilidade,

espaço público, recuperação do nosso património, aumento dos nossos espaços verdes, conseguimos manter focados nisso e conseguir ganhos importantes e avanços nestas áreas importantes, mas que além disso, conseguimos adaptar-nos e conseguimos virar toda a organização da Câmara de Lisboa, para fazer face àquilo que as circunstâncias nos impuseram, sem nenhum aviso prévio, que foi estar à altura do combate à pandemia, seja na frente do apoio ao Serviço Nacional de Saúde, seja na frente do apoio às famílias, seja no apoio ao setor económico, creio que demos uma resposta importante, positiva, à altura daquilo que a cidade de Lisboa precisava. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Eu peço ao António Avelãs, que diga quais são os Grupos Municipais, eventualmente pela ordem das inscrições:” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Estão inscritos e por esta ordem, os Senhores Deputados: Teresa Craveiro, José Inácio Faria, Diogo Moura, Cláudia Madeira, Sobreda Antunes, Aline Beuvink, Hugo Lobo, Ricardo Moreira João Carlos Pereira, Francisco Domingues, Ana Mateus, Rodrigo Mello Gonçalves, Paulo Muacho e Rui Costa.-----

----- Dou então a palavra à Senhora Deputada Teresa Craveiro e prepara José Inácio Faria.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Senhor Presidente, um ponto de ordem à Mesa, só para pedir uma informação relativamente à condução dos trabalhos, porque ou eu cometi algum erro ou ouvi que os Deputados não estavam inscritos por ordem do grupo político?” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não é por ordem os partidos, é por ordem que se inscreveram, digamos assim o que está previsto.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “E como é que a Câmara responde?” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Responde, por cada grupo político, com pouco tempo a responder a cada um dos partidos, tem que dividir um pouco o tempo, não está previsto, exatamente a repartição aritmética, mas, dentro do bolo de tempo é ir a cada partido, à medida que cada partido acaba a sua intervenção.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, posso fazer uma sugestão.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “O Senhor Deputado pode fazer uma sugestão, mas isto decorre do Regimento.”--
----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Sim, sim, mas para facilitar, eu penso um pouco em facilitar a vida ao Senhor Presidente, talvez se o Senhor Presidente pudesse responder a cada três intervenções ou duas intervenções, se calhar, era melhor. -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Ó Senhor Deputado, isto é, por Partidos, portanto, o Partido fala, portanto, não tenho nada contra se isso for consensual, mas o que está previsto é exatamente em função do Regimento, agora é bom saber quais são os Partidos que vão intervir que é também, para a própria Câmara saber, digamos, quantas vezes é que terá de usar da palavra. -----
----- O António Avelãs, já tem isso, talvez repetir para ficar a ordem em que essas inscrições foram feitas, para a Câmara saber como vai fazer.” -----
----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Repito então, a ordem de inscrições é a seguinte: Teresa Craveiro, José Inácio Faria, Diogo Moura, Cláudia Madeira e Sobreda Antunes, Aline Beuvink, Hugo Lobo, Ricardo Moreira, João Carlos Pereira, Francisco Domingues e Ana Mateus, Rodrigo Mello Gonçalves, Paulo Muacho, Rui Costa e Miguel Santos, do PAN.”-----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Mas, António Avelãs, se me permites, convinha separar, há uma Deputada Independente, depois é que são os outros Partidos, portanto há Deputados de mais de que um Partido, mas só se responde, no fim.”-----
----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Tem então a palavra a Senhora Deputada do CPL, Teresa Craveiro e prepara José Inácio Faria.”-----
----- **A Senhora Deputada Municipal Teresa Craveiro (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia, -----
----- Deputados, -----
----- Senhor Presidente da Câmara, -----
----- Vereadores em presença e Comunicação. -----
----- Agradecer os esclarecimentos do Senhor Presidente, para além da Informação Escrita, é sempre um momento que reflete as articulações entre os dois órgãos, a Câmara e Assembleia, e pressupõe sabemos uma mobilização muito forte dos serviços municipais, atendendo à transparência e no fundo da prestação de contas e isso

estamos porque, de facto, achamos um momento muito interessante exatamente da prática da Câmara de Lisboa e da Assembleia Municipal.-----

----- O poder local que emergiu isso é possível, porque há um poder local que emergiu do 25 de Abril e que foi aprofundado nestes últimos 47 anos, lembrar que a Legislação dos Planos Diretores Municipais só aparece em 82, e exatamente para parafraseando a poeta, “*houve uma madrugada que se esperava o dia inicial intenso e limpo.*” -----

----- E daí nós, de facto, verificamos, exatamente, o Senhor Presidente veio agora até clarificar, os múltiplos programas para uma cidade que foi surpreendida e uma sociedade e o mundo, programas que têm corrido bem, de vacinação, de testagem dos vários agrupamentos, a que deve também, aqui a uma mobilização dos serviços, da Proteção Civil, que saudamos, da Polícia Municipal e restantes serviços camarários e o Serviço Nacional Saúde.-----

----- Portanto, estendendo também ao “Lisboa Protege”, é de facto, interessante agora e já que transmite indicadores e elementos de freguesias, porque podemos ver já aqui uma diversificação, e simultaneamente saber exatamente às vezes nos bairros que vivemos quando nos que reconhecem dizer que “*a Câmara conseguiu o meu restaurante*”, isso é, de facto, é uma situação que nos apraz. -----

----- Agora, deixávamos um desafio ao Senhor Presidente ou aos respetivos serviços que fazemos e construímos um livro de saúde pública do que nos aconteceu, ou seja, não acontecer como na anterior pandemia que quando a queremos estudar são muito diversos os documentos, portanto, pensamos que deveria a Escola Nacional de Saúde Pública, pesquisadores, e até os serviços da marca e comunicação e a cultura, poder escrever este livro e dá-nos o acontecimento, e aqui temos também este testemunho deixávamos aqui este repto. -----

----- Como deixámos esse repto, porque isto, também se implica as alterações climáticas, para a questão do livro da “Capital Verde”. O que se ganhou, quais os saltos qualitativos o que é que fica para além daquilo que é, por vezes, andar à procura nas várias informações escritas e nas várias deliberações.-----

----- E agora entramos, de facto, naquilo que Senhor Presidente já veio esclarecer, há um programa de habitação múltiplo, com várias entradas, com uma geometria variável e apraz-nos ver que na Direção Municipal de Gestão de Património, há um levantamento das placas dos edifícios, que são de todo um património disperso, que pode levar a uma nova programação e planeamento, para aquilo que ocorre neste momento que é reabilitar o património municipal e simultaneamente colmatar interstícios e colmatar a cidade com as duas operações que aí vem. -----

----- No entanto, salientando que exatamente porque estamos a fazer cidade é preciso ter muita atenção, com certeza que os serviços têm, mas tem que ficar mais clarificadas às populações, a questão exatamente dos equipamentos e da cidade de proximidade que hoje nos foi colocada. -----

----- E continuando nesta questão, há aqui que também referir a energia Bip Zip, são dez anos intensos de dinâmica ligado a estes bairros, em que deu uma pegada, uma pegada de transformação territorial e também de dinâmica social e de autores, é aqui

um trabalho importante que é preciso registar e olhar e não apenas como uma questão de um programa anual, um programa que se dá dinheiro, mas saber o que é que ficou e o que é que persiste ligado à pegada ecológica. -----

----- E chegávamos agora aquilo, que são algumas matérias que nos parece que se pode trabalhar até ao final do mandato. -----

----- Vimos com agrado o início da creche pública, há vinte e três na zona da Expo e, portanto, sabemos e lemos que há várias cartas de equipamentos que estão para concurso público ou para se terminar e, portanto, não é questão apenas de persistência, é uma questão de que o solo é escasso e é preciso ficar em equipamentos para aquilo que é o estado social e que se coloca da equidade do território e também para as construções exatamente da cidade que queremos para todos. -----

----- E por último, deixávamos aqui a questão de que voltando à poetisa, nós diríamos que habitamos livres, habitamos a substância do tempo. Há trinta anos por convite da Deputada Simonetta, estivemos, a Câmara de Lisboa, no Louvre a apresentar uma passagem pedonal do Arquitecto Souto Moura, ligada ao Museu de Arte Antiga, o plano está aí, vem aí, foi identificado nas quarenta e seis intervenções no PRR, no último Conselho de Ministros, mas o repto que eu deixava aqui ao Senhor Presidente, é que sabemos que só há dinheiro para aquilo que são agora as condições de degradação, mas se constituir um grupo inter pelouros, cultura, urbanismo e o Senhor próprio Presidente, e podemos efetivamente termos um polo cultural a curto prazo do Museu das Janelas Verdes, que há trinta anos começámos a construir a ligação cidade ao rio e que gostaríamos agora de ver concluído. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada. -----

----- Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara, se pretende intervir? -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Senhor Presidente, eu interviria talvez no conjunto dos Deputados Independentes, certamente juntarei o tempo todo.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Com certeza. -----

----- Tem então a palavra o MPT, e prepara o CDS, Deputada Inácio Faria, por favor.”

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário, -----

----- Senhor Presidente, -----

----- Senhor Presidente da Câmara, -----

----- Senhores Vereadores, -----

----- Caros Colegas, -----

----- Público presente. -----

----- Em primeiro lugar, gostaria, obviamente de cumprimentar o Senhor Presidente José Leitão pelo seu aniversário uma vez mais e desejar-lhe longa vida, e aproveitava ao mesmo tempo para elogiar e agradecer ao Serviço Municipal de Protecção Civil pelo bom trabalho de coordenação operacional e sustentação logística no processo de vacinação em Lares e nos 8 Centros Municipais de Vacinação, bem como às equipas da Câmara Municipal e às Juntas de Freguesia pelo excelente trabalho prestado na vacinação dos lisboetas, aliás como disse já o Senhor Presidente Fernando Medina há pouco.-----

----- Passando agora à análise da Informação Escrita do Senhor Presidente, para o período de 1 de Fevereiro a 31 de Março de 2021, gostaria de saudar o arranque da segunda fase do “Programa Lisboa Protege”, bem como o reforço das verbas e o alargamento das empresas, instituições e famílias elegíveis, lamentando, contudo, que a primeira fase tenha terminado sem a apresentação de um relatório pormenorizado da execução das suas medidas, que contemplasse não só o detalhe dos seus beneficiários, mas também a celeridade das respostas aos pedidos de apoio.-----

----- O segundo ponto que gostaria de destacar da Informação Escrita diz respeito à discussão pública dos dois projectos de loteamento na zona sul do Alto do Restelo, no âmbito do Programa Renda Acessível. -----

----- Também no Partido da Terra concordamos que é urgente colmatar a falta de habitação para famílias com rendimentos de nível intermédio em Lisboa, em particular no centro da cidade, mas não podemos é deixar de lamentar que este Executivo continue a optar pela construção de habitações novas em detrimento da reabilitação de edifícios em mau estado de conservação, incluindo os edifícios municipais devolutos que sejam adequados a esta finalidade e entendemos que, e passo a citar, uma “valorização e qualificação urbanística” não passa necessariamente por um projecto de loteamento com esta dimensão e densidade. -----

----- Para além da volumetria e cêrcea dos edifícios ser dissonante em altura da linha urbanística de todo o bairro onde se insere, ainda que permitida pelo Plano Director Municipal da cidade, parece-nos no Partido da Terra evidente que não se podem construir 629 novos fogos e aumentar em cerca de 15% a população actual da Freguesia sem agravar a já deficiente oferta de escolas, de estacionamento e de cobertura da rede de transportes públicos na zona! -----

----- Posto isto, resta-nos esperar que da prorrogação do prazo da consulta pública e dos contributos da sociedade civil possa resultar uma reformulação desta proposta urbanística e o abandono desta opção pela densificação em altura! -----

----- No que se refere às questões ambientais, destacamos como positivo na Informação Escrita do Senhor Presidente o facto de Lisboa dispor, pela primeira vez, de uma rede de monitorização em tempo real da qualidade do ar, níveis de ruído e trânsito, tendo sido instaladas oitenta estações, com 658 sensores, de modo a obter uma cobertura espacial de toda a cidade. -----

----- Senhor Presidente, consideramos que monitorizar estes parâmetros ambientais numa cidade que antes da pandemia da Covid-19 era a segunda pior capital europeia

em matéria de poluição sonora é essencial, mas exige, principalmente, uma séria vontade política e acções concretas para minorar esses impactos negativos na cidade. --

----- Senhor Presidente, o que os lisboetas não querem é um aeroporto no meio da cidade que volte a ter um voo a cada 2 minutos e meio e onde, com a expansão prevista, possa haver 50 aviões por hora. -----

----- E o facto é que aqueles que trabalham, vivem ou passam uma quantidade considerável do seu tempo perto do aeroporto ou do terminal de cruzeiros de Lisboa não podem continuar a colocar a sua saúde física e mental em risco devido à exposição a concentrações elevadas de partículas ultrafinas UFPs nem ao ruído excessivo resultante dessas actividades. -----

----- Os lisboetas **também não querem** que o cumprimento dos valores-limite de dióxido de azoto volte a ser uma miragem em zonas como a Avenida da Liberdade nem que o tão aguardado regresso dos turistas volte a impedir os moradores dos bairros mais sujeitos à pressão turística de ver garantido o seu direito ao descanso e ao repouso comprometidos!-----

----- Ainda na temática do ambiente, mais precisamente na página 70 desta Informação Escrita refere-se ali a colaboração da Divisão do Plano Director Municipal no acompanhamento do projecto desenvolvido pela Universidade Nova de Lisboa e coordenado pelo Departamento de Ambiente, Energia e Alterações Climáticas da Câmara para inventariação dos Locais Potencialmente Contaminados no Município de Lisboa. -----

----- A pergunta que gostaria de fazer, Senhor Presidente, tendo em conta que a disponibilização da versão final deste Estudo estava prevista para o primeiro trimestre deste ano, é saber quando poderemos finalmente contar com a apresentação deste Estudo? -----

----- Ainda na área do ambiente e da mobilidade não poderia deixar de congratular a Câmara Municipal, como representante de um partido ecologista, pela adjudicação dos 15 novos eléctricos para a frota da CARRIS, como medida não só ambiental, mas, acima de tudo, de saúde pública. -----

----- Já a terminar não poderia também deixar de congratular o executivo camarário pela conclusão do Jardim na Praça de Espanha dedicado àquele que foi, até ao seu último momento de vida, o Presidente Honorário do Partido da Terra, Gonçalo Ribeiro Telles, e que está previsto ser inaugurado nas próximas semanas. -----

----- Por último, Senhor Presidente, e porque nem tudo são rosas, gostaria de questioná-lo sobre uma referência na página 6 do relatório de actividades da sua Informação Escrita onde se menciona o envolvimento da Divisão de Organização de Eventos e Protocolo na co-organização de, e passo a citar: “*duas Iniciativas políticas do Partido Comunista Português, na Casa do Alentejo*”. -----

----- A pergunta Senhor Presidente é, desde quando é que os serviços camarários se envolvem na organização de eventos político-partidários? E já agora de que serviços estamos a falar? -----

----- Em boa verdade, Senhor Presidente, e já que estamos em vésperas de eleições autárquicas, a nós o que nos parece é que estamos a assistir à preparação de uma espécie de mini gerigonça local. -----

----- Muito obrigado!” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se pretende intervir?” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Senhor Presidente, intervenho mais à frente, muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Tem a palavra o CDS, o Senhor Deputado Diogo Moura e prepara o Partido Ecologista “Os Verdes”.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Senhor Presidente, eu peço desculpa, queria só ter uma confirmação no quadro que eu estou a ver, a Câmara tem para resposta dezasseis minutos, é isto?” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu daqui não tenho a visão do quadro, por favor António Avelãs, verifica.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “São dezasseis minutos, é o que está aqui no quadro dos tempos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, gostaria de fazer uma interpelação à Mesa.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Faça, favor, Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Eu percebi que, no final de cada intervenção de cada Grupo Municipal, neste caso, do Partido da Terra, o Senhor Presidente da Câmara responderia e não juntando vários Grupos Municipais, juntaria só as intervenções dos Deputados Independentes, não é assim?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Essa também, foi a minha interpretação da intervenção do Senhor Presidente da Assembleia José Leitão. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado José Inácio Faria, defendeu a tese que depois de três intervenções, o Senhor Presidente, portanto, responde querendo e ter tempo para isso. -

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra então o Senhor Deputado Diogo Moura, do CDS e prepara o Partido Ecologista, “Os Verdes”.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário, -----

----- Senhor Presidente da Câmara, -----

----- Senhores Vereadores, -----

----- Caros Deputados. -----

----- A primeira palavra vai obviamente para o nosso Presidente da Assembleia Municipal, felicitá-lo por este dia de aniversário, quer em meu nome pessoal, quer obviamente, em nome dos Deputados Municipais do CDS, e que tenha um dia muito feliz. -----

----- Relativamente à Informação Escrita, e indo direto àquilo que é o documento que nos foi apresentado, começar, aliás, de resto por aquilo que foi a intervenção do Senhor Presidente, dar-lhe também nota Senhor Presidente, que esta não é a última Informação Escrita deste mandato, nós ainda temos uma Reunião Ordinária no mês de junho, e portanto, teremos ainda a oportunidade de fazer o balanço, o balanço que hoje o Senhor Presidente aqui fez do ponto de vista da intervenção da Câmara nesta fase pandémica, muito centrada nessa matéria, mas também noutras, como a mobilidade, mas muito centrada nesta questão da fase pandémica, mas penso que teremos nessa altura, uma oportunidade antes do próximo ato eleitoral de fazermos um balanço mais abrangente naquilo que foi nomeadamente estes últimos quatro anos de mandato. -----

----- A Câmara tem feito um esforço a nível da pandemia nas respostas, e é verdade aquilo que o Senhor Presidente disse, houve apoio de vários grupos, das forças políticas representadas na Câmara. Esta própria Assembleia Municipal também tem reunido, nomeadamente através das Comissões, a dar contributos válidos para encontrar respostas nas mais variadas daquilo que são e em que estão as competências e a intervenção da Câmara, portanto, eu compreendo e entendo que também, se deve levar esse mesmo trabalho de todos que tem sido um esforço para que se possa responder, quer as pessoas de Lisboa ou quem aqui trabalha, quem aqui estuda, mas também as empresas que operam na nossa cidade, e eu acho que tem sido possível de uma forma muito mais diligente de que o próprio Governo tem estado a responder às pessoas, e isso vem obviamente, do contributo de todos nós, para o mesmo objetivo.---

----- O Senhor Presidente, também apresentou aqui, contou-nos a novidade que apresentará uma nova fase, a terceira *tranche*, conforme aqui apresentou de apoio às empresas, nomeadamente, no apoio derivado ao acréscimo de custos. Falou também, na questão das moratórias, e eu entraria exatamente por aí e naquilo que são os dados que vêm que nesta Informação Escrita, relativamente, ao “Lisboa Protege.”-----

----- Obviamente, nós já o dissemos na última reunião aquando da apresentação da segunda tranche, o CDS desde o início, entendia que tinham que haver mais apoios e o aumento ou o alargamento a novas áreas de atividade, que agora na segunda fase do programa “Lisboa Protege”, foram abrangidas por este mesmo programa. Nós no início, tivemos, apoios muito pequenos que no nosso entender, foram paliativos para alguns negócios, ou seja, não davam visibilidade a alguns negócios, portanto, muitos deles acabaram por não conseguir voltar a abrir, portanto, acabaram por encerrar definitivamente. -----

----- Nós temos uma cidade que é muito diferente naquilo que é o impacto desta pandemia e na quebra do volume de negócios na cidade, temos um centro histórico que teve um impacto enorme e, também, obviamente, nas zonas também já aqui falou o Senhor Presidente, nas zonas de maior concentração de escritórios, tiveram, obviamente, um maior impacto, impacto esse que não se sente, por exemplo, em zonas de bairro, em zonas de comércio de rua, como é o caso de Alvalade, o caso de Benfica, ou também o caso de Campo de Ourique, como disse têm uma morfologia urbanística e comercial muito diferente destas outras zonas da cidade. -----

----- Nós continuamos a insistir, Senhor Presidente e já o temos feito junto do Senhor Vereador Miguel Gaspar, que esta pandemia é também uma oportunidade, embora fosse um objetivo já apresentado no início de mandato, também por nós, mas esta pandemia vem trazer ainda mais a necessidade de apostar na transição digital do nosso comércio e, portanto, é uma oportunidade da Câmara Municipal de Lisboa, daquilo que também já foi anunciado poder ajudar o comércio numa transição digital. Não dizemos que é uma transição a cem por cento, o comércio de rua vive exatamente deste contacto com as pessoas, do contacto com o cliente, mas é preciso ajudá-los a fazer uma transição digital e nós temos muitos micros e pequenas negócios na cidade de Lisboa, que não tem essa capacidade de instalar, digamos assim os seus recursos humanos. -----

----- E, portanto, a Câmara aqui e um consórcio, que também já foi aqui apresentado e discutido nesta Assembleia Municipal, nomeadamente, na Comissão de Economia era muito importante que avançasse, o “Digitaliza já” tivesse continuidade, que entrasse em execução e que efetivamente olhassem para estes pequenos negócios da cidade e os ajudássemos nesta transição digital. Ela era muito mais importante uma fase do confinamento mais rigoroso, esperemos, não voltar a um confinamento tão rigoroso, porque isso é bom sinal do ponto de vista de saúde pública, e também do futuro de todos nós, de pessoas e de empresas, mas a verdade é que é preciso um apoio imperioso e muito direto nesta transição digital que me parece a mim não só uma necessidade atual, mas uma necessidade de futuro.-----

----- Nós apresentámos uma proposta nesta Assembleia Municipal, que foi aprovada e que tem a ver muito com este momento de retoma e do apoio a essa mesma retoma económica, e tem que ver com o facto de a Câmara poder suportar as despesas que foram acréscimos para o nosso comércio local naquilo que diz respeito à distribuição e entregas, e portanto, tendo em conta que estamos a entrar numa nova era, na terceira tranche que o Senhor Presidente, nos respondeu que ainda vai ser apresentada,

gostaria de perceber se existe uma vertente de apoio para cobrir estas mesmas despesas que em muitos dos negócios da cidade como o Senhor Presidente sabe, nomeadamente, no comércio de rua, de proximidade foram novas vertentes desses mesmos negócios, e portanto, um acréscimo de custos que aqui também já falámos.----

----- Queria aproveitar para felicitar também a Câmara, sobre o garante de transporte através de táxis gratuitos para a vacinação contra a COVID-19, foi também uma proposta do CDS, que apresentou na Câmara Municipal de Lisboa e, portanto, parece-nos uma medida de extrema importância para levar aqueles que têm maior dificuldade quer na mobilidade, mas também de apoio de terceiros, para que se possam deslocar e não faltem, àquilo que são as marcações para a vacinação, que são tão importantes neste processo combate à pandemia.-----

----- Depois, vem também referido nesta Informação Escrita, a questão da reabilitação da creche da antiga Escola Froebel, no Jardim da Estrela.-----

----- Já percebemos que, em certa parte, o que é que aconteceu com a demolição do edifício. Eu julgo que nós estamos a falar de uma reabilitação, mas na prática, estamos a falar de uma construção nova, ao contrário do que vem nesta Informação Escrita, e gostaria de saber, porque isto é que não está esclarecido ou se nos pode fazer chegar essa informação de qual a percentagem de material que foi recuperado, que será reabilitado e que será restaurado e incluído, obviamente, no futuro projeto para aquele equipamento. É preciso perceber isso, porque, ou estamos a falar de reabilitação, ou estamos a falar de uma *makeup* com pequenos apontamentos de reabilitação, ou se estamos a falar na prática de uma maior percentagem de construção nova. -----

----- Foi também, aqui falado pela Senhora Deputada Teresa Craveiro, e parece-me extremamente importante e nós iremos analisar ao pormenor em sede de Comissão, a questão do plano pormenor de reabilitação das Janelas Verdes, que levanta várias questões, nomeadamente, de direito de ex-propriedade, hoje não iria, mas também já percebi, que o Senhor Presidente, em muito pouco tempo para responder. -----

----- Nós queremos esta possibilidade de análise mais minuciosa em sede de Comissão, mas agora que há várias questões inerentes ao Plano de Pormenor das Janelas Verdes, que me parece que não estão respondidas e há um problema crónico que também naquilo que é a gestão do próprio Museu de Arte Antiga e as dificuldades que por este passa, e é sabido que nós apresentámos, nós CDS, os Vereadores do CDS da Câmara Municipal de Lisboa, em junho de 2019, uma moção por nós elaborada para ir ao Governo um reforço da dotação dos problemas que este equipamento padece, até hoje nada foi feito e, por isso agora, em março de 2021 no final do mês, voltámos a apresentar, ela foi aprovada embora, desta vez com o voto contra do Partido Socialista.-----

----- E, portanto, era preciso olhar nestas duas perspetivas, aquilo que é uma competência municipal na intervenção neste plano de pormenor, que é sua competência do ponto de vista do instrumento de gestão territorial, mas também ter um olhar interior para aquilo que é um museu e de que forma é que pudemos ajudar nem que seja sensibilizando o Governo para aquilo que são problemas que já se tornam crónicos neste museu, que é um dos maiores museus do país, e um dos mais

importantes senão o mais importante da cidade de Lisboa, tendo em conta a sua dimensão e aquilo que é o seu acervo.-----

----- Sobre o Programa Renda Acessível do Restelo, também já temos aqui a oportunidade na sessão de perguntas à Câmara de deixar várias questões, várias preocupações, preocupações essas manifestadas através de várias Petições, das sessões públicas que foram efetuadas, quer pela Câmara, quer pela Junta de Freguesia e preocupa-nos em primeiro lugar as questões de mobilidade, as questões da fase de equipamentos na freguesia, e que estavam em certa parte previstos para esta zona, e obviamente, as questões ambientais que me parece a mim estão a faltar aquilo que é a resposta habitacional que a Câmara está a apresentar ou seja um estudo de avaliação do impacto ambiental.-----

----- Sabemos do ponto de vista legal, aquilo que a Câmara defende, aquilo não é uma necessidade, mas olhando para o conjunto esta edificação, tal como ela foi apresentada desde o início e aquilo que é o seu impacto e aquilo que já o impacto de número de decibéis na Avenida Helen Keller hoje em dia é importantíssimo, não esquecer esta vertente ambiental e a salvaguarda da qualidade de vida nesta zona da cidade E isso, também se faz, obviamente, aprofundando o debate e ele já foi alargado, isso é um sinal positivo, mas é importante ouvir a cidade em todos estes processos e construímos uma cidade de baixo para cima, ouvindo, obviamente, os cidadãos, em particular aqueles obviamente, que serão atingidos pelas intervenções da Câmara, mas também aqueles que serão beneficiários das intervenções da Câmara.-----

----- Uma outra nota, sobre a nova edição do Orçamento Participativo 2021.-----

----- Em particular, uma nota positiva, o facto de estar muito virada para aquilo que são as candidaturas ligadas ao desporto, ligadas e quando falamos de desporto falamos do bem-estar e falamos acima do da saúde mental, e que é importantíssima nesta fase pandémica os números e o que se prevê a nível saúde mental e os impactos, os efeitos da saúde mental nos portugueses, nós teremos um impacto enorme e, portanto, sabemos que esta fase pandémica vai, obviamente, agravar a situação, de muitas pessoas e de muitos jovens e de muitas crianças, e o desporto, obviamente, digamos, que, entre aspas, um escape para o bem-estar da população, para uma melhor qualidade e, portanto, daí saudar a Câmara, pelo facto de uma das vertentes deste orçamento participativo, para este ano ser efetivamente ligado ao desporto.-----

----- Contudo, eu acho que é preciso olharmos para o Orçamento Participativo, para tudo aquilo que é o processo do orçamento participativo e não gorarmos a expectativa, por um lado quem se candidata e em particular os vencedores, porque depois não veem cumpridos os seus projetos que acabam por ser vencedores.-----

----- Nós fazemos uma retrospectiva de 2019 até 2016 e vemos que dos cento e cinco projetos só 58% é que foram executados, ou seja nós temos ainda projetos parados, que não foram sequer iniciados de 2009, temos projetos a partir de 2014, temos sempre pelo menos, em 2015, cinco, enfim, vários projetos que nunca tiveram execução e que na prática foram aprovados pela Câmara com uma verba, com uma dotação específica e, portanto, eu penso que quando lançamos um novo OP é preciso olhar para trás e perceber o que é que não foi feito, para não defraudar as expectativas

de todos aqueles que participam e das milhares de pessoas que obviamente, votam nos orçamentos participativos. -----

----- Estando o tempo a terminar e não tendo muito mais, não podendo acrescentar muito mais Senhor Presidente. -----

----- Uma nota muito rápida sobre a o facto de a Câmara levar as Bibliotecas Municipais a casa das pessoas, foi também, uma Recomendação que nós apresentámos nesta Assembleia, e que passado uma semana, teve efetividade local, e, portanto, levar a literatura, a imaginação e os tempos livres a todos durante esta pandemia. -----

----- Depois a questão da arte em Arroios, traz uma parte boa que é mais arte boa em melhoria do espaço público, trouxe outros problemas à cidade de Lisboa, nomeadamente o Mercado de Arroios, que tem problemas crónicos já dos últimos anos que não tem estado a ser resolvido pela Câmara e pela Junta, e é preciso olhar para esses problemas em particular que já se tornaram crónicos em resolvê-los. -----

----- Para terminar, e porque o tempo já terminou, Senhor Presidente, gostaríamos também de ter uma resposta sobre aquilo que é o programa e a transferência de todos em situação de sem-abrigo e merecem o respeito de todos do Pavilhão do Casal Vistoso para o Quartel de Arroios, não temos tempo, mas estou certo que, numa próxima oportunidade queremos colocar esta questão e podemos discutir de forma mais premente esta mesma matéria, que me parece do ponto de vista social, um problema que foi aqui criado pelo Vereador dos Direitos Sociais, e que era importantíssimo nós podemos discuti-lo de forma aberta, mas encontrando soluções que possam responder a estas pessoas que estão numa vulnerabilidade e fragilidade social. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Pergunto ao Senhor Presidente, se quer usar da palavra? -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Não, Senhor Presidente, muito obrigado, usarei mais à frente.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Tem então a palavra os Deputados do PEV, Cláudia Madeira e Sobreda Antunes e prepara o PPM.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado e boa tarde. -----

----- Senhor Presidente, -----

----- Senhores Secretários, -----

----- Senhor Presidente de Câmara, -----

----- Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- Na apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente é referida a Estratégia “*Monsanto 2030*”, que está em consulta pública, assim como outras ações previstas para o Parque Florestal de Monsanto. A posição do PEV tem sido muito clara. Tudo o que contribua para a valorização e a preservação de Monsanto, salvaguardando a sua função de estrutura ecológica, tem o nosso apoio. -----

----- Neste ponto recuperamos algumas propostas do PEV. Em 2014, a propósito dos 80 anos do Parque Florestal, propusemos a sua integração na Rede Natura 2000. Em 2016, no âmbito do debate temático sobre Monsanto foi aprovado que a Câmara deveria diligenciar para a classificação como Área Protegida de Interesse Regional. Em 2018, face à ausência de diligências por parte da Câmara, o PEV voltou a apresentar uma recomendação em que um dos pontos era precisamente a criação da Área Protegida de Interesse Regional. Mesmo assim, nunca avançou. -----

----- Entretanto, na sequência de um requerimento, no final do ano passado o Senhor Vereador avançou que o regime de área protegida de âmbito regional não seria opção, porque a abrangência do parque é periurbana, mas Monsanto fica no território de apenas um município. -----

----- Para “Os Verdes”, é fundamental dar este passo para conferir maior proteção e valorização a Monsanto, algo que tinha feito todo o sentido durante a Capital Verde Europeia e, por isso, gostaríamos de saber se o executivo pondera outro tipo de classificação, nomeadamente a integração na Rede Natura 2000 ou outra classificação de âmbito local, como prevê a Rede Nacional de Áreas Protegidas. Consideramos até que seria um complemento e um contributo importante para a valorização e preservação e em nada colide com o que já está previsto. -----

----- Passando à parte que assinala os quatro anos de gestão municipal da CARRIS, o Senho Presidente refere a reativação da linha de elétrico da carreira 24. Sobre isto, “Os Verdes” pretendem saber se continua a não ser uma prioridade esta carreira ir até ao Cais do Sodré, ficando na Praça Luís de Camões. -----

----- Recorde-se que em 2017, na tomada de posse, o Senhor Presidente anunciou vários compromissos e um deles era recuperar o 24 entre o Cais do Sodré e Campolide. Também o Plano de Atividades e Orçamento da Carris para 2018 apontava para esse objetivo. -----

----- Ou seja, a ideia é que o elétrico 24 venha a fazer o percurso completo até ao Cais do Sodré e, se sim, qual o ponto de situação desse processo? -----

----- A propósito da requalificação de Bairro São João de Brito, é fundamental intervir, seja a nível do espaço público, das redes de saneamento e água, dos arruamentos e passeios ou da criação de espaços verdes, entre outros. As intervenções devem trazer a qualidade de vida que as pessoas merecem e que aguardam há muito, e pôr fim à indefinição e ao limbo jurídico que sempre se viveu ali. -----

----- Ainda ontem “Os Verdes” estiveram, mais uma, vez no bairro e puderam justamente confirmar a necessidade de avançar para essas medidas, e sobre isso não há qualquer dúvida. -----

----- Sobre a Associação Juvenil de São João de Brito, está prevista a sua demolição no dia 29 de abril, portanto, daqui a dois dias. As suas instalações foram feitas pelos

próprios sócios e moradores, de acordo com um projeto aceite pela Câmara Municipal Lisboa, e gostaríamos de saber a razão por que não foi ponderada pela autarquia a manutenção desta coletividade no âmbito do processo de legalização de lotes no Bairro. Nem desta nem da outra coletividade, o Centro Cultural e Desportivo Boa Esperança, que, entretanto, já foi demolida. -----

----- No ano em que Lisboa é Capital Europeia do Desporto é importante percebermos as prioridades da Câmara nesta matéria e é por isso que aqui trazemos este assunto. ----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Sobreira Antunes.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, muito obrigado. -----

----- Parabéns, Senhor Presidente José Leitão. -----

----- Na Assembleia Municipal de Lisboa no dia 23 de fevereiro de 2016, o plenário aprovou, por unanimidade, uma recomendação, subscrita inicialmente pela sua Presidente Helena Roseta, para que a Câmara ponderasse “*a possibilidade de exercer o direito de preferência na aquisição do quarteirão inglês*”, em que se inseria, entre outros, o Estrela Hall, da companhia teatral *The Lisbon Players* fundada em 1947, e para que não fosse efetuada alteração de uso aos edifícios classificados no PDM como equipamentos, de modo a defender “*os valores culturais, patrimoniais e históricos em causa*”. -----

----- Na envolvente às Ruas Saraiva de Carvalho e da Estrela, localizam-se ainda neste arborizado quarteirão com três séculos de história, para além do Estrela Hall, a antiga sede da Ordem dos Economistas, um antigo equipamento de saúde, uma antiga universidade, a Igreja Anglicana Saint George, onde periodicamente se realizavam concertos, e dois cemitérios, o Cemitério Britânico e o antigo Cemitério Judaico. -----

----- Acontece que aquelas recomendações foram totalmente indiferentes à Câmara, conduzindo à desocupação do quarteirão inglês, após ter sido vendido em 2017 a um investidor privado que ali pretende construir um condomínio, cedendo à autarquia o edifício da antiga sede da Ordem, instalar o centro de saúde de Campo de Ourique com ampliação do edifício do antigo hospital, com mais três pisos e três caves para estacionamento, enquanto o cemitério judaico deverá ser coberto por uma pérgula que o esconda das vistas dos futuros residentes. -----

----- Senhor Presidente, como é possível um projeto com esta envergadura, envolvendo quatro edifícios e dois cemitérios, com os previsíveis impactes que vai ter sobre as vistas a partir do exterior, e da própria impermeabilização do solo, nem ter sido aprovado em reunião de Câmara, nem sequer apresentado a esta Assembleia? -----

----- É ou não verdade que se trata de um espaço que deveria ser intocável, nas suas dimensões de preservação cultural, ambiental e histórica, tal como a Assembleia Municipal de Lisboa o identificou em fevereiro de 2016, respeitando-se outros valores, inclusive no plano da ética? -----

----- Considerando que as obras já terão começado, perguntamos porque existe toda esta precipitação na aprovação de um projeto imobiliário sem debate prévio? Reconhece ou não estar a ser lesada a imagem envolvente do cemitério, com obras que não foram discutidas de uma forma transparente? -----

----- Assim sendo, e perante um plano de urbanização com aquela dimensão, não deveria democraticamente ter sido objeto de um período de discussão pública entre os interessados, e até para quem lá tem os seus familiares sepultados se poder pronunciar? Senhor Presidente pondera ou não suspender a obra e colocar o projeto em discussão para receção de contributos? -----

----- É que, estranhamente, a Câmara parece querer evitar qualquer debate com a participação dos munícipes. -----

----- Outro exemplo é o quarteirão da Portugália, que deu origem a uma petição cujas recomendações foram também aprovadas neste plenário por unanimidade e nas quais, por exemplo, se solicitava o envio a esta Assembleia do relatório de ponderação da discussão pública, que nos parece não terá ainda sido reportado. -----

----- Na distribuição de usos, irá ser dada prevalência a mais espaços comerciais, alojamentos e hotel. Pergunta-se: porque será que cerca de ¼ da área bruta de construção será afeta a usos turísticos, apesar da óbvia carência habitacional? Confirma-se que nas compensações urbanísticas do promotor (Fundo de Investimento Imobiliário Sete Colinas) já não será incluído, por exemplo, um edifício para uma creche? Como serão minimizados os impactos do aumento da circulação viária local? -

----- Senhor Presidente, qual o papel da Freguesia na inventariação de prioridades?-----

----- Porque estamos perante mais um projeto imobiliário sem participação pública? ---

----- Para “Os Verdes”, nos dois casos, é incompreensível que os munícipes não possam ser ouvidos antes de encerrados os projetos finais, apesar da polémica que rodeia ambos os processos. Em suma, porque tem a Câmara medo dos debates públicos? -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se pretende intervir?” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Senhor Presidente, se não vir inconveniente, como tendo eu pouco tempo, eu responderia mais à frente, no final e aproveitando depois alguma cedência de algum partido e disponho-me novamente para aquilo que entenderem.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Tem então a palavra a Senhora Deputada do PPM, Aline Beuvink, e prepara o PS.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, pela palavra. -----
----- Senhores Secretários, -----
----- Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, começo por cumprimentar a si em especial, por este dia de seu aniversário. -----
----- Senhor Presidente da Câmara, -----
----- Senhores Vereadores, -----
----- Senhores Deputados, -----
----- Senhoras e Senhores, boa-tarde. -----
----- Como lembrou o Deputado Diogo Moura, felizmente, ainda teremos mais uma Informação Escrita, Senhor Presidente, mas, em junho. -----
----- Quanto a esta Informação Escrita, respeitante ao período dos meses de fevereiro e março e que está em apreço agora, permita-me dar os parabéns pelo Jardim da Praça de Espanha e parabéns também no arranque do plano de vacinação em Lisboa, acompanhado da disponibilização de transporte gratuito, subsidiado pelo município e prestado pelo serviço de táxis, para o apoio ao processo de vacinação. Serviços camarários, Proteção Civil, bombeiros, Juntas, queremos cumprimentar a todos pelo esforço e dedicação em tempos tão difíceis. Destaco ainda o recente lançamento de testagem gratuito em farmácias, disponibilizado para moradores nas freguesias mais afetadas. -----
----- Ainda no plano de combate a esta pandemia, gostava de realçar na parte económica o arranque da segunda fase do Programa “Lisboa Protege”, bem como os dados de alguns indicadores dos apoios até agora, direcionados num valor que, segundo podemos ler na Informação Escrita, se encontra próximo dos 25 milhões de euros, sendo na sua maioria destinados ao setor da restauração, como a Freguesia de Santa Maria Maior, que se apresenta com um maior número de pedidos. -----
----- Ainda sobre este tema da disponibilização de informação e esta Assembleia, defendemos que a mesma deve ser partilhada de forma mais detalhada, para um melhor acompanhamento e também em coerência com uma Recomendação aqui apresentada pelo PPM no passado mês de março e aprovada pelas restantes bancadas, estas informações deveriam ser disponibilizadas num portal onde todos os apoios do Município poderiam ser escrutinados, enfim, e com mais detalhe, Senhores Deputados, a transparência não se proclama, pratica-se, não é? -----
----- Conclui-se depois que estes destaques que escolheu na sua Informação Escrita de combate à pandemia, como a testagem, vacinação e apoio a retoma da economia, são uma boa receita para enfrentar a atual crise, mas os problemas da cidade não se restringem a problemas sanitários. -----
----- Falamos então daquelas que diz serem as suas receitas para outros problemas da cidade. -----
----- Na habitação e reabilitação urbana, o grande problema de Lisboa, o diagnóstico feito por si concluía que o elevado preço das casas em Lisboa iria ser combatido com a promessa, repito a sua promessa de disponibilização de seis mil fogos, dentro do Programa de Renda Acessível. Ora, a questão que lhe coloco quantos fogos entregou até agora? -----

----- Quantas casas pensam entregar até ao final do mandato? É que a seis meses de acabar este mandato só falou hoje de concursos, e estes números estão bem longe dos seis mil prometidos. -----

----- Pelo que lhe pergunto como avaliaria o comentador Fernando Medina, o grau de cumprimento desta promessa do autarca Medina? Quase que me arrisco a adivinhar que daria nota negativa. -----

----- Em resumo sobre a sua receita para o problema da habitação, o modelo não está a funcionar, existe um grave problema no grau de execução e Lisboa perdeu cinquenta mil pessoas nos 14 anos de governação socialista, cerca de 10% da população abandonou o Município, uma marca, claramente negativa. -----

----- Falamos também em matéria de saúde e das suas receitas para a cidade. -----

----- Em 2017 não se poupou a esforços e dinheiro, para espalhar cartazes na cidade onde prometia 14 novos centros de saúde em Lisboa, e aqui a pergunta que lhe faço é quantos tem, neste momento pronto a funcionar? Não estou a falar em projetos, estou a falar de porta aberta ao serviço das populações. -----

----- Ainda na saúde prometeu a criação de seiscentas e cinquenta novas camas de cuidados continuados em Lisboa, quantas é que foram realmente criadas? -----

----- Com a pandemia em curso que útil teria sido para a cidade, que estas promessas tivessem saído do papel e já tivessem sido cumpridas, mas a verdade é que são poucas muito poucas, as que foram criadas. -----

----- Em resumo em matéria de saúde a resposta a esta crise sanitária teria sido bem mais robusta, se a receita prometida tivesse sido aplicada antecipar, em vez de reagir, teria permitido uma pronta resposta a esta pandemia que, naturalmente, ninguém previa. -----

----- Senhores Deputados, apresentei agora um breve resumo de alguma das receitas prometidas e aplicadas pelo Senhor Presidente, para a cidade e quais os seus resultados em matérias variadas, como habitação, reabilitação urbana e saúde, que o tempo não permite uma análise mais profunda. Um retrato do trabalho autárquico que não se pode esconder atrás de uma pandemia, para justificar o que prometeu e não cumpriu e cujos resultados vistos a nu não são de todo os esperados. -----

----- Mas uma agradável surpresa e que não aparece na sua Informação Escrita, é o regresso do Arquiteto Manuel Salgado. -----

----- Manuel Salgado deixa a SRU volta à Câmara para ser seu conselheiro, e o Senhor Presidente, nada comenta, nem nesta Informação Escrita. Quase que diria que o Senhor Arquiteto Manuel Salgado afinal, sofre da “síndrome Dino Meira”, “*voltei, voltei de lá*”, ainda ontem estava na SRU e agora já estou cá. Vale mais um mês como Medina, do que um ano inteiro lá. -----

----- Manuel Salgado regressou para aconselhar o Senhor Presidente, sem receber ordenado, mas, infelizmente, sem direito a um simpático comentário de boas vindas de Fernando Medina, fica então aqui o meu! -----

----- Como deve calcular, Senhor Presidente, era impossível para mim falar nesta Informação Escrita, sem mencionar o nome tão importante, que esteve ligado ao

Município por mais de uma década, deixando aqui esta pequena referência, mas com carinho. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada. -----

----- Tem então a palavra o Partido Socialista, o Senhor Deputado Hugo Lobo e prepara o Bloco de Esquerda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, -----

----- Senhor Presidente da Câmara, -----

----- Senhores Vereadores, -----

----- Caras e Caros Colegas. -----

----- Discutíamos nesta sessão da Assembleia Municipal, e neste ponto da ordem de trabalhos, a Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

----- E quer da análise deste documento, quer dos tempos que vivemos desde março de 2020, a esta parte existe um assunto que é absolutamente incontornável e que é a situação pandémica e no fundo, tudo o que foi feito pelos diferentes atores públicos para acudir ao seu impacto, que foi e é um impacto muito duro, muito sério, muito gravoso, o impacto nas famílias, o impacto nas empresas, um impacto na comunidade no seu conjunto, e é sobre este ponto as iniciativas e o enorme esforço levado a cabo pela Câmara Municipal de Lisboa, que eu gostaria de abordar o qual eu gostaria de me referir. -----

----- Desde logo, queria assinalar, no contexto do plano de vacinação que decorre com assinalável organização e crescente velocidade. A criação pela Câmara Municipal de Lisboa de oito centros municipais de vacinação, que facilitam enormemente o acesso de todos os cidadãos, que diariamente acorrem e acedem a estas instalações. Mais centros de vacinação, permitem uma melhor distribuição dos utentes e uma maior celeridade e organização do processo, que tem vindo a ser genericamente reconhecido como muito positivo e muito bem organizado pelos lisboetas e por todos os que estão a ser vacinados nossa cidade. -----

----- Queria ainda sublinhar as funções desempenhadas pelo Município, através do Serviço Municipal da Proteção Civil, quer na coordenação do processo de vacinação, quer no fornecimento de meios humanos e materiais. Uma referência também, de resto já feita pelo Senhor Presidente da Câmara, à iniciativa da CML, sobre o transporte dos utentes em táxi de e para os locais de vacinação, portanto, acessível a todos os munícipes que vivem em Lisboa, com mais de 80 anos ou com mais de 50 anos e com dificuldades de locomoção. -----

----- Queria ainda deixar, Senhor Presidente, uma nota sobre o programa de testagem rápida e gratuita, em articulação com as farmácias da cidade, que se destina aos

residentes a partir de 16 anos das freguesias de Lisboa, com mais de 120 casos por 100.000 habitantes. -----

----- Falando, enfim, da problemática da pandemia, não podia deixar, obviamente, de trazer para este debate em nome da bancada Municipal do Partido Socialista, o Programa “Lisboa Protege”, mais concretamente a segunda fase que é aquela que é desenvolvida, portanto, na Informação Escrita do Senhor Presidente. -----

----- Esta segunda fase do programa veio trazer um reforço substancial das medidas de apoio às empresas da cidade, às famílias e ao setor social e cultural. O apoio foi alargado a empresas com faturação entre quinhentos mil e um milhão de euros. Foi criada uma linha de apoio a fundo perdido com mais de vinte milhões de euros, apoio até dez mil euros por beneficiário, e que abrange agora novas atividades empresariais como a panificação, pequenas oficinas de reparação, atividades criativas, desportivas e de lazer ou todas as Lojas com História. -----

----- As lojas e os restaurantes continuam a ser apoiados, agora até ao limite de um milhão de euros de faturação, desde que tenha tido quebras superiores a 25%. Também os empresários em nome individual com faturação até duzentos mil euros, contabilidade simplificada, passaram também a estar abrangidos por este programa, podendo receber até cinco mil euros a fundo perdido, e ainda o apoio específico ao setor do táxi de quinhentos euros também a fundo perdido. -----

----- Em suma, um conjunto muito amplo, diversificado e extraordinariamente robusto de apoios, com um envelope financeiro global, isso até ao final da segunda fase de noventa milhões de euros, um conjunto de medidas sem precedentes e sem comparação com quaisquer outras medidas levadas a cabo por outras autarquias e, aliás, aproveitaria agora, enfim, para naturalmente, de regozijar e saudar o Senhor Presidente da Câmara por aquilo que já anunciou como a terceira tranche deste programa, que em breve irá ao conhecimento, quer do executivo, quer da Assembleia Municipal. -----

----- A notícia que ontem foi divulgada pela comunicação social, sobre a dimensão e a abrangência dos apoios desenhados e implantados em Lisboa, eu diria por comparação à contenção e à visibilidade de apoios em algumas outras autarquias, não nos surpreende totalmente, mas, Senhor Presidente e Caros Colegas, eu entendo que devia esta notícia ser motivo de ampla reflexão, e até de algum referimento por parte daqueles que em Lisboa defenderam com inevitável demagogia, níveis de apoios, verdadeiramente ilimitados, mas que nas autarquias que dirigem ou que com dirigem se destacam precisamente pela exiguidade desses apoios, aproveito ainda, como já tinha referido a terceira *tranche*. -----

----- Queria terminar com algumas referências específicas à zona ocidental de Lisboa, onde também desempenho funções autárquicas. Para dizer que é, obviamente, com muita satisfação que recebemos, portanto, da parte do Senhor Presidente, no fundo, a confirmação do alargamento da linha vermelha do metro para a zona ocidental da cidade, enfim, uma medida que reportamos de absolutamente fundamental para a melhoria da mobilidade dos cidadãos desta parte da cidade. A reabilitação do Largo do Rio Seco, uma obra há tantos anos desejada e que corre já, portanto, com muita

rapidez e que, portanto, permitirá dignificar aquele espaço significativo da Freguesia da Ajuda, e por último, também, referido pelo Senhor Presidente, o remate do Palácio da Ajuda. Penso que é, de facto, uma obra verdadeiramente emblemática deste município e desta maioria e que, finalmente, digamos, irá ao encontro daquilo que é a aspiração de todos os Ajudenses ter aquela obra completa. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Tem então a palavra o Senhor Deputado Ricardo Moreira, do Bloco de Esquerda e prepara João Carlos Pereira, do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Senhor Presidente, -----

----- Senhor Presidente da Assembleia, -----

----- Senhores Vereadores, -----

----- Senhores Deputados, -----

----- Todos os presentes. -----

----- Em primeiro lugar, de facto, ainda não é o momento de fazer balanços chegaremos a esse balanço e ao trabalho conjunto que fizemos em Lisboa, àquilo que correu bem e que correu mal, faremos esse balanço na Assembleia e noutros fóruns, mas fá-lo-emos noutro momento. -----

----- Sobre a Informação Escrita do Senhor Presidente, ouvimos com atenção, Senhor Presidente e queremos, de facto, relevar o esforço que Lisboa fez no combate à crise pandémica. -----

----- Desde há um ano, em março de 2020, que temos juntado esforços em Lisboa para combater tanto a crise pandémica como a crise social. Testar e isolar, proteger o comércio, proteger a restauração, proteger as famílias, proteger as associações, o tecido vivo da cidade de Lisboa, tem sido uma grande prioridade desta maioria, deste executivo e, por isso, nós orgulhamo-nos também desse caminho que foi, de facto, e permitam-me, aliás, Senhor Presidente, que demos um passo atrás para ganharmos perspetiva sobre o trabalho que Lisboa está, de facto, a fazer. Por vezes, quando estamos envolvidos no trabalho diário não conseguimos perceber bem a diferença daquilo que estamos a fazer, e, infelizmente, o Senhor Presidente, e os Senhores Vereadores e os Senhores Deputados, far-me-ão justiça de reconhecer que têm trazido várias vezes esta questão a esta Assembleia, a falta de investimento do Governo tem levado a que sejam as autarquias a responder por elas próprias, de facto, sabem bem o que são 7 mil milhões de euros no Orçamento de Estado de 2020 que o Governo não investiu no combate à pandemia, e isso não se compreende. -----

----- Mas dizia eu, que estes esforços nas autarquias têm levado a disparidades territoriais e essas disparidades só podem mostrar o caminho de que era necessário um investimento completo num, todo. -----

----- Mas veja-se, por exemplo, aquilo que surgiu esta semana da Câmara do Porto, que gastou sete vezes menos que Lisboa no combate à pandemia, e isso é significativo, aliás, o Porto gastou na total metade daquilo que Lisboa gastou apenas no Pelouro dos Direitos Sociais, do Vereador Manuel Grilo, que foi investido nas pessoas, e é notável também este trabalho em Lisboa, imaginem se estivéssemos nas mesmas condições. -----

----- Mais ainda algumas das medidas que foram anunciadas mais a norte como a distribuição de 150.000 refeições nos próximos meses, à população em situação de sem-abrigo não tem comparação com aquilo que estamos a fazer em Lisboa, quando diariamente com o apoio gigante das Juntas de Freguesia, se oferecem mais de 10.000 refeições não só as pessoas em situação de sem-abrigo, mas aos idosos que estão isolados, às famílias a quem o desemprego bateu à porta, a todas as pessoas que necessitam, este trabalho tem sido notável. -----

----- E veja-se também a resposta de emergência nas pessoas em situação de sem-abrigo, centros pelos quais já passaram mais de setecentas, oitocentas pessoas que poderiam ter ido parar à rua, mas não foram, graças a esses centros de emergência, e a resposta preme, digna do “*House First*”. Essas casas, primeiro para as pessoas em situação de sem-abrigo, que já vão com duzentas e cinquenta casas já entregues. -----

----- Mais ainda, a questão da habitação é a segunda grande crise que temos de tratar, e o Senhor Presidente, trouxe o Programa de Renda Acessível PPP, Alto do Restelo, a esta reunião e nesta reunião, vamos analisar depois da Informação Escrita, também a questão do Programa de Renda Acessível, PPP de Benfica, do Paço da Rainha e do Parque das Nações, e o Senhor Presidente, sabe tão bem como eu, que muitas pessoas têm um medo enorme de setembro, têm um medo das moratórias acabarem em setembro, e muitas pessoas já dizem, “*eu já não tenho medo do vírus, tenho medo de perder a casa*”, e soubemos hoje que essa crise a habitação que faz com que as avaliações bancárias continuem a crescer que é completamente estranho, devíamos estar à espera de um baixar do preço das casas, mas num mercado desregulado continuam a subir, apesar da crise e do desemprego. -----

----- Em primeiro lugar, queremos assinalar aquilo que o Senhor Presidente, já assinalou, que é a mudança estrutural neste novo Programa de Renda Acessível, PPP. Os 30% de fogos para o privado já não vão para venda livre, como na primeira versão, e ainda bem, porque, de facto achamos, faz sentido que o Partido Socialista reconhece que era um abuso os privados ficarem com as rendas e ainda com 30% dos fogos para especulação, aliás, era uma política estranha. Porque era uma medida de renda acessível para combater a especulação imobiliária e, ao mesmo tempo promovia essa especulação imobiliária oferecendo 30% ao mercado. -----

----- E em segundo lugar também sobre este programa, Senhor Presidente, não chega esta mudança, precisamos destas casas que vão para a renda livre. São Lázaro, cinquenta e duas, ainda no programa anterior, a Gomes Freire Pereira, vinte e nove ainda do programa anterior, Benfica, duzentas e vinte e nove, Restelo, duzentos e quarenta e dois, Parque das Nações, oitenta e uma, Paço da Rainha, trinta, são quase

setecentas casas que Lisboa perde, para poder controlar o mercado da habitação, e bem precisava dele.-----

----- Por isso, Senhor Presidente, nós temos feito este apelo todas as vezes que falámos sobre esta matéria, por favor, abandone este sistema que promove a especulação e invista naquilo que criámos juntos, e que o Senhor Presidente se orgulha, tem dado nota disso, que é um PRA cem por cento público. As moratórias de setembro estão aí, há uma grande crise, ainda bem que avançamos com este subsídio municipal de arrendamento para regular essa crise, mas precisamos de soluções estruturais e elas só podem ser dadas com um PRA cem por cento público. -----

----- Finalmente, queria-lhe fazer uma pergunta, Senhor Presidente, é uma pergunta muito direta, é sobre espaço público, queria voltar a Tapada das Necessidades.-----

----- O Senhor Vereador Sá Fernandes, disse recentemente, num fórum público que estava tudo em aberto e supostamente as obras iam começar em setembro, porque de facto, não começaram, como sabe é uma concessão a privados, ou seja, de certa forma privatiza um espaço público, destrói aliás, uma parte desse espaço público vai haver demolições, por isso, Senhor Presidente há mais de dez mil pessoas que querem defender a Tapada das Necessidades e queria-lhe perguntar se está mesmo tudo em aberto? Se vai ouvir estes cidadãos? -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Tem então a palavra o Senhor Deputado do PCP, João Carlos Pereira e prepara o PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Carlos Pereira (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara,-----

----- Os Senhores Vereadores, -----

----- Os Senhores Deputados Municipais, e no dia de hoje um cumprimento especial ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal pelo seu aniversário.-----

----- Trazemos hoje aqui a questão da Capital Europeia do Desporto, tendo em conta que Lisboa iniciou o seu processo de candidatura à Capital Europeia do Desporto em maio de 2016.-----

----- No dia 25 de novembro de 2017, a *European Capital Cities of Sport Federation* escolheu Lisboa como Capital Europeia do Desporto para o ano de 2021. -----

----- A candidatura de Lisboa foi apresentada como um elemento que traduzia a consciência da cidade, para a importância da atividade física e do desporto, como fator determinante à construção de uma cidade mais humana, igualitário e inclusiva, moderna e sustentável. Sendo ainda afirmado que em Lisboa desenvolvemos o desporto em parceria com os agentes desportivos o meio associativo, a rede escolar e as várias freguesias. -----

----- De acordo com notícias vindas a pública a 26 de novembro de 2017, a Câmara Municipal de Lisboa havia noticiado a sua pretensão de investir vinte e seis milhões de euros em equipamentos, até 2021, já a pensar na vitória desta candidatura. Importa agora passados quatro anos, saber o que foi realmente feito e para onde foram canalizados aqueles vinte e seis milhões, e que novos equipamentos foram construídos, beneficiados ou reconstruídos?-----

----- É uma pergunta que fazemos e à qual gostaríamos de obter resposta por parte da maioria que governa a Câmara.-----

----- Foram vários os momentos em que o PCP procurou obter informações acerca da forma como a Câmara Municipal Lisboa, pretendia realizar os seus objetivos ainda com o anterior Vereador do Desporto, em face da apreciação da atividade municipal e discussão das grandes opções do plano.-----

----- Questionamos quais os desenvolvimentos que esta iniciativa teria para a cidade, tendo então o Vereador, remetido sempre tais esclarecimentos para um momento posterior.-----

----- Tais esclarecimentos que procuravam antes de mais saber que programação estava a Câmara a pensar desenvolver, nunca tiveram lugar.-----

----- A realidade epidémica com que fomos posteriormente confrontados não justificou o vazio de informação e a ideia de programação que era patente no final de 2019 e no início de 2020. Mesmo no final de 2020, já em plena situação pandémica quando questionando a acerca desta matéria em reunião da 7ª Comissão, o Vereador do PS com o Pelouro, não prestou esclarecimentos que apontassem a forma como a Lisboa, Capital Europeia do Desporto iria decorrer.-----

----- Sendo aliás, de lembrar que as Grandes Opções do Plano aprovadas em dezembro de 2020, nesta Assembleia Municipal, referiam de passagem o seguinte: *“implementar e acompanhar a Lisboa Capital Europeia do Desporto, 2021”*, portanto, em dezembro, ia-se implementar e acompanhar algo que deveria ter o seu início em poucos dias.-----

----- Fruto da situação pandémica e dos graves impactos da mesma na vida da cidade e das suas estruturas culturais recreativas e desportivas por proposta do PCP, a Câmara Municipal de Lisboa, aprovou em maio de 2020, por unanimidade, um instrumento que possibilita o apoio financeiro suplementar excecional ao movimento associativo popular.-----

----- A solução então aprovada na sequência de uma consensualização da proposta do PCP com outras forças políticas, enquadra-se no Fundo de Emergência Social- FES, do Município de Lisboa, vertente, do apoio a instituições particulares de solidariedade social e outras entidades sem fins lucrativos, permitindo às associações o acesso a financiamento para suportar, designadamente, encaixes resultantes de rendas, água luz, gás, seguros e salários trabalhadores, sendo elegíveis os que tenham ocorrido desde março de 2020.-----

----- Esta proposta visou dar um impulso a manutenção do movimento associativo na capital, já que o surto epidémico da COVID-19, colocou um travão à atividade de

muitas associações, designadamente no plano desportivo, cultural e de recreio, que, não obstante mantêm as despesas correntes como, as rendas, águas, luz ou seguros. ----

----- Na mesma linha de ação em torno da defesa da prática desportiva em dezembro, 2020, assinalando, o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, o PCP apresentou uma proposta em Reunião de Câmara, para a construção, adaptação de um pavilhão desportivo inclusivo e medidas de apoio ao desporto adaptado.-----

----- A menos de um mês, na altura de Lisboa se tornar a Capital Europeia do Desporto 2021, sem se conhecer o programa de atividades, o PCP alertou para a necessidade de se tomarem decisões para que este galardão fosse, de facto, um marco para a cidade de forma a perdurar no tempo. -----

----- Os desenvolvimentos posteriores, não significaram os avanços que consideramos necessários, e que as coletividades e clubes precisam para o desenvolvimento do desporto na cidade. -----

----- Volvidos quase quatro meses desde o início do ano, não se conhece o programa da Capital Europeia do Desporto, sendo certo que já se realizaram algumas iniciativas, como o Campeonato da Europa de Judo e outras iniciativas realizadas com aquela modalidade, nada se conhece em relação a iniciativa futura.-----

----- O que se sabe são afirmações proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara, a anunciar a 14 de abril de 2021, no momento da apresentação pública da capital, um investimento de vinte milhões de euros, numa linha de apoio aos clubes desportivos da cidade, financiamento de testes à COVID-19, aos atletas da cidade, e o reforço em um milhão de euros no apoio à prática desportiva regular. -----

----- Mais uma vez, o executivo municipal e à Assembleia Municipal, são confrontados com o anúncio público, mas sem o órgão municipal conhecer como tais medidas vão ser aplicadas, a quem se destinam e quais os termos e a forma como decorreram as possíveis candidaturas a estas medidas, exceção, aqui para a testagem que já me refiro a seguir, que saiu neste momento.-----

----- Para o PCP é fundamental a rápida definição de critérios praticáveis para a retoma desportiva, o estabelecimento de normas sanitárias para cada modalidade e situação em concreto e rápida atribuição dos apoios prometidos. -----

----- O desporto foi um dos setores mais afetados com a COVID-19, trazendo consequências graves para o país, para a cidade de Lisboa, incluindo para a saúde dos portugueses e o confinamento e paragem da atividade desportiva vieram piorar a situação financeira das associações e clubes desportivos. -----

----- No caso da testagem à COVID-19, sublinhamos que há orientações que definem critérios que muito dificultam a retoma, sobretudo num contexto em que os clubes e federações, já se encontram numa situação complexa e não aponta a previsão de regresso do público. -----

----- Vemos assim com muito positivo o recente anúncio do apoio aos clubes e associações da Cidade de Lisboa na testagem, através da inclusão dos atletas e praticantes no Plano Municipal de Testagem, nomeadamente, dos escalões de formação, independentemente de serem ou não federados. -----

----- A pandemia não apaga as responsabilidades da Câmara, num caminho que não passou pela valorização das condições para a prática do desporto e da atividade física.-----

----- Para o PCP a política desportiva deve dar resposta a um imperativo constitucional do direito ao desporto, como meio de valorização humana, fator de desenvolvimento da personalidade e democratização da vida social.-----

----- Ainda em relação à Capital Europeia do Desporto, foi com espanto e perplexidade, que ouvimos o Senhor Presidente do Comité Pré Olímpico de Portugal, reunião da 2ª e 7ª Comissões ontem realizada, afirmar que havia intenção de realizar dois dias para Paraolímpicos Municipais, mas que tal não se irá realizar, pela insuficiência de verbas disponibilizadas pela Câmara Municipal, os quinze mil euros disponibilizados pela Autarquia não cobriam os setenta mil euros necessários para a sua realização.-----

----- Consideramos que tal facto lamentável e indigno, numa Capital Europeia do Desporto, que esperamos e exigimos que seja ainda corrigido.-----

----- Em Lisboa, é necessário retomar o processo de autêntica democratização da cultura física e do desporto, que assegura a generalidade da população as condições de acesso à prática desportiva regular, dando resposta às necessidades concretas nas etapas de vida de crianças, jovens, mulheres e homens, de forma integrada, com os processos de educação, formação, cultura, sociabilização, saúde e qualidade de vida. --

----- Queremos uma cidade que incentive e valorize o movimento associativo de base popular, que democratize a prática do desporto e da atividade física, como componente essencial de bem-estar de realização pessoal e da promoção da saúde.-----

----- A fechar, aproveitamos para questionar se os vinte milhões já anunciados se serão incluídos na linha FES, de apoio ao movimento associativo popular, proposta pelo PCP.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Tem então a palavra os Deputados do PSD, Francisco Domingues e Ana Mateus, e prepara Rodrigo Mello Gonçalves”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Domingues (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário.-----

----- Boa tarde a todos, que todos estejam de boa saúde, não podia de deixar de fazer um cumprimento especial ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

----- Relativamente à Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Partido Social Democrata gostaria de fazer as seguintes considerações e de colocar algumas questões relativamente aos seguintes temas:-----

----- Sobre o Cartão Navegante da Escola.-----

----- Desde o lançamento da iniciativa, a Câmara Municipal de Lisboa entregou cerca de 32.200 cartões, a alunos de 130 escolas públicas e 58 privadas, do ensino básico de Lisboa. O Cartão Navegante Escola é um cartão Lisboa Viva que identifica o aluno e

a escola ou agrupamento escolar a que pertence, e que permite aceder gratuitamente à rede de transportes públicos coletivos da Área Metropolitana de Lisboa, até o aluno completar 13 anos. Agora é anunciada a distribuição de mais 7.000 cartões nas escolas de Lisboa. O Partido Social Democrata gostaria de saber: -----

----- Qual a razão do critério da atribuição do cartão ser a idade e se não seria mais justo, o critério de atribuição do cartão, ser a frequência de determinado ano letivo, por exemplo, até ao final do 3.º ciclo? -----

----- Não nos parece justo que, as famílias e alunos com dificuldades de aprendizagem, que fiquem retidos devido a essas dificuldades, e que tenham idade superior a 13 anos, mas que ainda não tenham terminado o 9.º ano de escolaridade, sejam prejudicados por esse motivo. A fim de fomentar a utilização do transporte público, no nosso entender, seria preferível que o referido título de transporte se tornasse gratuito até ao final do 3º ciclo não estando dependente do fator idade. -----

----- Relativamente aos quatro anos de gestão municipal da CARRIS. -----

----- Na atual frota da Carris, gostaríamos de obter informação sobre qual a percentagem de veículos equipados com condições de acessibilidade total para passageiros de mobilidade reduzida, nomeadamente, no que diz respeito a rampas de acesso, e quantas delas se encontram em efetivo funcionamento? De igual forma, gostaríamos de saber quantos veículos permitem o transporte de bicicletas, e para quando a implementação de veículos elétricos na frota da CARRIS tal como acontece um pouco por toda a Europa? -----

----- Gostaríamos também de saber se existe algum plano da CML para recuperar os chamados elétricos “*históricos*”, que tenham sido alienados ou abandonados pela empresa, com vista a colocá-los ao serviço da cidade, tendo presente a evidente inércia da CML em proceder à aquisição de veículos novos com estas características. --

----- Ainda sobre a CARRIS, gostaríamos de saber se CML pensa reativar mais linhas de elétricos para além da carreira 24, nomeadamente, da ligação das Amoreiras, a partir do troço da atual carreira 24, à zona de Campo de Ourique, via Rua Ferreira Borges, que possibilitaria a ligação ao Cemitério dos Prazeres, via Rua Saraiva de Carvalho, bem como, por exemplo, à Avenida 24 de Julho, através de percurso via Rua Domingos Sequeira? -----

----- Na cerimónia de assinatura do contrato para a compra de 15 novos elétricos articulados para a Carris, a CML fez o anúncio de duas novas linhas de metro ligeiro, uma na zona ocidental e outra na zona oriental da cidade. Na referida cerimónia, o Senhor Presidente da CML referiu que a terminologia para este “*metro de superfície*” ainda não estava definida, por isso perguntamos: -----

----- Esse novo meio de transporte será feito num canal segregado, com estações com plataforma, ou, ao invés, será semelhante à dos elétricos que já circulam na linha 15? --

----- Recorde-se, que no primeiro caso será necessário transbordo, não havendo uma integração na rede das linhas existentes, enquanto, no segundo caso, optando por um sistema semelhante ao utilizado na linha 15, permitiria uma melhor operação e interligações com a rede já existente. -----

----- Rede de sensores que monitoriza a qualidade do ar, níveis de ruído e trânsito: -----

----- Lisboa instalou uma rede de monitorização em tempo real da qualidade do ar, níveis de ruído ou trânsito. Foram instaladas oitenta estações, com 658 sensores, de modo a obter uma cobertura espacial de toda a cidade. -----

----- Estes números não conferem com as 38 estações e os 273 sensores que se encontram nos dados “Lisboa Aberta”. Porquê? -----

----- Os novos sensores já estão instalados ou estão para instalar? -----

----- Obras da Gebalis na freguesia de Marvila: -----

----- O PSD recebeu inúmeras queixas por parte de cidadãos residentes na freguesia de Marvila, e mais concretamente na Avenida João Paulo II e Praça Dr. Fernando Amado, onde no ano de 2019 a empresa municipal Gebalis iniciou obras de reabilitação do edificado camarário, verificando-se que passado pouco tempo o empreiteiro que se encontrava a realizar as obras, deixou de ser visto no local, deixando os prédios em pior estado do que estavam antes do início da obra. -----

----- Agora, há prédios, como o Lote 572 da Praça Dr. Fernando Amado, que há meses que não tem porta de entrada, verificando-se, também, que foram retirados os gradeamentos de segurança existentes nas varandas, não tendo sido substituídos por mais nenhuma estrutura (em face das obras estarem em estado de abandono) e, por via do referido, têm ocorrido furtos nas residências, o que é absolutamente lamentável. ----

----- Por fim, gostaria de referir um último tema. -----

----- Tendo presente o estabelecido pela Lei n.º 52/2019, de 31 de Julho, que aprovou o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, verifica-se que o n.º 3 do artigo 15.º do referido normativo legal, prevê que os municípios, bem como as freguesias com mais de 10.000 eleitores, deverão manter um registo de interesses próprio e acessível através da Internet, no qual deverão constar: -----

----- Os elementos objeto de publicidade e constantes da declaração única entreguem junto da entidade responsável, no caso o Tribunal Constitucional.-----

----- Declaração de atividades suscetíveis de gerar incompatibilidades ou impedimentos e quaisquer atos que possam proporcionar proveitos financeiros ou conflitos de interesses, em termos a definir em regulamento a aprovar pelo respetivo órgão deliberativo. -----

----- De igual forma, encontra-se previsto na já citada Lei, que os municípios deverão aprovar códigos de conduta, a publicitar no Diário da República e nos respetivos sítios da Internet. -----

----- Assim sendo, a Câmara Municipal de Lisboa deverá prover, com urgência, pela regulamentação da forma como concretizará e tornará acessível o registo de interesses dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos (através do seu sítio na Internet), mediante Regulamento próprio, que terá de ser apreciado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, e que regulamentará o exercício de funções dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos – registo de interesses, bem como os impedimentos que impendem, por exemplo, quanto aos membros dos gabinetes de apoio à presidências da CML e dos seus Vereadores, pelo que interrogo o Senhor Presidente da CML para quando se concretizará esse Regulamento, bem como

o Código de Ética e Conduta (aplicável a todos os trabalhadores independentemente do seu vínculo de emprego público, com as devidas adaptações, aos colaboradores do Município que lhe prestam serviços efetivos, designadamente os beneficiários de medidas de apoio ao emprego, consultores, estagiários, peritos e prestadores de serviços, bem como os assessores e membros dos gabinetes de apoio à presidência e aos vereadores e, ainda, aos eleitos locais da Câmara Municipal, tudo à luz da Lei n.º 52/2019. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Presumo, que a Senhora Deputada Ana Mateus, vai continuar a intervenção do PSD.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Mateus (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Então endereço os meus cumprimentos a todos os presentes em especial ao Senhor Presidente da Assembleia, pelo seu aniversário. -----

----- E vou começar a falar na Informação Escrita, como é óbvio, ficámos a saber que, no total até 31 de março, foram vacinadas 629 operacionais do Regimento Sapadores Bombeiros. -----

----- Quantos bombeiros que ainda faltam vacinarem na cidade de Lisboa? -----

----- Diz a CML que “no âmbito do Plano de Vacinação COVID-19 o Serviço Municipal de Proteção Civil é o serviço responsável por garantir a coordenação operacional” ... “designadamente no processo de vacinação”, como disse o Senhor Presidente, “nos 8 Centros Municipais de Vacinação, garantindo os recursos humanos e materiais suficientes e necessários ao seu funcionamento diário.” -----

----- Sabemos bem que o processo de vacinação de professores não decorreu só no Pavilhão 3 da Cidade Universitária, como decorreu em simultâneo em vários Centros de Vacinação da cidade, centros esses, em que só foi possível garantir o seu funcionamento, graças às Juntas de Freguesia que, não só de segunda a sexta-feira, como aos fins de semana, deslocalizarão funcionários, dos mais variados serviços, contratam e pagaram horas extraordinárias, a custos próprias, para garantir o funcionamento diário. -----

----- Perguntamos: Pensa a Câmara compensar as Juntas de Freguesia dos custos associados a esta operação? -----

----- Também os funcionários das Juntas de Freguesia de Lisboa, nos Centros de Vacinação, são distribuídos por várias funções, uma delas era a monitorização da sala de recobro. A Câmara a determinada altura passou a oferecer lanches, na sala de recobro da vacina. Temos informação de que a partir do dia em que a Câmara passou a oferecer esses lanches, o pessoal das Juntas de Freguesia foi proibido de estar na sala de recobro, passando esta função a ser executada em exclusivo por um funcionário da Proteção Civil da Câmara. Porque é que se deu essa alteração, gostaríamos de saber? -----

----- Pretendemos saber, quantos Professores e funcionários do pré-escolar e do 1º ciclo, do público e do privado, já foram vacinados e quantos faltam vacinar? E dos outros graus de ensino, quais são os seus números? -----

----- Noutro domínio da saúde pública, quantos centros de saúde, dos 14 prometidos, são esperados estarem a funcionar e abertos ao público até ao fim do 3º trimestre deste ano, repetimos a pergunta, feita pela Senhora Deputada Aline. -----

----- Relativamente à testagem gratuita nas farmácias. -----

----- A Câmara lançou um programa de testagem gratuita, como nós sabemos, no entanto, concordamos com a alteração, como é óbvio, porque o PSD passou 1 ano a pedir à Câmara para testar, testar, testar, mas, podemos concluir que em período pré-eleitoral a Câmara toma decisões com base em manter os munícipes mais satisfeitos? Se não é esse o motivo, qual é? Porquê a mudança de estratégia, o Programa foi mal estruturado inicialmente? Isto, devido como se sabe da transferência, em primeiro lugar estes testes começavam só para estar disponíveis para residentes de freguesias com mais de 120 casos por cem mil habitantes, depois de muita reclamação, por parte dos munícipes das freguesias não abrangidas o programa foi alargado, e esta a minha questão. -----

----- Quanto à testagem a seis mil trabalhadores da Câmara Municipal. -----

----- *“De forma a conter o contágio, a Câmara de Lisboa realizou uma operação de testagem à Covid-19. A testagem é realizada quinzenalmente e abrange os trabalhadores dos serviços essenciais, e que têm mais interação com a população”*, isto é o que se encontra na Informação Escrita. -----

----- Ora, depois de o PSD passar 1 ano a pedir à Câmara Municipal que testasse os trabalhadores do município e que testasse a população, porque essa era a única maneira de conter o contágio, a Câmara venha agora anunciar que *“De forma a conter o contágio”* testa quinzenalmente 6000 funcionários do município. A testagem quinzenal dos funcionários da Câmara é uma admissão de que o PSD tinha razão desde a primeira hora, em que sempre pediu que o fizessem? -----

----- Queria voltar à questão da drenagem no Parque Eduardo VII, porquê? -----

----- Porque, no dia 22 de março de 2021, como sabemos, foi assinalando o Dia Mundial da Água, iniciou-se uma intervenção estrutural no Parque Eduardo VII para melhorar a pavimentação e a drenagem.-----

----- De recordar que, na reunião extraordinária da Assembleia Municipal, realizada no passado dia 2 de março de 2021, o PSD apresentou a Recomendação 138/08 *“Pela Restauração e Preservação do Parque Eduardo VII”*, em que alertava para factos como *“O piso fora das zonas relvadas se encontra em mau estado de conservação, de tal forma que pode apresentar perigo de queda para quem usufrui do espaço”*. Naquela data, isto é, 20 dias antes do início desta intervenção, o PSD foi atacado pelo PS nesta Assembleia, com acusações de estar a dizer mentiras, uma vez que o Parque Eduardo VII estava em perfeito estado de conservação. O PS, esse que, ao contrário das outras forças políticas e Deputados Independentes, votou contra todos os pontos da parte deliberativa desta recomendação. -----

----- No dia 22 de março, dia em que a Câmara Municipal Lisboa, deu início à obra de requalificação dos pavimentos e do sistema de drenagem do Parque Eduardo VII, em declarações ao “Olhares de Lisboa”, a mesma Câmara diz que “o Parque Eduardo VII apresenta um sistema de drenagem de águas residuais envelhecido, unitário e uma rede de pavimentos degradados, resultado de décadas de desgaste”. -----

----- Esperamos que, assim como apenas 20 dias depois da Recomendação apresentada pelo PSD, a Câmara Municipal, confirmou a veracidade dos factos apresentados relativos ao pavimento, também o faça com a maior brevidade possível, relativamente ao estado da topiaria deste Parque, cujo estado de degradação também é fácil de comprovar no registo fotográfico enviado aquando da apresentação da Recomendação 138/08. -----

----- Para terminar, relativamente, à habitação para jovens e classe média no Alto do Restelo, o Senhor Vereador Ricardo Veludo confirmou que o projeto poderá agora sofrer alterações, nomeadamente na “altura dos edifícios” e que poderão vir a ser propostas “eventuais alterações aos projetos de loteamento”. Sobre a reivindicação de um processo mais participado, o vereador afirmou que “haverá oportunidade de novas interações com a Junta de Freguesia e com as associações de moradores. -----

----- E agora sim por fim, o Projeto BLX à sua porta surgiu para dar resposta às pessoas que queriam ler em tempos de confinamento, mas agora, com a reabertura das Bibliotecas, o projeto chegou ao fim. -----

----- Constando na página oficial da Rede de Bibliotecas de Lisboa o fim da BLX à sua porta, gostaríamos de saber e tendo em conta o sucesso do Projeto em questão, se não seria útil a continuação do mesmo. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada. -----

----- Tem então a palavra o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves e prepara Paulo Muacho” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário, -----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal, aproveito para cumprimentado dado o seu aniversário. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, -----

----- Senhores Deputados Municipais. -----

----- Tenho duas questões muito concretas nesta Informação Escrita, ambas relacionadas, com a questão da transparência que continua a ser um dos “calcanhares de Aquiles” deste executivo camarário. -----

----- Na última Assembleia Municipal, questioneei a Câmara e não obtive resposta sobre quando é que teríamos acesso na Assembleia, enquanto órgão fiscalizador aos relatórios de execução de “Lisboa Protege”. -----

----- Volto a referir que já lá vai mais de um ano que andamos a aprovar medidas, estamos a falar de milhões e milhões de euros, e esta Assembleia é credora da informação sobre a execução desse plano. -----

----- A segunda questão também muito concreta, tem a ver com uma Recomendação que apresentei há quatro semanas atrás nesta Assembleia Municipal e foi, aliás, aprovada por unanimidade no sentido de a Câmara Municipal passar a disponibilizar no seu *site* de internet, o conteúdo das propostas e deliberações da reunião de Câmara. -----

----- Previa ainda essa Recomendação que, enquanto tal não fosse possível admitindo que a Câmara tenha de se preparar para isso, que as propostas fossem remetidas à Assembleia Municipal para que os Deputados pudessem ter conhecimento. -----

----- Passado quatro semanas, gostaria de saber, Senhor Presidente, qual é o ponto de situação da implementação dessa Recomendação, e quando é que nós Deputados Municipais poderíamos passar a receber o conteúdo das propostas e deliberações da reunião de Câmara. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Tem então a palavra o Senhor Deputado Paulo Muacho e prepara Rui Costa” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Muacho (IND),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, muito boa tarde, -----

----- Senhoras e Senhores Deputados, muito boa tarde a todos. -----

----- Desta Informação Escrita, que refere aqui, que descreve a atividade da Câmara Municipal no primeiro trimestre deste ano, nós temos que referir aqui dois temas que nos parecem incontornáveis, a questão dos apoios sociais e a questão da vacinação. ----

----- Infelizmente, é preciso dizer que o Estado central tem falhado naquilo que diz respeito ao apoio às pessoas e às empresas, mas a Câmara Municipal de Lisboa não tem fugido a esse desafio, e é hoje a autarquia do país com o maior investimento nos apoios, não há nenhum campeonato nesta matéria, mas a verdade é que fica claro, quais são as autarquias que se tornam na última linha da defesa e proteção social para muitas pessoas. -----

----- E exatamente por isso, saudamos também aquilo que o Senhor Presidente, aqui nos anunciou, a terceira *tranche* da “Lisboa Protege” e do esforço de simplificação e da desburocratização deste programa, problemas para os quais temos várias vezes alertado, e também, especialmente para o programa de apoio a quem deixe de beneficiar de moratórias dos créditos bancários. -----

----- Por outro lado, queremos também saudar, o trabalho da Câmara Municipal de Lisboa no que diz respeito ao apoio à vacinação e na testagem, neste momento, apenas a vacinação em massa da população nos poderá fazer regressar a alguma normalidade, neste caminho deveremos, obviamente, também reforçar aquilo que é a

testagem, ainda com alguns atrasos, a verdade é que a Câmara Municipal nesta matéria tem agido e já tem no terreno, vários meios para fazer face a esta questão.-----

----- “Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Tem então a palavra o Senhor Deputado Rui Costa e prepara o PAN.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal a título pessoal os meus parabéns por mais um aniversário natalício.-----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal, ouvi com atenção a sua exposição sobre os últimos três meses, mas que, no fundo, a quis transformar, e bem, sobre o mandato, pena é que não estivesse a oposição preparada para o efeito. -----

----- Mas mesmo assim, quero-lhe dizer, Senhor Presidente a propósito de mandato quero em primeiro lugar, “dar a mão à palmatória”. Eu reconheço, que o Senhor Presidente, se soube adaptar às circunstâncias, e que de facto é um homem de ação, apesar de se queixar com alguma justiça, que é tolhido pelas leis, pela procedimentalização da contratação pública. E, eu, Senhor Presidente gosto da procedimentalização na mesma, as decisões urbanísticas da contratação pública destes benefícios todos e, portanto, não é à toa que lhe falo como único Deputado Municipal nesta assembleia que pôs reservas aos planos que foram apresentados, toda a gente aqui, aliás, veio reivindicar uma pequena fatia do “Lisboa Protege”, eu não o faço! Porque, de facto, coloquei reservas, não só quanto à transparência, que é um assunto que julgo que não se deve pôr já, mas quanto à eficiência das políticas, aqui ali estão.--

----- Portanto, Senhor Presidente, saúdo, saúdo, pela evolução do Programa Renda Acessível, apesar da demora, e a única coisa que lhe posso dizer é o seguinte. Quantas vezes na política, se “*está-se preso por ter cão e preso por não ter*”, perdoou-me uma expressão popular, é assim no, Renda Acessível, está-se preso porque não se fez, está-se preso porque os procedimentos são exigentes e, portanto, deixe-me que lhe diga, que globalmente, globalmente, fez um bom mandato, apesar das diversas divergências que mantenho consigo e com a sua gestão, designadamente, em nome daquilo que eu entendo necessário, a procedimentalização também da decisão pública, nas políticas estruturantes da cidade, designadamente no campo urbanístico, e esse é o apelo que lhe deixo se eventualmente continuar por um novo mandato, é que olhe mais para aí. --

----- Aprendemos muito nas discussões públicas, e muitas vezes evita-se nas discussões públicas ruídos absolutamente desnecessários, por vezes injustos, mas acolhesse também muito da razão da “*vox populi*” e, às vezes do gabinete, não conseguimos isso.-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Tem então a palavra o PAN, o Deputado Miguel Santos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário. -----

----- Excelentíssimo Senhor Presidente, -----

----- Restantes Membros da Mesa, -----

----- Excelentíssimas Senhoras e Senhores Vereadores, -----

----- Excelentíssimos Colegas Deputados e Deputadas e Comunicação Social, Público presente. -----

----- Ficamos a saber que em março se iniciou a plantação de cerca de metade das 660 árvores que farão parte do novo pomar do Parque Florestal de Monsanto, em colaboração com a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. -----

----- Estará ainda prevista a reabilitação de um olival e de um amendoal existentes, e a criação de uma área de hortas urbanas. No entanto, embora este seja um projeto que vemos com bons olhos, entendemos que Monsanto é o pulmão verde de Lisboa, e até da região, e que a sua vocação é ser isso mesmo, uma floresta, o mais natural possível e pouco intervencionada, exceto no que concerne à prevenção de fogos. Ter pomar é bom, mas ter árvores autóctones, adultas e saudáveis, em plena função ecológica e de abrigo de biodiversidade, também é fundamental, neste património arbóreo com mais de 90 anos. -----

----- E por falar em fogos, lembramos ainda, que está para aprovação desta Assembleia Municipal, o Plano de Gestão Florestal de Monsanto, e que a estratégia de Monsanto 2030, está em consulta pública, até ao dia 3 de maio, para nós, parece-nos note-se, parece-nos, que não houve um planeamento, uma vez que os documentos podem alterar os outros, ou assim deveria acontecer. -----

----- Quanto à nova edição do orçamento participativo, cuja submissão de propostas terminou recentemente, refere a Informação Escrita do Senhor Presidente que se pretende “*fomentar a submissão de propostas e a construção de projetos que promovam uma cidade mais sustentável, resiliente, amiga do ambiente e promotora de melhores níveis de saúde*”. -----

----- Sendo um tema importantíssimo, não conseguimos compaginar isto com o facto de anteriores propostas nestas áreas, incluindo algumas na área da mobilidade e acessibilidade pedonal, estarem anos e anos por implementar. -----

----- Recordamos que apenas recentemente foram celebrados contratos de delegação de competências para implementar propostas anteriores, num claro esforço de mostrar obra até setembro, já que a pandemia não pode ser justificação para tanto tempo em desenvolver várias destas matérias, defraudando as expectativas dos munícipes que propõem estas ideias. -----

----- Em relação à Casa dos Animais de Lisboa, pelo que gostaríamos de agradecer publicamente aos voluntários que prestaram 1.156 horas de trabalho voluntário em prol do bem-estar animal dos animais ali abrigados. Ajudam assim, abnegadamente com o seu tempo para a prossecução de políticas públicas e valorização destas vidas, promovendo a socialização e o passeio dos animais. -----

----- Apelamos, no entanto, na medida do possível, a uma maior divulgação desta possibilidade de se fazer voluntariado na Casa dos Animais, que, bem sabemos, tem impacto também no incremento do número de adoções.-----

----- Temos recebido diversas denúncias de colónias de gatos que não pertencem ainda ao programa CED, e que são em muito resultado do facto de logo no início da pandemia as intervenções terem parado, o que coincidiu com a primavera e o nascimento de muitas e muitas ninhadas. Pese embora saibamos que a Casa dos Animais se tem esforçado muito, sobretudo se virmos a falta de veterinários com que se debate há anos, não podemos evitar deixar aqui esta nota. Porque as denúncias chegam-nos, e chegam-nos com denúncias de pessoas que se sentem incomodadas, com os ditos gatos, e que não tendo más intenções, não querem os gatos pertos de casa, ou das lojas ou dos estabelecimentos de ensino, o que obviamente vai dar mau resultado, para os animais, diga-se! -----

----- E hoje é um dia importante para falar deste tema porque este pelouro tem agora uma nova Vereadora, a quem damos as boas-vindas desde já.-----

----- E, porque não obtivemos resposta na última sessão de perguntas, voltamos a reiterar: afinal, qual o destino dos pombos capturados? Foram 1.323 nestes últimos meses! Não sendo credível que se avalie um a um o estado fitossanitário de mais de 1.000 pombos! Onde estão estes animais? O que lhe fazem? O que lhes fazem, que nunca, mas nunca tornam público?!-----

----- Na presente Informação Escrita refere-se que «*O Município de Lisboa apresentou um conjunto de 36 operações a levar a cabo até 2026, com um plano de investimento previsto de aproximadamente 160 Milhões resolvendo a situação indigna de 3483 agregados.*»-----

----- Questionamos se é possível fazer chegar o estudo ou a informação que determinou estas operações em detrimento de outras? E se tal foi feito em paralelo com a Área Metropolitana de Lisboa, pela importância que a interseção de políticas tem numa área como esta, em que se trabalha e vive muitas vezes em municípios distintos? -----

----- Aproveitamos igualmente para reiterar um pedido que já fizemos em 2018, há quase 3 anos, para que seja remetido a esta Assembleia um levantamento do parque habitacional, nomeadamente da sua ocupação e estado de conservação. -----

----- A não ser que, tal como o Governo está a aproveitar a bazuca para finalmente saber quantos imóveis tem o Estado, a Câmara vá só agora fazer o mesmo em Lisboa. -

----- Este conhecimento é obviamente essencial para uma autarquia que constantemente fala na comunicação social sobre os programas de habitação, nomeadamente de renda acessível, pese embora ainda não tenham saído do papel!-----

----- Aproveitamos ainda esta sessão para referir que sendo a Câmara de Lisboa uma das entidades de acolhimento de refugiados, no nosso entender, deveria garantir, sim, garantir! Ter a certeza absoluta, de que os refugiados têm aulas de português. As de português básico, mas também todas as necessárias para poderem sobreviver em Portugal, para poderem aceder a serviços essenciais como os de saúde! -----

----- Pouco ou nada se tem falado desta questão aqui nesta Assembleia Municipal, e embora entendamos o discurso de “A Câmara está a fazer”, a Câmara está a apoiar”, na realidade, no terreno, verificamos que um dos maiores problemas de quem procura Portugal para ter segurança e tentar sair da pobreza, encontra muitas pedras no caminho! E uma delas não nos parece difícil de resolver: cursos de português, que tenham em consideração os diversos níveis de literacia, as diversas origens das pessoas, as distintas dificuldades! -----

----- E com este apelo, terminamos.” -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Tem então a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Agradeço depois se algum partido me pudesse ceder mais algum tempo, há um conjunto de respostas.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, o PS cede-lhe tempo, nove minutos e meio.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:

----- “Muito obrigado. -----

----- Há um conjunto respostas, que tem muito detalhe que eu farei depois chegar por escrito aos Senhores Deputados, e quero concentrar-me nas questões de fundo, nas questões fundamentais que aqui foram levantadas. -----

----- Eu começo por responder à Senhora Deputada do PPM, à Deputada Aline Beuvink, sobre as questões que me pôs, e começo com seguinte forma. -----

----- É sempre uma grande ironia, quando alguém que confronta um adversário político, não por não ter concretizado a sua política, mas por ter concretizado neste caso não ter concretizado a política que a Senhora Deputada, discorda! É que a Senhora Deputada vem aqui questionar sobre o ritmo de execução do Programa de Renda Acessível da qual a sua área política, nunca considerou necessário, nunca defendeu, nunca apoiou, nunca promoveu e, aliás, nunca sequer se retratou, nem fez aqui uma “*mea culpa*” perante a cidade, depois de todos estes anos é que, de acordo com o PPM e a coligação, que aliás, integrou ou que vai integrar, faz parte, continuam defender a antiga Lei do Arrendamento, responsável por atirar para a miséria os inquilinos da habitação, largas centenas, ou milhares de lisboetas dos mais vulneráveis e dos mais desfavorecidos. -----

----- É que a Senhora Deputada, continua a fazer parte desse grupo político, que teve uma política de habitação e que continua a defender, nunca se retratou, nunca disse avaliámos mal, enganamo-nos, houve aqui um efeito não desejado da nossa política de habitação, não! Continua a defender ou melhor e a tentar passar mais ou menos cândidos pela Lei Cristas, dizendo, essa Lei foi uma boa Lei, porque liberalizou o

mercado! Ó Senhora Deputada, essa Lei atirou para a miséria, tirou casas a centenas e milhares de lisboetas pobres na cidade de Lisboa, com mais baixos rendimentos, e se a Senhora Deputada, ler o Parecer do Tribunal Constitucional que, aliás, declarou Lei inconstitucional, pena é que não pudéssemos ter esse Parecer mais cedo, mas ainda assim é uma excelente peça, é uma excelente peça de avaliação política, que deve ser lido por todos e deve ser lido em especial por aqueles que ainda hoje teimam em defender aquela Lei. Porque aquele texto do Tribunal Constitucional diz tudo, tudo o que é preciso dizer! -----

----- Porque a forma como a Lei foi redigida, foi uma forma artilosa e capciosa para os mais idosos, para os mais velhos, que não tendo no verão de 2017, respondido que não aceitavam aumento de renda e não aceitavam em simultâneo a passagem para o NRAU (Novo Regime de Arrendamento Urbano), foram esses idosos que se viram atirados, penso desculpa, em 2012, que se viram atirados em 2017 para a porta da rua.-

----- Enquanto não houver um ato de contrição sobre essa política e enquanto não houver um ato de contrição sobre essa orientação, Senhora Deputada, tudo o que queira dizer sobre rendas e sobre casas na cidade de Lisboa, “*são lágrimas de crocodilo*”. -----

----- Porque aquilo que nós tivemos que fazer durante este mandato na cidade de Lisboa foi não só reagir a uma muito alta de preços muito rápida, derivado à situação do mercado monetário das baixas taxas de juro, como tivemos que fazer face às circunstâncias mais nocivas de uma Lei, que atirou os mais desfavorecidos para a porta da rua.-----

----- E deixe-me lhe dizer, isto pesando todas as palavras e sem nenhuma demagogia, nenhum Governo, nenhum governo da esquerda à direita, alguma vez, tinha feito uma Lei como esta depois do 25 de Abril. Eu concordo com todos aqueles que considero que o condicionamento das rendas decretado pelo Estado Novo no prolongamento do tempo que esteve é altamente responsável pela degradação do nosso parque imobiliário, não se devia ter feito uma política de procurar fazer ação social à custa dos proprietários. Não funciona! Degradou os centros históricos! Impossibilitou a reabilitação urbana! Não se devia! Mas a questão é que para alterar a sua política era preciso assegurar a humanidade de não deixarem aqueles que não podiam pagar, assegurar o direito à habitação e assegurar a compensação devida. -----

----- Ora aquilo que o Governo PSD/CDS fez, foi uma fraude política com um dano enorme para centenas e milhares de pessoas, porque e disse que tinha inscrito na Lei uma dotação, que nunca apareceu, de 350 milhões de euros, e deixou na Lei um mecanismo capcioso. Capcioso, é mesmo esta a expressão, que levou ao engano as pessoas que redigiram simplesmente, dizendo que não aceitavam o novo aumento, mas ao não dizerem o mesmo momento que não aceitavam passagem para o NRAU, ficaram sujeitas a que lhes fosse apresentada a porta da rua. E sabe o que é que aconteceu Senhora Deputada? É que lhe apresentaram mesmo!-----

----- E quando vêm, dizia muito ufanos, que não, a flexibilidade dos contratos já existia desde as Leis do Primeiro-Ministro Cavaco Silva, que já existiam desde as Leis de 2007 ou de 2008, não é verdade, não é verdade, Senhora Deputada! É que essa

flexibilidade existia sim para os novos contratos, mas o que nunca nenhum Governo desde o 25 de Abril tinha feito, era cometer a insensibilidade social de tocar neste mecanismo de proteção sem proteger os mais velhos! E aquilo que foi feito foi uma violência social, que não tem perdão, e não tem muito menos perdão a quem não quer ser perdoado. Quem não assume essa culpa e quem insiste sobre isso e, por isso Senhora Deputada, quando quiser vir pedir meças com uma governação do PS sobre o direito à habitação, para começarmos a falar, comece por reconhecer, o óbvio! É que aquela Lei que foi feita é um crime para a vida de centenas de milhares de pessoas, os mais velhos e os mais desfavorecidos, aliás, se a Senhora Deputada tivesse atenção saberia, que nós criamos um programa próprio de habitar o centro histórico em que fomos afetar casas que deveriam ser afetas a pessoas que não tinham casa, nós as pessoas que nos procuravam para ter casa, mas tivemos que pegar nessas casas e desviá-los para quem? Para as pessoas que estavam a perder as suas casas, por causa da Lei das Rendas! As 120 casas do Programa Habitar no Centro Histórico, são um hino à vergonha do que é a Lei Cristas! E, quando me vierem perguntar, e dizer que não, que a Lei foi uma boa, porque liberalizou, eu convidarei essas pessoas a irem conhecer cada uma dessas 120 pessoas, cada um desses 120 munícipes, àqueles a quem nós arranjamos, infelizmente, não conseguimos arranjar a todos, infelizmente, muitos perderam, infelizmente, muitos tiveram que sair, e com que idades? Com uma idade muito avançada.-----

----- Porque os mais novos, os mais novos é verdade, a Lei não mudou a situação dos mais novos, mas o que a Lei fez foi aquilo que ninguém nunca tinha tido a coragem de fazer, por uma questão simples, decência política! Que foi tocar nos mais velhos. ---

----- E por isso, Senhora Deputada, não aceito, aliás, nenhuma crítica política, sobre o acesso ao direito à habitação de quem nunca sequer se questionou sobre esta orientação política, nem foi capaz nunca nem de sugerir, nem de propor uma nova orientação política.-----

----- Pois, eu digo-lhe, eu tenho muito orgulho na orientação política que nós definimos, tenho muito orgulho naquilo que nós conseguimos avançar, e temos um Programa de Renda Acessível que está a avançar, e está a avançar bem, e está a ganhar velocidade e está a começar a construir mais, e está a começar a construir mais rápido, está a começar a entregar e, por isso, a Senhora Deputada vir cobrar os números das habitações, começo, aliás, por perceber o seguinte raciocínio.-----

----- Neste final deste mandato serão entregues mais de cerca de três mil casas, três mil casas, que serão entregues pelo Município de Lisboa. Sim! São entregues mais casas a famílias desfavorecidas do que contava no início do mandato, é verdade, Senhora Deputada, mas não o devíamos ter feito? Não devíamos ter atribuído casas àqueles que necessitavam mais? Não devíamos ter atribuído casas àqueles que tinham mais carência, que mais dificuldades tinham? Não devíamos ter atribuído casas em primeiro lugar, àqueles que perderam as suas habitações no mercado de arrendamento e que não tinham rendimento para ir a lado nenhum mais se não a alternativa da Câmara ou casa de assistência da Santa Casa da Misericórdia? Sim, Senhor Deputada é verdade! Nós tomámos uma opção política de concentrar os nossos esforços e as

habitações que tínhamos, fundamentalmente e muito na renda a apoiada. Fizemos isso! É alvo de crítica? Bom pode ser alvo de crítica, quem não se importe e não priorize essa via e a satisfação das necessidades dos mais desfavorecidos, mas nós fizemo-lo. -----

----- Mas fizemos também, e estamos a fazer um grande caminho relativamente à renda acessível. Um grande caminho! Nós temos um caminho que tem resultados para mostrar e o caminho que está a acelerar a produção desses resultados. -----

----- Ó Senhora Deputada, nós estamos a atribuir, nós temos uma linha relativamente à Renda Acessível, de construção direta, de reabilitação de património próprio, de arrendamento no mercado privado para subarrendamento no arrendamento acessível, de subsidiação do arrendamento privado para que ele se torne arrendamento acessível, nós não temos aqui nenhum preconceito ideológico, sobre esta matéria. -----

----- Estamos a abrir as várias frentes, estamos a fazer aquilo que nunca se fez, começámos por definir que a habitação é um direito! A habitação, não é o preço de mercado, a habitação não é um valor de uma casa no mercado, a habitação não pode depender da família ter ou não ter em cada momento o dinheiro para a pagar, e se não tiver esse dinheiro para pagar vai viver na rua, não! A habitação é um direito constitucional. Muito bem aqui nos disse tantas vezes, Helena Roseta, como nós bem aqui sempre repetimos tantas e tantas vezes, e somos a autarquia, Senhora Deputada, permita-me que lhe diga com orgulho do nosso lado, que mais avançado está na definição do programa e na concretização deste programa, porque fomos os primeiros que definiram que a habitação era verdadeiramente um direito, e definir a habitação como um direito, significa que o preço a pagar não é o preço do mercado, não tem relação com as oscilações do mercado que pode ser muito benevolente nos momentos, mas completamente traiçoeiro, logo a seguir, que nós definimos o pagamento, o preço a pagar pela capacidade de cada um pagar, pela capacidade que cada um tem para ter uma habitação digna e para continuar a viver uma vida digna para lá das despesas com habitação. -----

----- E se reparar todas as grandes iniciativas que temos feito em matéria de Renda Acessível, foram sempre alvo de crítica das bancadas à direita. Foi assim quando adquirimos os prédios à Segurança Social, que foram imediatamente atacados contestados, mitigados, até, reclamados, enviados relatórios para autoridades externas, como é que podia a Câmara de Lisboa, fazer isso? E agora perguntam todos, mas as obras não avançam mais rápido? Ó Senhora Deputada, pois, estão a avançar. Estão a avançar muito bem. -----

----- O primeiro concurso já está lançado, convidado, aliás, a Comissão se puder e visitar as casas. Os próximos vão acabar até junho, serão abertos, está o concurso agora para as residências, para as 350 camas para a residência universitária e está em obra Entrecampos. Arrancaram as obras dos novos prédios de Entrecampos, estão agora para decisão da Assembleia, os novos PRA (Programa de Renda Acessível) em regime de concessão, vão arrancar as obras nos dois PRA que ficaram durante vastos anos no diferendo que a Câmara teve com o Tribunal de Contas, e que está ultrapassado. -----

----- Senhora Deputada, estamos a fazer, estamos a avançar, estamos a ganhar ritmo, porque temos uma coisa, temos a vontade política de fazer este projeto, temos a vontade política de responder aos lisboetas, responder aos jovens, responder às classes médias, responder aos professores, responder aos polícias, responder aos bombeiros, responder aos funcionários do escritório, responder aos trabalhadores dos restaurantes, responder a todas as classes médias da nossa cidade, os trabalhadores, as classes trabalhadoras da nossa cidade que tem direito a viver na cidade de Lisboa com rendas possam pagar. -----

----- E por isso, Senhora Deputada, se acham que alguma medição do número me constrange minimamente na avaliação que tenho do trabalho que fizemos, não Senhora Deputada, não constrange rigorosamente nada! -----

----- Nós estamos a fazer um programa inovador, de uma amplitude nunca vista, estamos com resultados para mostrar aos lisboetas e estamos com uma capacidade de aumentar os resultados e de cada vez, conseguimos acelerar mais a entrega das casas, é isso que estamos a fazer, com grande empenho de muita gente e posso dizer uma coisa sem nunca ter tido a colaboração do grupo político ou dos grupos políticos, nos quais a Senhora Deputada, se tem inserido. -----

----- Senhora Deputada, quero-lhe também dizer o mesmo, relativamente, aos centros de saúde. -----

----- Não deixa de ser, e repito-lhe não pela mesma dureza, certamente, mas o andamento, que tem a nossa política, relativamente, aos centros de saúde. -----

----- E começo-lhe por dizer o seguinte, é que foi este Município, que definiu este programa, foi este Município, foi este executivo que definiu a prioridade de nós avançarmos com uma política inovadora de ser a Câmara Municipal a assumir realização dos centros de saúde, e fizemo-lo quando nenhum município do país o que fazia e quando as descentralizações das construções para os municípios não tinham ganho ainda a letra de Lei. Só mais um ano mais tarde, é que isso foi alvo de delegação. -----

----- Ora, nós tomámos a dianteira, tomámos a dianteira aqui, como tomámos a dianteira, relativamente, às escolas do 2º e 3º Ciclo, assumimos que nós podíamos fazer e devíamos fazer, e estamos a fazer, Senhora Deputada! -----

----- Eu não sei se terá alguma pena particular relativamente a este calendário, temos uma Unidade de Saúde Familiar, que está aberta, temos a Unidade de Saúde Familiar da Alta de Lisboa, em obra, o Alto dos Moinhos em obra, Marvila, em obra, Restelo em obra, Ajuda em obra, o Beato em obra, Fonte Nova em obra, Alcântara em obra, e as restantes em revisão do projeto e para o lançamento, sendo que a única que verdadeiramente ainda não se iniciou nenhum procedimento deve-se à Unidade de Saúde Familiar de Arroios, pela impossibilidade de irmos para o local, porque o Ministério da Saúde tinha definido que era o local desta UCSF, que era o Parque Hospitalar da Estefânia, isto é, Senhora Deputada, o programa dos centros de saúde está a correr bem, está a correr muito bem e, apesar da Senhora Deputada, quer dizer que não houve uma pandemia, não há atrasos nas obras, nada disso existe. -----

----- Senhora Deputada, chegámos depois deste mandato, com esta complexidade, num programa feito por nós, definido por nós, avançada por nós, neste estado de realização e de execução, Senhora Deputada, é por qualquer critério que utilize um excelente resultado, e se entender fazer campanha na base do incumprimento das políticas sobre os centros de saúde terá, obviamente, uma resposta do meu lado, que será muito simples, dizer-lhe que é perguntar-lhe verdadeiramente alguém confiaria no PPM para defender o Serviço Nacional de Saúde?-----

----- Eu gostava em segundo lugar, de que de responder ao Deputado Ricardo Moreira, agradecer a sua intervenção, prende-se relativamente à questão do PRA. -----

----- E Senhor Deputado, permita-me a franqueza que é dizer o seguinte, eu acho que também já vai tempo de o Bloco de Esquerda dar um passinho neste *dossier* e nesta matéria. -----

----- Porque nós tivemos uma diferença de opinião, não sobre a política de fundo, onde aí tivemos sempre convergência sobre a matéria e isto é definirmos, isto era o mais importante, quero que fique sublinhado, quero que se sublinhe aqui, a nossa convergência era sobre o fundamental, era fundamental que a habitação é um direito de que as pessoas não podem ter os seus direitos jogados no preço de mercado, que deve haver uma gama quando de oferta pública de iniciativa pública que permitem que haja casas a preços acessíveis que permita que as pessoas possam viver no centro da cidade de Lisboa, no centro da Área Metropolitana de Lisboa, e não atiradas para zonas longínquas da área metropolitana, para habitações que não querem. -----

----- Viver na cidade de Lisboa é um direito para os jovens e para as classes médias, volto a frisar, nós estamos a falar dos professores, estamos a falar dos enfermeiros, estamos a falar dos polícias, estamos a falar dos bombeiros, estamos a falar dos trabalhadores da restauração, estamos a falar dos trabalhadores dos escritórios, dos centros comerciais, estamos a falar dos trabalhadores da cidade de Lisboa, das classes médias da cidade de Lisboa, estamos a falar dos jovens da cidade de Lisboa, que arranjam o seu primeiro emprego, e que conseguem o seu primeiro emprego aqui, e querem poder viver aqui, porque querem poder viver perto dos seus pais, perto dos seus avós, querem poder cuidar deles, quer poder viver nesse bairro, essas pessoas tem direito e nós temos que assegurar o direito, a que as pessoas vivam na cidade de Lisboa. -----

----- E por isso, quero sublinhar, isto foi sempre uma matéria de ampla convergência com o Bloco de Esquerda, como aliás, também, foi com o PCP, mas há uma matéria que eu acho que o Bloco poderia dar aqui um passo, é que houve uma divergência relativamente, ao modelo e a verdade é que nós no Partido Socialista nunca tivemos nenhum complexo ideológico. Nós procuramos sempre pôr em marcha todas as formas de construção de casas e de assegurar este direito, qualquer que fosse a sua forma. A realização de fogos na Câmara, a construção de novos fogos, a construção de concessões a privados, a aquisição de prédios ao Estado, que nós podemos reabilitar, a aquisição de prédios à Segurança Social para os reabilitar, até o aluguer aos prédios de privados em alojamento local para os poder colocar e subsidiar as rendas, o subsídio de arrendamento de rendas aos privados. Nós não temos nenhum

complexo ideológico, nós jogamos com todos os instrumentos, com todas as políticas, porque a urgência de resolver o problema da habitação é tão grande que todos os instrumentos devem ser mobilizados.-----

----- O Bloco de Esquerda, entendeu fazer sobre uma das vertentes deste programa uma diferença política, mas este programa que agora está apresentado é bem diferente do anterior. Bem diferente em várias razões, a primeira das quais porque mantém integralmente o património na esfera pública. Não há qualquer alienação de património do Município de Lisboa, durante todo o período de concessão, isto é, findo o período da concessão, o terreno e construções em cima regressam ao património do Município. -----

----- Segundo não há nenhuma alienação de nenhuma fração de nenhum edificado construído, todas as frações são colocadas no mercado de arrendamento. -----

----- Diz o Senhor Deputado, mas tudo isto devia ser construção direta, Senhor Deputado, isso é preconceito. É preconceito que compromete e dificultam o objetivo político, porque nós assim aumentamos muito mais o número de casas que dispomos. Nós nunca teremos dinheiro suficiente só por nós, para podermos construir as casas que os lisboetas precisam, só por preconceito é que não utilizamos a capacidade de investimento dos privados, disponível hoje com taxas de juro muito baixas a promover a habitação acessível e retirando uma parte da especulação no mercado da habitação de luxo. Esta é uma vantagem para o modelo, acelera a oferta de casas reduzam a oferta de casas de habitação de luxo. É que não concentrar investimento privado na renda acessível de iniciativa pública, é dizer ao investimento privado, “bom, tu ficarás com as rendas mais caras e ficarás com as habitações mais caras e com o mercado de luxo”, não! O que nós dizemos é que queremos que esse investimento seja concentrado para as classes médias da cidade de Lisboa.-----

----- É por isso que hoje se estreita a margem para se perceber a divergência do Bloco de Esquerda com aquilo que vai hoje ser aqui apresentado, naturalmente que cada qual terá o seu julgamento, e fará o seu voto, mas eu acho que, neste momento não se percebe se não por uma explicação, de algum sectarismo ideológico, não haver a votação favorável de um PRA, que mantém integralmente o financiamento, a propriedade pública, mantém a propriedade municipal, é tudo cem por cento dedicado a arrendamento, e, naturalmente, se tem por que é, porque assim é necessário que tenha habitações que tenham um preço de rendimento mais alto, ninguém tem nenhuma dúvida que a quantidade de habitações disponíveis que a própria proximidade dos mesmos empreendimentos dessas habitações, fará com que essas rendas ainda assim, sejam melhores do que as rendas que nós temos nas rendas de mercado.-----

----- E é por isso, que eu posso dizer, e é por esta razão que posso dizer por esta aposta, o que nós estamos com um programa que está a avançar bem, que está a avançar a bom ritmo e que está a acelerar o seu ritmo de execução. -----

----- Porque se nós termos neste mandato cerca de 3.000 casas atribuídas no conjunto dos programas, se temos neste momento em votação, cerca de 1000 fogos novos em regime de concessão a privados, se temos 500 novos a entrar prontos em mecanismo

de contratação, e se temos 1500 neste momento, em projeto em Marvila, fundamentalmente, na Freguesia de Marvila e nós só estamos a tratar do que é este grande arranque deste programa massivo de construção para a classe média.-----

----- Precisamos desta vertente, não nos podemos dar ao luxo de escolher, de abdicar de quem possa investir para poder aumentar com mais rapidez oferta de casas a rendas acessíveis para a classe média.-----

----- Queria agora referir-me às questões que foram colocadas pelo Deputado do MPT e também relativamente e do CDS, relativamente ao Programa de Loteamento do Restelo.-----

----- E para me dizer, e sublinhar, o óbvio, nós estamos a ouvir com muita atenção, tudo aquilo que é dito, muita atenção, tudo aquilo que é dito.-----

----- A Câmara empenhou-se, aliás, em ouvir de forma muito clara e muito transparente, tudo aquilo que está a ser dito, e o que faremos é uma apresentação, não só daquilo que são as conclusões fundamentais deste processo da consulta pública, como faremos a apresentação do que é a nossa visão, para o futuro decorrente dessa consulta pública, como também, dos mecanismos de acompanhamento e de participação dos cidadãos, relativamente, à construção dessa mesma solução.-----

----- Quero deixar esta palavra muito clara, nós estamos a ouvir tudo, com muita atenção. Ora, quero também ser claro, sobre uma matéria, haver renda acessível nas várias freguesias da Cidade de Lisboa, é uma prioridade e é uma prioridade a qual o Município não abdique.-----

----- O fundamental não é a disposição da altura dos prédios, há várias soluções adquirir arquitetónicas e urbanísticas, seguramente diferentes, melhores, do que aquelas que foram apresentadas, estamos muito abertos a discuti-las.-----

----- Queremos, obviamente, numa zona nova que se urbanize com a grande componente nova, que ela tenha aquilo que nós queremos que uma moderna cidade tenha, equipamentos de qualidade, bem servida por transporte público, e será, passará aqui, atravessará precisamente esta zona o metro de superfície que ligará a linha vermelha que acabei de vos anunciar no início da reunião, como ligará também Oeiras, apanhando o São Francisco Xavier, passará aqui precisamente nestes terrenos, é neste sítio, terá aqui uma estação o metro de superfície, esta zona será servida pelo metro de superfície. Como esta zona terá que ter, obviamente, os acessos às creches, os acessos às escolas, os acessos às zonas comerciais, o acesso às centralidades de lazer, os acessos aos equipamentos desportivos, aos equipamentos escolares, teremos isso, e teremos também, habitação para os trabalhadores e para as classes médias da cidade de Lisboa, porque este é um projeto absolutamente essencial para todos.-----

----- E quero por isso de transmitir a todos uma palavra de respeito e de confiança. Estamos a ouvir tudo aquilo que está a ser dito no debate, um debate genuíno, intenso, naturalmente, como é próprio dos latinos que nós somos que têm esses momentos mais emotivos, mas do lado de cá, está a Câmara que quer ouvir todos, que está a ouvir todos e que vamos procurar encontrar as soluções que melhor sirvam o interesse público, respondendo aos anseios legítimos que são a maioria, que são a larga maioria dos anseios que temos ouvido, expostos de forma genuína, expostos de forma clara, e

é sobre esses, e é com esses que construiremos certamente um melhor projeto para a zona e já demos provas várias vezes que sabemos bem trocar as nossas ideias por ideias melhores. -----

----- Nós já demos provas em múltiplas vezes, múltiplas vezes de que trocamos as nossas ideias por outras melhores, sem nenhum problema que não, aliás, se não uma palavra de alegria e de regozijo e várias vezes isso aconteceu, e estou aqui a lembrar-me porque foi em plena Assembleia Municipal, na discussão de uma Petição, que nós fizemos a alteração, relativamente, à nossa proposta do Jardim do Caracol, da Penha de França, que já agora para informação de todos também acabará as obras nos próximos meses, cumprindo, aliás, uma promessa com os cidadãos e com a Cidade.----

----- Senhores Deputados, eu não poderia seguir por todas as questões com esta explicação e com este detalhe. -----

----- Quero agradecer à Deputada Teresa Craveiro, as sugestões que faz, sim, vamos fazer um livro sobre a saúde pública e sobre esta pandemia, e que livro será? E que livro será este! -----

---- Uma palavra a agradecer a saudação que faz aos dez anos do Bip/Zip, de facto eu devia tê-lo feito na minha intervenção original, na minha intervenção inicial, mas voltaremos a fazê-lo seguramente na próxima Informação Escrita. -----

----- O Programa Bip/Zip teve grandes realizações, neste executivo, teve nestes anos muito largos, que continua a puxar pele energia da cidade, continua a imponderar muita gente da cidade, a construir cidade, e também fazemos destes dez anos um exercício de mobilização, para o futuro.-----

----- Relativamente, à questão aqui colocada, da questão do elétrico 24, no Cais do Sodré, sim, Senhora Deputada, essa obra está prevista, essa obra não foi realizada ainda por causa da pandemia, por uma decisão que tomámos, que foi de não causar mais perturbação no tecido económico e social daquela zona, que é uma zona fortíssima afetada pela pandemia. -----

----- Toda, esta zona da Baixa, é uma zona que sofreu muito com o teletrabalho, com a falta do turismo, e nós tomamos uma decisão já há vários meses atrás, de não realizarmos um conjunto de obras, que estavam prontas, que estavam calendarizadas, estavam com possibilidade de avanço para concurso e depois para serem contratualizadas, mas decidimos não o fazer, precisamente para evitarmos causar mais perturbação, porque esta obra terá um impacto significativo, não é uma obra que demore muito tempo, mas obriga à instalação da catenária ao longo da Rua do Alecrim, mas obriga, fundamentalmente, a uma operação de cortes viário entre a ligação do largo das duas igrejas e o Largo Camões, para reposição do material de um dos carris que já estão em Portugal, e por isso mantém-se, obviamente, o projeto que depois será realizado o Projeto 24 com o largo das duas igrejas, e também com o projeto de requalificação da Rua da Misericórdia, para permitir a passagem para alargar os passeios e por fim aquele estrangulamento que ali está.-----

----- Relativamente, ao Deputado Sobreira Antunes, sobre o “Quarteirão Inglês”, Senhor Deputado, nós não podemos exercer direitos de preferência sobre tudo e mais alguma coisa na cidade de Lisboa, porque depois, primeiro, nós não teríamos

dinheiro, como é evidente, o Senhor Deputado, tem noção do volume das transações que existem na cidade. Nós temos de ser muito criteriosos e neste projeto que era fundamental para o Município, que irá assegurar o espaço e as condições para a construção do novo centro de saúde, e é isso que nós estamos a fazer.-----

----- Estão a ser levantadas questões, relativamente, à execução do projeto, vamos ver, vamos tomar nota dessas questões, vamos avaliar isso com o promotor, discutir isso em sede de diálogo com esse promotor, agora, não considero que fosse uma boa solução, temos feito a adoção dessa aquisição dessa propriedade. -----

----- Relativamente, ao “Quarteirão da Portugália”, aquilo que foi aprovado em Câmara, que foi um pedido de informação prévia, responde na íntegra às questões fundamentais que tinham sido colocadas em sede de audição pública, e também pelo Senhor Deputado, aqui nesta Assembleia. Ora, a Câmara não pode ser criticada de cada vez que avança para mais no sentido que é concordando com aquilo que o Senhor Deputado propôs-se e, por isso, quando há um projeto, há uma discussão pública, há uma grande oposição a uma das soluções, que era a solução da torre, é aprovada e proposta uma nova solução, chega com uma nova solução, bom, então agora temos aqui as críticas do outro lado, quer dizer “não, não, isto tinha que ser tudo reaberto outra vez e agora nós temos mais um conjunto de críticas.”!-----

----- Senhor Deputado, isso é uma cedência, a uma estratégia de imobilismo na gestão urbanística na cidade, que de todo em todo, nos afasta e nos separa. Há um tempo do debate, há um tempo do diálogo, há um tempo de formulação das opiniões, há um tempo de adaptação, e o Senhor Deputado, tem que reconhecer que sobre as questões fundamentais, que o Senhor Deputado, levantou, a Câmara procedeu a essas adaptações, isto é, foi clara junto do promotor privado, que não aprovaria nenhum projeto se não tivesse aquele conjunto de adaptações. -----

----- Agora, Senhor Deputado, andar a mais do que isto, não é possível, e há uma coisa que obviamente, que nos afasta como ponto de partida, a Câmara cumpre a Lei, a Câmara cumpre e respeita os direitos de propriedade, a Câmara não define para cada empreendimento, quem faz o quê e de que forma o faz, fá-lo dentro do que a Lei permite e, por isso, nós não dispomos de forma autoritária, como se parece um pouco intuir daquilo que disse sobre o que é património privado na Cidade de Lisboa. -----

----- As duas últimas coisas, eu peço desculpa, aos Senhores Deputados, não poder responder ainda a tudo, tomei boa nota de uma sugestão aqui feita, do Deputado Francisco Domingues, do cartão “Navegante-Escola”, devia ser por ciclo e não por idade. Eu, acho que devíamos pensar sobre isso, é uma boa sugestão. -----

----- Os bombeiros que faltam vacinar, a informação que disponho, todos os bombeiros que desejaram estão vacinados. Os únicos bombeiros que não estão, neste momento, vacinados são os bombeiros, que do Regimento Sapadores Bombeiros, que entenderam, que decidirão que não queriam ser vacinados e a vacinação em Portugal não sendo obrigatória, não podemos o podemos fazer, embora a informação que tenha também, é que diariamente, há mais bombeiros a manifestarem a sua vontade em ser vacinados.-----

----- A testagem, o programa de testagem começou nas freguesias pelo, cento e vinte, num determinado número, e não foi para todos, não foi por uma vontade da Câmara, foi por uma vontade das autoridades de saúde. Vamos lá ser claros, é que só depois mais à frente e que as autoridades de saúde entenderam, depois da insistência da Câmara que nós pedimos generalizar. Ó Senhor Deputado, é que vamos, lá ser claros, nós procuramos ajudar no combate, nós não nos procuramos substituir, nem pôr em bicos de pé, perante ninguém. Nós, não nos estamos a substituir as autoridades de saúde, nós não estamos a pôr em bicos de pés, “e dizer nós aqui a fazer umas coisas”. Não! Nós vamos às autoridades de saúde e perguntamos aquilo que é útil, aquilo que faz sentido, e numa altura disseram-nos façam só para os cento e vinte, não façam para mais, porque nós não sabemos como é que a pandemia evolui e não sabemos como é que vamos poder responder, e a partir de certa altura, foram as autoridades que nos disseram façam para todos, e nós dissemos, sim senhor. Nós temos os recursos financeiros e agora está aberto a toda cidade.-----

----- E vou terminar, Senhor Presidente, dizendo, relativamente, ao Programa da Capital do Desporto, que o que nós estamos a fazer é. Nós seremos formalmente, Capital Europeia do Desporto, até ao final de 21, mas o que entendemos foi fazer um programa até julho de 22, para sermos Lisboa Capital do Desporto durante verdadeiramente um ano e já com grande parte do tempo sem pandemia.-----

----- Este programa excecional que estamos a fazer de vinte milhões de apoio, não é, no âmbito, FES, é um programa próprio de apoio, que, no fundo apoia, quer atividade corrente, quer despesas de equipamento, quer despesas em obra, quer despesas de capacitação dos clubes e das associações. Nós sabemos que a pressão e as dificuldades são muitas, e queremos que o que reste no final desta Capital do Desporto, seja um tecido associativo e desportivo, mais forte do que aquele que nós tínhamos à partida ou pelo menos tão forte e menos deteriorado com todo o final da pandemia.-----

----- A última intervenção mesmo sobre o “Lisboa Protege”.-----

----- Agradecer todas as intervenções feitas, dizer ao Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, penalizar-me da falha, é claro que este relatório já devia ser público, a informação, o compromisso que consegui obter, é que na segunda-feira ele estará disponível no *site*, se ele assim não o estiver, cá estaremos para assumir essa “*mea culpa*”, porque ele tem mesmo, não há razão nenhuma para os relatórios serem divulgados, antes pelo contrário, agora ainda por cima quando avançaremos para a terceira fase.-----

----- Terminando, com o Deputado Rui Costa, agradecer-lhe as palavras e dizer-lhe, eu percebo também bem e respeito muito mantermos os procedimentos de contratação pública, mas custa-me bastante, privar a cidade de Lisboa, de algo por excesso e por procedimentos que não são adequados à defesa do interesse público, porque os contratos que foram assinados a semana passada, relativamente, à aquisição dos novos elétricos, resultam de um concurso que foi aberto há dois anos atrás, dois anos atrás, uma decisão tomada no início do mandato, relativamente, à aquisição de elétricos terminará o mandato que não sofreu nenhum atraso nem nenhuma indisponibilidade,

isto é a Câmara fez tudo o que sempre podia fazer, para dar o máximo de velocidade possível, entre decidir, fazer os contratos com o Carris, serem homologados os contratos no Tribunal de Contas, ir o dinheiro para a Carris, a Carris lançar o procedimento, ele ser contestado e ser assinado o contrato, nós demoramos dois anos para depois do concurso lançado para que ele chegasse, demoramos um mandato inteiro para assinar contratos, e isto na minha opinião, tem que ser revisto a bem dos serviços dos portugueses. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- A Senhora Deputada, Margarida Penedo, pede a palavra para defesa da honra, presumo que da sua bancada, mas tal não foi citada pessoalmente, peço-lhe que seja, de facto, uma defesa da honra e não intervenção, Senhora Deputada, por favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção em defesa da honra:-----

-----“Sim, Senhor Secretário, exatamente, é um pedido de intervenção para defesa de honra da bancada, brevíssima. -----

----- Eu ouvi, nós todos ouvimos, o Senhor Presidente da Câmara, falar aqui de “*mea culpa*”, de atos de contrição, de pedidos de desculpas públicas e acusar-nos, designadamente, acusar o CDS de fraude política. Ora, o Senhor Presidente da Câmara, Fernando Medina é a última pessoa que tem autoridade para fazer uma exigência destas, porque é uma exigência de qualquer coisa que o Senhor Presidente nunca fez, nem o partido do Senhor Presidente, alguma vez, fez em relação à governação de José Sócrates, e é preciso ter uma enorme falta de sentido da dignidade para vir aqui com exigências destas. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pergunto, ao Senhor Presidente da Câmara se quer reagir?” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Eu só registo, o facto, da Senhora Deputada, nada ter dito, sobre nada ter contestado, sobre o que disse, de substância, relativamente, à Lei das Rendas, aprovadas no tempo do Governo anterior, é que apesar de toda a propaganda que foi feita sobre a Lei das Rendas, a verdade é só uma! A Lei das Rendas, aprovada naquele período, pela primeira vez, retirou o direito à habitação às pessoas que, durante o mês de agosto de 2012, expressamente não escreveram uma carta que não aceitavam passagem para o Novo Regime de Arrendamento Urbano.-----

----- Centenas e milhares de pessoas de idade, no nosso país e na nossa cidade em particular, caíram nesse engodo, e durante todos estes anos, nunca ouvimos uma palavra a dizer. -----

----- “*Não, isto não devia ter sido feito assim.*” -----

----- “*Não isto não devia ter acontecido, nós podemos ter tido outra solução.*” -----

----- Pelo contrário, houve sempre o discurso de tentar camuflar, fugir, vir aliás, depois, responsabilizar o Partido Socialista por outra política de habitação, chegaram ao ponto, aliás, dizer, “*bom o PS já tem os anos suficientes de Governo que já podia ter mudado a Lei no Parlamento.*” -----

----- Senhora Deputada, para se aceitar uma crítica política, é preciso também um mínimo de autoridade política nesta matéria e, por isso, quando quiserem discutir política de habitação comigo, tem que discutir sempre o que foi o efeito a Lei de Cristas, com verdade! Com verdade, que a Senhora Deputada, não é capaz me dizer, não é capaz de me dizer, olhos nos olhos, que eu estou errado naquilo que lhe estou a dizer, sobre o efeito da Lei de Cristas, não é capaz sabe porquê? Por uma razão, porque sabe o que estou a dizer é verdade e está hoje em destaque no Tribunal Constitucional.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, não tenho mais inscrições. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, está encerrado este período.” -----

----- **PONTO 2 - APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS RELATIVAS À CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO DA OPERAÇÃO DE RENDA ACESSÍVEL; 3 X GRELHA BASE – 1 HORA 52 MINUTOS E 30 SEGUNDOS:** -----

----- **PONTO 2.1 - APRECIACÃO DO PONTO 6 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 138/CM/2021 - AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA ‘OPERAÇÃO RENDA ACESSÍVEL DE BENFICA’, NO ÂMBITO DO “PROGRAMA RENDA ACESSÍVEL”, AFETAÇÃO DE PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO TAL COMO IDENTIFICADO NO CADERNO DE ENCARGOS, CONSTITUIÇÃO DE UM DIREITO DE SUPERFÍCIE A FAVOR DO CONCESSIONÁRIO SOBRE OS IMÓVEIS E RESPECTIVO SUBSOLO AFETOS À CONCESSÃO E APROVAR QUE A MINUTA DO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE CORRESPONDA ÀS EXATAS CONDIÇÕES FIXADAS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NAS ALÍNEAS I) E P) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL;** -----

----- (A Proposta nº 138/CM/2021 fica anexada à presente Ata, como Anexo I e dela faz parte integrante) -----

----- **PONTO 2.2. APRECIACÃO DO PONTO 6 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 139/CM/2021 - AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA ‘OPERAÇÃO RENDA ACESSÍVEL DO PAÇO DA RAINHA’, NO ÂMBITO DO “PROGRAMA RENDA ACESSÍVEL”, AFETAÇÃO DE PATRIMÓNIO IDENTIFICADO NO ANEXO I DO CADERNO DE ENCARGOS, CONSTITUIÇÃO DE UM DIREITO DE**

SUPERFÍCIE A FAVOR DO CONCESSIONÁRIO SOBRE OS IMÓVEIS E RESPECTIVO SUBSOLO AFETOS À CONCESSÃO E APROVAR QUE A MINUTA DO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE CORRESPONDA ÀS EXATAS CONDIÇÕES FIXADAS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NAS ALÍNEAS I) E P) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL;-----

----- (A Proposta nº 139/CM/2021 fica anexada à presente Ata, como Anexo II e dela faz parte integrante)-----

PONTO 2.3 - APRECIACÃO DO PONTO 6 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 140/CM/2021 - AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA ‘OPERAÇÃO RENDA ACESSÍVEL DO PARQUE DAS NAÇÕES’, NO ÂMBITO DO “PROGRAMA RENDA ACESSÍVEL”, AFETAÇÃO DE PATRIMÓNIO IDENTIFICADO NO ANEXO I DO CADERNO DE ENCARGOS, CONSTITUIÇÃO DE UM DIREITO DE SUPERFÍCIE A FAVOR DO CONCESSIONÁRIO SOBRE OS IMÓVEIS E RESPECTIVO SUBSOLO AFETOS À CONCESSÃO E APROVAR QUE A MINUTA DO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE CORRESPONDA ÀS EXATAS CONDIÇÕES FIXADAS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NAS ALÍNEAS I) E P) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL;-----

----- (A Proposta nº 140/CM/2021 fica anexada à presente Ata, como Anexo III e dela faz parte integrante)-----

PARECER CONJUNTO DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE REFERENTE ÀS PROPOSTAS 138/CM/2021, 139/CM/2021 E 140/CM/2021;----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente relativa às Proposta 138/CM/2021, 139/CM/2021 e Proposta 140/CM/2021 fica anexado à presente Ata, como Anexo IV e dela faz parte integrante).-----

RECOMENDAÇÃO Nº 144/01 (1ªCP) – SOBRE AS PROPOSTAS 138/CM/2021, PROPOSTA 139/CM/2021 E PROPOSTA 140/CM/2021;-----

----- (A Recomendação nº 144/01 (1ªCP) relativa às Proposta 138/CM/2021, Proposta 139/CM/2021 e Proposta 140/CM/2021 fica anexada à presente Ata, como Anexo V e dela faz parte integrante)-----

RECOMENDAÇÃO Nº 144/02 (6 DM IND) – SOBRE AS PROPOSTAS PROPOSTA 138/CM/2021, PROPOSTA 139/CM/2021 E PROPOSTA 140/CM/2021;-----

----- (A Recomendação nº 144/01 (6 DM IND) relativa às Proposta 138/CM/2021, Proposta 139/CM/2021 e Proposta 140/CM/2021 fica anexada à presente Ata, como Anexo VI e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar ao ponto seguinte, ao ponto 2, “Apreciação conjunta das propostas relativos à celebração de contratos da concessão da Operação de Renda Acessível. -----

----- Que é concretamente, o ponto 6 da parte deliberativa da Proposta 138/CM/2021, para celebração do contrato renda acessível de Benfica. O ponto 6 da parte deliberativa da Proposta 139/CM/2021, que é a operação de renda acessível do Paço da Rainha, no âmbito do programa de renda acessível, e será ainda, o ponto 6 da parte deliberativa da Proposta 140/CM/2021, operação de renda acessível do Parque das Nações, no âmbito programa de renda acessível. -----

----- Relativamente, a estas propostas, há um Parecer conjunto da 1ª Comissão Permanente, que foi relatora, a Senhora Deputada, Ana Gaspar e há depois, Recomendações. -----

----- Pergunto à Câmara se quer apresentar e depois daria a palavra à Deputada Relatora, portanto, a Câmara em primeiro lugar, se quer apresentar estas propostas?” --

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Vereado Ricardo Veludo, boa tarde, a todos.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não, estamos a ouvir, o Senhor Vereador” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não, estamos não. -----

----- Senhor Vereador Ricardo Veludo, por favor, tem a palavra, então.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu peço desculpa, deve ter havido aqui um problema qualquer técnico com a intervenção do Vereador Ricardo Veludo. -----

----- Eu queria muito sucintamente das propostas têm uma explicação muito clara, o programa é conhecido de todos. Ele teve uma evolução, que também todos foram acompanhando, uma evolução e, aliás, a qual o Senhor Presidente, referiu há pouco na sua intervenção. -----

----- Uma evolução que, traz para este tipo de programa a novidade de não haver alienação de património pelo Município de Lisboa, de se ter conseguido um modelo de financiamento e de operacionalização do programa que é ser suficiente do ponto de vista financeiro, para alargando o prazo que temos criado um conjunto de condições que fiscais e tributárias que, de alguma maneira ajudam a equilibrar a este processo. --

----- Eu recordo que estamos perante e também como o Senhor Presidente há pouco, disse isso, estão todas as frentes que o Município conhece e estão ao seu dispor para concretizar o direito constitucional à habitação, e neste que a evolução que, de facto foi feita foi aquela que eu referi há pouco e que também trás a otimização relativamente, àquilo que é o património que, por um lado, é disponibilizado em renda acessível durante o período da concessão de obra pública, que é uma parte muitíssimo

significativa variável, mas muito e sempre muito e significativa, superior a dois terços, em renda acessível e depois, uma outro componente em rendas de mercado. No final todo este património, depois, desde o investimento privado é disponibilizado para a posse e para a exploração do Município, ou seja, é um património que será o Município, e a partir do período da concessão explorado diretamente ou por um formato que o Município, ceder.-----

----- Também está assegurada toda a manutenção tem todo um conjunto de mecanismos de proteção para manutenção de todo o património ao longo de toda a concessão, e estão assegurados ao mais alto nível como, aliás, é defendido por vários especialistas e foi defendido em Câmara pelos especialistas, que esse órgão, o Município nesta matéria, nomeadamente, o Professor Licínio Martins, que estão a ser utilizados nestes concursos altos padrões de segurança relativamente a qualquer possibilidade de haver algo que corre mal e o Município tenha que intervir financeiramente no processo. -----

----- Portanto, é uma concessão de obra pública com todos os mecanismos de segurança que a lei permite e que disponibilizará aos munícipes de Lisboa, um conjunto muito alargado de habitações. -----

----- Estão aqui a ser trazidos, estamos a trazer uma proposta chapéu que não está, digamos, é informativa, mas estão aqui trazidos e que faz parte todo o processo, mas depois um conjunto de três propostas concretas, porque estão neste momento a apreciação e votação desta Assembleia, e estou disponível para as perguntas que entenderem necessárias.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador.-----

----- Tem a palavra a Senhora Relatora, a Senhora Deputada Ana Gaspar.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)**, no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu penso que o Parecer está suficientemente explícito, e penso que pode ser feita a votação, notando embora, e até na explicitação feita já pelo Vereador João Paulo, o que me pareceu é que, neste momento, a alínea b) estará prejudicada e, portanto, eventualmente não necessitará de votação, mas coloca esta questão muito linearmente até à Câmara, não é? Do que me pareceu desta justificação a b) não faz aqui sentido, mas, mas de qualquer maneira, lemos que nós aprovamos isto em bloco na Comissão, a que eu pertença.-----

----- Vereador João Paulo, diga-me por favor, intui bem aquilo que disse, intui?”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Foi objeto, portanto, o que se passa relativamente, a esse processo, é que ele já tinha sido colocado em concurso, esse concurso ficou deserto e o Município revogou a decisão de contratar, com a revogação dessa decisão de contratar, digamos que os passos subsequentes que foram dados na Assembleia foi a aprovação da minuta e a

autorização para celebração de contrato, ficam sem efeito e, portanto, não há uma necessidade explícita a não ser que a Assembleia, entenda em contrário, de a revogar também a Assembleia essa decisão.-----

----- Mas de qualquer forma, ela não se pode assinar um contrato por um processo, em que foi revogada a decisão de contratar, e ela não teve candidatos, e, portanto, foi uma decisão que não teve eficácia, daí a interpretação diferente sobre este tema, não nos parece que seja necessária essa revogação, daí a inutilidade deste ponto 2, do Parecer.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador.-----

----- Para este ponto estão inscritos, os Senhores Deputados e Deputadas: Cláudia Madeira, Ricardo Moreira, Ricardo Marques, Rodrigo Mello Gonçalves, Paulo Muacho e Rui Costa, sendo assim, tem a palavra a Senhora Deputada do PEV, Cláudia Madeira e prepara Ricardo Moreira.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente por favor, posso dar uma pequena informação à Senhora Relatora sobre o Parecer é uma correção.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “É uma decisão do Senhor Presidente, penso que sim, se for muito rápido.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sim, com certeza.-----

----- Nas páginas, 13 14 do Parecer, há um engano por com certeza, o assessor deve ter feito um *copy paste*, com o copiar colar, e onde a que se refere ao Programa Renda Acessível “*sito no Paço da Rainha*”, no início da página 14 diz que, afinal, é em “*Benfica*”, portanto, fica esta correção ainda por fazer.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado pela sua intervenção, a Senhora deputada, Cláudia Madeira, por favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- A Constituição da República Portuguesa consagra o Direito à Habitação, que tem sido um dos mais negligenciados. A ausência de uma política de investimento em habitação pública, a carência de oferta pública de habitação, os preços especulativos praticados pelo mercado e a prática de uma política de baixos salários têm contribuído para uma grave crise habitacional no País com maior incidência nas áreas metropolitanas.-----

----- O Município de Lisboa tem sido um exemplo da insuficiência na promoção e oferta de habitação pública e onde tem ocorrido um processo de gentrificação que afeta sobretudo as áreas mais antigas da cidade, levando à sua descaracterização, como resultado de uma elevada especulação imobiliária e pela concentração do investimento privado predominantemente em empreendimentos relacionados com o sector turístico, conduzindo a um aumento da vulnerabilidade e dependência económica da cidade.-----

----- Por tudo isto, o PEV entende que é urgente garantir o direito à habitação, nomeadamente com o aumento da disponibilização e a oferta de habitação pública, assim como a concretização de uma política que dinamize o arrendamento habitacional, estabelecendo rendas compatíveis com os salários das famílias portuguesas.-----

----- Concordamos com todas as medidas que ajudem a concretizar o direito à habitação e, no geral, consideramos que o Programa Renda Acessível tem alguns aspetos positivos e necessários, mas, por outro lado, consideramos que não responde na totalidade ao problema da habitação e não se baseia nos princípios que consideramos fundamentais.-----

----- É um programa destinado essencialmente a famílias de rendimentos intermédios, negligenciando as carências habitacionais das famílias com rendimentos baixos que ficam excluídas deste programa e sem respostas sociais ao nível da oferta de habitação pública.-----

----- Nestas três operações do Programa Renda Acessível, em Benfica, Paço da Rainha e Parque das Nações, estamos perante uma parceria público-privada que envolve a celebração de contratos de concessão de obra pública com empresas privadas que irão investir na construção de cerca de 1000 habitações. E destas, 700 serão para renda acessível. As receitas provenientes da exploração dos imóveis em direito de superfície, tanto das habitações em regime livre, como das habitações em renda acessível, são a principal contrapartida para esses investidores privados, durante um período de concessão que pode ser alargado até 90 anos.-----

----- Neste ponto, o PEV discorda que as receitas provenientes da exploração dos usos não habitacionais, nomeadamente os equipamentos de utilização coletiva e os lugares de estacionamento, tanto os 3.000 lugares privados como os cerca de 800 lugares públicos, sejam uma das contrapartidas dessas empresas privadas.-----

----- Como aspetos positivos constatamos a preocupação com a construção de alguns equipamentos coletivos e o facto de não poder ocorrer nestes empreendimentos quaisquer transmissões em propriedade plena ou outros encargos para a autarquia, estando estipulado ainda o regresso da totalidade dos imóveis ao domínio do Município no final do contrato de concessão.-----

----- Em conclusão, o PEV entende que este programa apresenta algumas limitações, pois ajuda a resolver apenas uma parte muito pequena do grave problema de habitação e incorpora até alguns princípios com os quais não estamos de acordo.-----

----- A solução deve passar pela valorização do vasto património municipal edificado disperso e terrenos com capacidade de edificação, baseado em capitais de origem

municipal, e explorando os instrumentos de financiamento atualmente disponíveis, designadamente o IFRRU (Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbana). -----

----- Naturalmente é de sublinhar que continua a haver uma inaceitável, falha da administração central ao nível da habitação, uma vez que não assume as suas responsabilidades nesta matéria e a nível municipal há ainda muito a fazer para concretizar uma efetiva política pública de habitação, porque não vai ser o mercado a resolver qualquer problema da habitação. -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, Ricardo Moreira e prepara Ricardo Marques.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário. -----

----- Sobre isto há pouco conversava com o Senhor Presidente e, de facto, concordamos no essencial e é algo que nos separa da direita, o direito, à habitação é um direito, uma casa é uma casa não é um ativo financeiro e não podemos depender do mercado para se autorregular, e sim, houve uma tempestade perfeita a Lei das rendas da direita que ainda há agora um candidato que lidera a direita que ainda defende, pasme-se, mas que o PS também ainda não quis alterar na Assembleia da República e o Bloco tem falado sobre isso. -----

----- Mas, em primeiro lugar ainda bem que o Partido Socialista reconhece agora que o modelo anterior do Programa Renda Acessível, versão PPP, que só o Bloco criticou é um mau modelo. -----

----- Sobre a questão dos privados cria apenas recordar Mark Twain, “*o privado é aquele que nos empresta o chapéu-de-chuva quando está bom tempo e que nos pede o chapéu-de-chuva de volta quando está a chover*”, e o programa é que nós aqui teremos o mesmo problema. -----

----- E eu creio que ainda vamos ter um momento em que o PS concordará que esta segunda versão do Programa Renda Acessível, versão PPP, é também uma má opção. -

----- São 99 anos que vamos entregar estas casas aos privados, estas 700 casas aos privados e nem as minhas filhas que têm agora 5 anos, nem provavelmente os meus netos ou netas, que ainda não nasceram, verão estas casas ajudar a resolver a crise na habitação, e estes os 700 fogos que agora entregamos serão mais de um conjunto para a PPP, vamos perdê-los. Vamos perdê-los em São Lázaro, 52, Gomes Freire, 29, Benfica, 229, Restelo, 242, Parque das Nações, 81 nos Paços da Rainha, 30, estes já vamos entregar e esperamos que ainda os outros Programas de Renda Acessível, PPP, que estão pensados, não seguissem este caminho. Aliás, o Senhor Vereador, os Senhores Deputados do Partido Socialista, por favor, façam comigo o seguinte raciocínio. -----

---- No mandato do antigo Presidente António Costa, o Partido Socialista em maioria absoluta, vendeu habitações públicas do parque público, vende-os a privados, agora, tanto o Partido Socialista, como a Senhora Arquiteta Helena Roseta, já disseram que foi um erro e que não o deviam ter feito. Muito bem, assumimos o erro, não o devíamos ter feito. -----

---- Segundo, durante muitos anos, muitos, far-me-ão justiça apenas o Bloco disse, o Bloco disse que a primeira versão do Programa Renda Acessível, PPP, era um erro e que precisávamos, e isso foi inscrito no acordo de Lisboa, entre o Bloco e PS de um programa cem por cento público, dissemos que o PRA-PPP era um erro. O PS nunca o admitiu, admite agora, e eu creio que ainda vamos ver o Partido Socialista dizer que também este modelo não era bom. Vamos ver porque precisamos destas 700 casas que estamos agora a entregar perdidas para combater a crise na habitação e que um dia não são dias, nós precisamos destas casas, agora, não precisamos destas casas daqui e noventa e nove anos, e por isso, este erro é grande e nós temos uma crise social enorme que vem aí com as moratórias em setembro, já elogiei o anúncio do subsídio municipal de arrendamento para suprimir esse embate, mas concordamos todos à esquerda que é necessária uma resposta pública estrutural e que só com essa resposta pública estrutural, podemos sustentar o reduzir o preço da habitação em todo o Município. -----

---- Nós não podemos aceitar a entrega a privados durante noventa e nove anos, e ainda creio que eu vou ver o Partido Socialista, a assumir que este também é um modelo errado. -----

---- Muito obrigada.” -----

---- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

---- Tem a palavra o Senhor Deputado do Partido Socialista, Ricardo Marques e prepara Rodrigo Mello Gonçalves.” -----

---- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Marques (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- “Boa tarde, Senhor Presidente, -----

---- Boa tarde, Caros Colegas, -----

---- Boa tarde, estimados munícipes. -----

---- Eu ia começar aqui por aproveitar a intervenção do Caríssimo Ricardo Moreira, e pegar naquilo que é fundamental. O fundamental é que estamos do lado certo da história, estamos do lado certo da necessidade de habitação, de habitação para todos, de habitação para as classes médias que são quem historicamente povoou a cidade de Lisboa e fez dela a cidade que é hoje, cosmopolita e moderna, que é uma referência no mundo e, de facto, o problema que temos de gentrificação na cidade de Lisboa e dos 50.000 moradores, aproximadamente que perdemos nos últimos 10 anos é um problema que não nos permite assobiar para o lado. -----

----- Não nos permite assobiar e se não nos permite assobiar não nos permite também pensar em soluções utópicas, do município estar cheio, com os seus bolsos recheados de milhões e milhões de euros, para sozinho ganhar esta batalha.-----

----- Eu penso que este é também o passo decisivo, há aqui um passo de contração e que muito bem que o Partido Socialista quando o tem que fazer o faz, como foi exemplo, exatamente como falava e muito bem da nossa Caríssima Helena Roseta e o Doutor António Costa, mas também há aqui um facto que o Bloco de Esquerda tem que fazer, é perceber que se queremos ser eficientes, se queremos ser rápidos, se queremos ser céleres nas respostas, temos que usar os mecanismos que estão ao nosso alcance, para que rapidamente consigamos chegar a mais pessoas, criar mais habitação, trazer mais moradores e apoiar mais jovens e famílias de classe média baixa, bem, isto é fundamental, este é que é um debate profundo. -----

----- Portanto, eu aqui pegando nos números, que eu nem os ia usar. -----

----- Em terrenos com valor de avaliação atual ronda os 50 milhões de euros e que tem um custo estimado de investimento aproximado de 124 milhões de euros, portanto, vejam só de que estamos a falar, temos quase a duplicação do custo investimento, de aquilo que é o valor dos próprios terrenos, mas depois temos aqui assegurado mais ou menos, em números gerais, embora possa haver uma ligeira variação, de 294 milhões de euros de contratos de concessão, isto é o contrário que o meu amigo disse, isto é uma boa gestão pública, porque no final do contrato eles voltam para as mãos da Câmara Municipal de Lisboa, voltam para as mãos públicas.-----

----- Portanto, soluções que sejam participadas, soluções que possam envolver um investimento público, mas podem também envolver um investimento privado, são as soluções que no futuro nos vão deixar mais rapidamente chegar àquilo que são os nossos grandes objetivos, que é rapidamente ter a cidade mais povoada, com mais famílias de classe média-baixa e termos respostas adequadas àquilo que é o crescimento da cidade. -----

----- Agora aquilo que também vos diga, de facto, e que queria dar os parabéns à pessoa do Senhor Vice-Presidente João Paulo Saraiva, àquilo que é uma estratégia inovadora e é uma estratégia de visão, porque aquilo que temos tido ao longo dos anos, é um conjunto de problemas destes, de facto, serem colocados para segundo plano, porque não são de fácil resolução, não são de fácil resolução! -----

----- Não é fácil resolução fazer de facto, um acordo que envolva público e privado e que seja justo e equitativo para ambas as partes e que seja aliciante, e quando o negócio não é bom para ambas as partes o negócio pura e simplesmente é desinteressante para uma delas e, portanto, tem que se procurar ferramentas que tornem de facto estes negócios interessantes para os privados investirem, mas que defendam aquilo que é a causa pública, isto não é um processo simples, aliás, todos nós acompanhamos os longos meses de trabalho para se criar este modelo que fosse apelativo aos privados, mas, acima de tudo aquilo que nos parece aqui é que isto acaba por ser um processo inovador que pensa Lisboa a três ou quatro gerações e que permite resolver desde já um problema gravíssimo que a cidade tem.-----

-----Estamos a falar a construção só nestas três operações, mais de 1000 habitações com 66% a ser entregue a renda acessível, 668 fogos, com a construção de equipamentos sociais da maior relevância, só na minha freguesia como sabem o Benfica, temos na Carta da Cidade, a necessidade de quatro creches, portanto, temos aqui prevista a construção de uma creche e de um jardim-de-infância.-----

----- Treze mil metros de espaços verdes, na soma destes três projetos, 11.000 metros quadrados de estacionamento, que corresponde a 705 lugares de estacionamento à superfície, portanto, estamos a falar de operações, de investimento, operações que são aquilo que a cidade necessita, estacionamento, espaços verdes, espaços de convívio de atractibilidade, serem espaços âncora e criação de habitação. -----

----- Eu, portanto, gostaria de terminar, felicitando mais uma vez, o Senhor Vice-Presidente, a estratégia visionária da Câmara Municipal de Lisboa e do seu executivo, uma estratégia que sem medo, procura as melhores soluções para rapidamente, resolvermos este problema profundo, um problema, de facto, é afastando os moradores e as jovens famílias da Cidade de Lisboa. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves e prepara Paulo Muacho.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente,-----

----- Senhor Secretário.-----

----- O novo modelo do Programa de Renda Acessível, tem algumas melhorias face ao anterior, mas o tema da habitação é, de facto, a pedra no sapato deste executivo camarário, seja pela incompetente gestão do património municipal com inúmeras casas devolutas pela cidade e sobre as quais a CML não presta contas da sua gestão ou oculta informação, seja pela incapacidade já demonstrada no famoso Programa de Renda Acessível.-----

----- Foi há cinco anos, foi no dia 6 de abril de 2016, que a Câmara anunciou publicamente do PRA que fixou como objetivo trazer 7.000 novas famílias para Lisboa, passados cinco anos, repito, cinco anos e de acordo com os dados que a própria Câmara nos remeteu na Informação Escrita do Presidente, que ainda há bocado discutimos, página 117, Programa da Renda Acessível, e passo a citar:” *até à presente data, foram lançados cinco concursos de Renda Acessível, num total de 391 fogos*”.-----

----- Trezentos e noventa e um em 7.000, dá uma taxa de execução de 5,6%, 5,6% de execução em 5 anos, é esta política do Partido Socialista em matéria de habitação. -----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----
----- Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Muacho e prepara Rui Costa.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Muacho (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado, Senhor Secretário. -----
----- Mais uma vez muito boa tarde a todos os Senhores Deputados e Senhoras Deputadas. -----
----- Como todos sabemos, a pandemia não acabou com a crise na habitação da cidade muito, pelo contrário, nos vemos hoje esta crise da habitação com outros contornos, mas a verdade é que ela continua a ser uma crise central na vida da cidade e uma crise demasiado grave para nós não lançarmos mão de todos os instrumentos, que estão ao nosso alcance para a tentarmos resolver. -----
----- Aquilo que precisamos em Lisboa, é de uma cidade para todos, não de uma cidade onde apenas quem tem dinheiro pode viver que é o modelo que a direita defende. -----
----- E nós temos assistido, aliás, estamos a assistir agora aqui a este debate ao debate que é feito sobre a política de habitação do Município de Lisboa, na questão do pilar público ou do pilar privado. -----
----- Nós entendemos que falta acrescentar também a este debate a questão de um terceiro pilar, do pilar cooperativo. Eu recorro que, em novembro de 2018 apresentámos nesta Assembleia Municipal, uma Recomendação, que tinha como objetivo precisamente lançar um programa de incentivo a cooperativas habitacionais, a verdade é que este tempo todo depois, a Câmara tem tido algumas iniciativas nesta área, mas muito incipientes, e aquilo que nós entendemos é que o pilar cooperativo devia ser um terceiro pilar da política de habitação da Câmara Municipal de Lisboa, um terceiro pilar forte e robusto, que permite não só combater a especulação imobiliária e a gentrificação na cidade de Lisboa, como também permite, dar casas aos lisboetas, dar casas a quem quer viver na cidade, e resolver este problema da habitação por podemos construir uma cidade que seja para todos e, portanto, nós vamos votar, naturalmente, que vamos votar favoravelmente estas propostas, porque consideramos que elas são importantes, mas gostava em todo o caso deixar aqui esta nota consideramos que a falta ainda um pilar na política de habitação na cidade. -----
----- Muito obrigado.” -----
----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----
----- Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----
----- É com profunda satisfação que vejo estas propostas aqui virem, porque em boa hora a Câmara Municipal de Lisboa arrepiou caminho, e consagrou aquilo que então me preocupava e continua a preocupar, que é o princípio da manutenção do carácter

público dos solos o único bem não é reproduzível na cidade, e, nesse sentido a Câmara Municipal, está de parabéns, e mais, talvez o devessem ter feito antes e teriam tido outros resultados e outra eficácia, face ao modelo anterior, mas é uma discussão à qual terei o cuidado de não voltar agora, porque não adianta, não adianta ir para discussões passadas.-----

----- Mas vamos a discussões futuras, se este modelo vai merecer o meu voto favorável, exatamente por isso, e verificar uma condição que é a pergunta que farei no final, também, vos quero dizer que não é o meu modelo ideal, e o meu modelo ideal seria o desenvolvimento destas operações através do ente público municipal, empresa municipal, por exemplo e com financiamento, e com financiamento garantido, hipotecariamente e penhoradamente com valor das rendas, essa sim, seria uma dívida pública de grande qualidade e que nos permitiria alavancar, enfim, não há condições de momento, lá ande haver, e lá nos havemos de reunir nesta proposta.-----

----- Finalmente, e só para a minha condição de voto favorável, quero perguntar ao Senhor Vice-Presidente da Câmara e terminarei.-----

----- Senhor Vice-Presidente, o risco de financiamentos privados para esta operação, em caso da alteração das taxas de juro do caso base, não será transferido para a Câmara Municipal? É a pergunta que lhe faço.-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Pergunta à Câmara Municipal de Lisboa, se quer encerrar o debate nos termos regimentais?”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sim, começando pelo Vereador Ricardo Veludo, e terminarei eu, está bem!”-----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Veludo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Eu peço desculpa, ainda há pouco estava a tentar intervir quando me foi passada a palavra, mas no computador onde estava a comunicação, não estava a fazer-se ouvir.

----- Muito boa tarde a todos e a todas.-----

----- Tentando percorrer aqui as questões e observações que foram sendo feitas e deixo algumas para depois, o Senhor Vice-Presidente responder diretamente.-----

----- Relativamente a intervenção da Senhora Deputada Cláudia Madeira, sobre o regime de exploração dos equipamentos de utilização coletiva que estão previstos.-----

----- Eu queria esclarecer o seguinte, nos termos das propostas que aqui estão presentes, os equipamentos de proximidade são construídos pelo concessionário e entregues ao Município, e que depois através do Departamento dos Direitos Sociais ou dos outros serviços competentes, faz a atribuição desses equipamentos a entidades sem fins lucrativos que prosseguem a finalidade pública de prever, por exemplo, nos cuidados de apoio à infância ou aos idosos, conforme forem os casos.-----

----- Nalguns projetos estão previstos lotes para equipamentos de utilização coletiva privados que podem ser exploradas pelo concessionário e que se destinaram a utilizações, como unidades de cuidados continuados, lares de idosos ou residências de estudantes, porque são também finalidades de interesse público ainda que esses serviços possam estar a ser oferecidos, sem ser em preços convencionados, a sua oferta, digamos, à cidade, o aumento da sua oferta é positivo e permite responder a necessidades também nestes domínios.-----

----- Depois, em relação à intervenção do Senhor Deputado Ricardo Moreira. -----

----- Era primeiro, fazer aqui uma precisão, o prazo de concessão não é de noventa e nove anos como referiu é de noventa anos, isso é apenas uma pequena retificação, mas terá sido por lapso, provavelmente, que referiu os noventa e nove anos. E dizer que esta evolução para um modelo de concessão de obra pública, em que não há transmissão da propriedade plena e que, por isso tem como consequência prazos bastante mais dilatados do que os trinta anos que tínhamos anteriormente, decorre precisamente de ponderação e da incorporação de preocupações que foram expressas pelas várias forças políticas, quer nesta Assembleia Municipal, quer nas reuniões de Câmara, nomeadamente, pelo Bloco de Esquerda. -----

----- E, portanto, como isto é uma equação que têm que funcionar do ponto de vista económico, se se suprime uma das formas de retribuição pelo investimento feito pelo concessionário, que era a transmissão de uma parte do património cerca de 30% dos imóveis seriam transmitidos em propriedade plena, após a conclusão de todas as obras, que é o modelo que está na Rua de São Lázaro e na Rua Gomes Freire, essas duas concessões, foi preciso dilatar e de acordo com as análises técnicas que estão junto às Propostas, o prazo indicado é aquele que permite obter o equilíbrio económico-financeiro e garantir condições de concorrência, estimular a concorrência para concursos. -----

----- Trata-se também de uma evolução em relação ao tipo de concorrentes potenciais passam a ser concorrentes, que esperamos por tudo o que é da literatura nesta área quer na prática de outros países serão concorrentes, com elevada aversão ao risco e que valorizam muito rendibilidades estáveis, constantes, por períodos muito prolongados, ainda que essas rendibilidades anuais possam ser significativamente mais baixas, porque há precisamente essa aversão ao risco e, por isso, é natural que possam aparecer, digamos, concorrentes, diretamente ou em associação com os fundos de pensões e outro tipo de investidores institucionais deste tipo.-----

----- Depois, um outro aspeto que é importante sublinhar e que também decorre de algumas intervenções, feitas por alguns dos Senhores Deputados e Deputadas, é preciso esclarecer, conforme referiu o Senhor Presidente da Câmara na sua intervenção inicial que a dimensão do problema e a complexidade do problema que temos em termos de carência habitacional, requer ativação de todas as frentes de trabalho, nós não temos nenhuma segregação do tipo automático ou ideológico em relação a nenhuma das formas de produção de habitação e, portanto, está na sua capacidade máxima a produção de habitação na modalidade de obra pública, nomeadamente, no programa também designado por PCA, e, no âmbito do qual se dá

a oferta de habitação pública aos vários segmentos e níveis de rendimento da população, não é necessariamente apenas para a classe média, mas também para os rendimentos mais baixos poderão beneficiar dessa oferta de habitação. -----

----- Há o Programa de Renda Acessível, de modalidade de concessões, a totalidade das operações previstas conforme se recordarão na deliberação quadro que aqui vêm de 2017, em que se fazia a estimativa em cerca de 700 milhões de euros, em investimento em projetos e obras de urbanização e edificação para estas localizações, estimados agora com a inflação em mil milhões de euros no seu conjunto. -----

----- Representa uma mobilização brutal da capacidade de investimento da sociedade e do setor privado para somar a da Câmara Municipal de Lisboa, e não só sobre essa capacidade financeira como soma à capacidade de concretização.-----

----- Porque se perguntarem aos cidadãos de Lisboa, sobre este tema, se deve ser em obra pública ou em modelo de concessão? O que as pessoas querem, é as casas, o mais rapidamente possível, com qualidade e em bairros que sejam sustentáveis e que tenham todas as comodidades que são exigíveis para uma vida na cidade de Lisboa com queremos disponibilizar a todos moradores, independentemente do seu escalão de rendimento e, por isso, temos hoje aqui este conjunto de três Propostas, que são propostas que concretizam uma das frentes de produção de habitação, neste caso para renda acessível.-----

----- Depois, relativamente, também a outras considerações que o Senhor Deputado fez, sobre os filhos e os netos que não veriam as casas.-----

----- É preciso esclarecer o seguinte, estes noventa anos de concessão na renda acessível, essas casas vão estar durante esses noventa anos a prosseguir a finalidade de habitação pública, é uma gestão afeta à renda acessível, a outra percentagem de cerca a 30% a 35% que fica a preços de em regime livre, os concessionários vão ter posicionar essas rendas de acordo, não estamos à espera que vão aparecer ali os clientes de habitação da luxo, porque tem outras ofertas no mercado, portanto, na prática o que vai acontecer é que, tendencialmente essa percentagem que estará em regime de preço livre para conseguir ser arrendada, ela é arrendada a preço de referência para a classe média, se calhar para os escalões imediatamente acima que não são cobertos, digamos, que já não são elegíveis no âmbito da renda acessível como a temos definida atualmente, no Regulamento Municipal de Direito à Habitação e, portanto, acabam por indiretamente representar uma oferta muito significativa no mercado de arrendamento, que ainda que seja a preço livre para conseguirem ser arrendadas vão ter que ter um ajustamento, e tendo centenas de casas, ao lado a serem arrendadas a preços acessíveis, estes preço nunca poderão ser muito elevados. -----

----- Mas se dúvidas houvesse sobre essa parte, veríamos depois nos casos base, nas propostas económicas e financeiras que irão chegar e veremos depois nessa altura como é que elas se vão posicionar, de qualquer forma, é mesmo necessário para que a equação económica funcione que uma parte esteja de facto, afeta a um preço de renda livre para que o concessionário consiga obter a recuperação do investimento, e atingir remunerações para o seu investimento, para o seu trabalho, digamos, mínimas e

poderem vir a concorrer e a ajudar a cidade de Lisboa, a promover habitação para todos aqueles que aqui moram ou que querem aqui passar a morar. -----

----- Portanto, isso é uma condição necessária e decorre da supressão também da transmissão em propriedade plena, que estava no modelo anterior. -----

----- Relativamente, a uma das questões colocadas também, pelo Senhor Deputado Rui Costa, sobre o risco de financiamento dos concessionários se era transferível para o Município. -----

----- Nos termos propostos não vejo como é que possa ser, porque quaisquer flutuações que não decorram diretamente de ações ou omissões contratualmente, omissões em relação ao previsto contratualmente do lado da Câmara, ou que represente a imposições do lado da Câmara, que possam dar origem a desequilíbrios financeiros, e desde que esses sejam demonstráveis, e desde que esses sejam superiores a um determinado nível que tem de ser demonstrado, não há lugar a transferência, desse risco por outras circunstâncias e não ser, como é natural e em contratos que são feitos de boa-fé e de forma justa e equilibrada, em situações de força maior que nos contratos que a administração pública e o Estado faz com privados tem sempre essa ressalva, e em que nessa situação o Município, absorverá uma parte do risco de situações de catástrofe ou de força maior conforme estão qualificadas na Lei e nos próprios contratos. -----

----- Portanto, eram esses os esclarecimentos relativamente às questões que foram colocadas, Senhor Vice-Presidente, se quiser completar.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, muito rapidamente. -----

----- Há uma primeira questão, que eu tenho que, desde já sublinhá-la aqui. -----

----- Nós temos uma das equipas mais competentes que Portugal tem a trabalhar sobre esta matéria, reconhecido por todos, reconhecido pelo Banco Europeu de Investimento, pelos outros municípios, e pelo Estado português que de forma muito clara nos pedem ajuda e nós temos ajudado com essa equipa a desenvolver programas, que também, estão a ser desenhados em moldes idênticos noutras municípios e mesmo o Banco Europeu de Investimento, trabalha com várias equipas a nível europeu, nos tem dito claramente, que nós temos uma das equipas mais competentes que a Portugal tem a trabalhar sobre esta matéria. -----

----- Portanto, um enorme, agradecimento, a esta gente que de forma muito resiliente, contra tudo e contra todos, tem aguentado todos os impropérios, aquilo que também na luta política é normal, mas que é evidente que afeta aqueles que de forma profissional fazem o seu trabalho, obviamente, acreditando que politicamente também para Portugal enquanto portugueses, este é um programa que de forma decisiva é da máxima importância, para termos habitação pública em Portugal, porque, Deputado Ricardo Moreira, as suas intenções podem ser excelentes, mas eu garanto enquanto Vereador das Finanças e temos tido essas conversas noutras sedes, os recursos do Município, apesar de serem os maiores de Portugal, relativamente, àquilo que são os recursos do Município, são escassos para todas as necessidades que sabemos

existirem nas diferentes áreas de intervenção municipal e, nomeadamente na habitação, isso por maioria de razão ainda numa situação em que pelo meio, deste projeto aparece uma pandemia. -----

----- E, portanto, nós sabemos hoje que a valores de hoje, 3.000 casas significa um investimento de cerca de 500 milhões de euros. O Município de Lisboa está a fazer cerca de três por sua iniciativa, bastante mais de três mil casas, e, portanto, eu diria que nós todos, se olharmos com realismo, e se nos esquecermos e tentarmos perceber que o valor mais importante de toda esta política, é o mais rapidamente possível reunimos todos os esforços para conseguirmos disponibilizar casas a todos aqueles, que não tendo capacidade para pagar as rendas neste momento que se praticam em Lisboa, tenham a possibilidade de usufruir de rendas acessíveis. -----

----- É evidente que todos os esforços públicos e privados são necessários, são fundamentais e, portanto, como estamos no mesmo comprimento de onda só nos falta, eu acho, adaptáramos esta mensagem, o próprio Partido Comunista Português, nas suas intervenções tem sublinhado que todos os esforços são poucos, e, portanto, maior alinhamento sobre este ponto de vista, infelizmente, o Bloco de Esquerda, apesar de todos as sessões, ainda não chegou, mas, felizmente, estamos alinhados em muitas outras coisas e, nomeadamente no objetivo, portanto, eu, ao contrário do Deputado Ricardo Moreira, eu acredito que também que ainda vai ser possível, como disse o Senhor Presidente, que o Bloco de Esquerda, reconheça de facto este esforço, que também é um esforço necessário, e só com ele é que vamos conseguir chegar mais rapidamente a este (*inaudível*). -----

----- Também, só uma última palavra, palavras finais para dizer que o Vereador (*inaudível*) eu acho que o PRA cooperativas é uma linha que continuamos a trabalhar ainda infelizmente, ainda não encontramos parcerias financeiras a altura de resolvermos essa matéria, mas continuamos a trabalhar nela a sensibilizar o Governo e as entidades financeiras, para que esta linha também seja possível. -----

----- Já a direita, eu peço desculpa, mas eu, a direita lembrando sobre esta matéria, aliás, esta e outras, mas esta é claramente uma em que nos dá a todos um enorme prazer, porque é, de facto, uma diferença, há uma diferença entre nós, e eu gosto de diferenças, e gosto, nomeadamente como sabem desde os meus primeiros dias como Vereador, sublinhar as diferenças com a direita, e em matéria de habitação há uma diferença radical. Nós não temos dúvidas, é preciso habitação pública, é preciso habitação de iniciativa pública, habitação que está como uma utilização pública e que serve uma política que de intervenção no mercado de habitação. -----

----- A direita não tem esta certeza, aliás, uma parte da direita tem a certeza exatamente do contrário, que é preciso que o mercado funcione, como se o mercado de habitação fosse um mercado normal, que pudéssemos andar com a casa às costas, de um sítio para o outro, como se não houvesse aqui um conjunto de limitações, àquilo que é um funcionamento tradicional das economias de mercado. -----

----- Mas eu acho, que não há, para percebermos bem o que é que é a abordagem da direita sobre este tema, agora que se aproximam as eleições e ficam divididos entre a necessidade de que os municípios têm e, portanto, corresponderem à necessidade

apoiando uma linha, que é a linha de atuação deste executivo sobre a habitação, e a linha da esquerda de uma forma geral, e ficam na dúvida sobre o que devem fazer, se é cumprir aquilo que é a sua matriz ideológica sobre esta matéria ou se devem apoiar as nossas iniciativas.-----

----- Então, eu acho que há uma canção que tem uma letra que se ajusta completamente àquilo que é política da direita sobre este tema, que é o Movimento Perpétuo, que no fundo, diz qualquer coisa como, “*agora sim, cantamos com vontade, agora sim, apoiamos de forma unida a política de habitação, agora sim já ouço a liberdade mulher e o cumprimento da Constituição*”, isto é mais de que o livro evidentemente, “*vamos em frente é esta direção*”, mas passado alguns momentos e à primeira contrariedade, começam então a dizer, “*agora não, que falta um impresso, agora não que o meu pai não quer, agora não que há engarrafamentos, agora vão sem mim que eu vou lá ter.*”-----

----- É, no fundo, o que a direita pensa sobre esta matéria se for possível não me comprometam com isto porque, de facto, a eu não acredito que seja a habitação pública que resolve ou de iniciativa pública que resolve este problema, é o mercado, mas, circunstancialmente preciso dizer que sim que apoio muito estas iniciativas.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Senhor Presidente não tenho mais inscrições.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar à votação, eu chamo à atenção que, quer a Proposta 138, quer a Proposta 139, quer a Proposta 140, têm erros materiais que foram comunicados.”-----

----- Vamos passar à votação do **ponto 6 da parte deliberativa da Proposta n.º 138/CM/2021**. Votos contra: BE, abstenção: CDS-PP, PCP, PEV, PPM e do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor: PS, PSD, PAN, MPT e dos Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, António Avelãs, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **ponto 6 da parte deliberativa da Proposta n.º 138/CM/2021** foi **aprovado por maioria**.-----

----- **(Ausência da Deputada Municipal Independente Joana Alegre nesta votação)**-----

----- **Com a necessária correção dos erros materiais / conformidade legal abaixo transcritos:**-----

----- **No corpo introdutório da parte deliberativa:**-----

----- **Onde consta:**-----

----- (...) “ nas alíneas i) e p) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro ”(....);-----

----- **Deve constar:**-----

----- (...) “ nas alíneas i) e p) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de

12 de setembro "(...). -----

----- **Na alínea a) do ponto 6 da parte deliberativa;** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) "concurso público, com publicidade internacional, adotado ao abrigo dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 19.º, alínea b) e 130.º e seguintes "(...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "concurso público, com publicidade internacional, adotado ao abrigo dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 19.º, **alínea a)** e 130.º e seguintes" (...) -----

----- Vamos passar à votação do **ponto 6 da parte deliberativa da Proposta n.º 139/CM/2021**. Votos contra: BE, abstenção: PSD, CDS-PP, PCP, PEV, MPT, PPM e do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor: PS, PAN e Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, António Avelãs, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rui Costa e Teresa Craveiro. **O ponto 6 da parte deliberativa da Proposta n.º 139/CM/2021 foi aprovado por maioria.** -----

----- **(Ausência da Deputada Municipal Independente Joana Alegre nesta votação)**-----

----- **Com a necessária correção dos erros materiais / conformidade legal abaixo transcritos:** -----

----- **No corpo introdutório da parte deliberativa:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) " nas alíneas i) e p) do n.º 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, "(...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) " nas alíneas i) e p) do n.º 1 do artigo 25º do **Anexo I** da Lei nº 75/2013, "(...). -----

----- **Na alínea a) do ponto 6 da parte deliberativa;** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) "concurso público, com publicidade internacional, adotado ao abrigo dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 19.º, alínea b) e 130.º e seguintes "(...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "concurso público, com publicidade internacional, adotado ao abrigo dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 19.º, **alínea a)** e 130.º e seguintes" (...) -----

----- Vamos passar à votação do **ponto 6 da parte deliberativa da Proposta n.º 140/CM/2021**. Votos contra: BE, abstenção: CDS-PP, PCP, PEV, PPM e do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor: PS, PSD, PAN, MPT e dos Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, António Avelãs, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rui Costa e Teresa Craveiro. **O ponto 6 da parte deliberativa da Proposta n.º 140/CM/2021 foi aprovado por maioria.** -----

----- **(Ausência da Deputada Municipal Independente Joana Alegre nesta votação)**-----

----- **Com a necessária correção dos erros materiais / conformidade legal abaixo transcritos:** -----

----- **No corpo introdutório da parte deliberativa:**-----

----- **Onde consta:**-----

----- (...) " nas alíneas i) e p) do n.º 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, "(...); -----

----- **Deve constar:**-----

----- (...) " nas alíneas i) e p) do n.º 1 do artigo 25º **do Anexo I** da Lei nº 75/2013, "(...). -----

----- **Na alínea a) do ponto 6 da parte deliberativa;**-----

----- **Onde consta:**-----

----- (...) "concurso público, com publicidade internacional, adotado ao abrigo dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 19.º, alínea b) e 130.º e seguintes "(...);-----

----- **Deve constar:**-----

----- (...) "concurso público, com publicidade internacional, adotado ao abrigo dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 19.º, **alínea a)** e 130.º e seguintes "(...).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- "Agora, vamos passar, à Recomendação 144/01, mas eu pergunto à Senhora Deputada Relatora, que votamos apenas o ponto 1"-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)**, no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção:-----

----- "Sim, do que eu entendi o Vereador João Paulo Saraiva, isso para mim é claro, está já comprometido, não faz sentido, alínea b)."-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- "Muito bem já percebi, é mesmo para ficar claro."-----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação 144/01 (1ªCP)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, e dos Deputados (as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, António Avelãs, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rui Costa, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. A Recomendação 144/01 (1ªCP) foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- **(Ausência da Deputada Municipal Independente Joana Alegre nesta votação)**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- "Portanto a Recomendação nº 144/01 da 1ªComissão, que tinha apenas uma alínea, portanto a primeira parte, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Vamos agora à Recomendação 144/02, apresentada por seis Deputados Municipais Independentes, na sua segunda nova versão."-----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação 144/02 (6 DM IND)**. Não há votos contra, abstenção: PCP, BE, PEV, MPT, PPM e do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, PAN e dos Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, António Avelãs, José Alberto

Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rui Costa e Teresa Craveiro. A Recomendação 144/02 (6 DM IND) foi aprovada por maioria.-- Ausência da Deputada Municipal Independente Joana Alegre nesta votação) -----

----- PONTO 3. APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS; 1,5 X GRELHA BASE - 56 MINUTOS E 15 SEGUNDOS: -----

----- 3.1. APRECIACÃO DO PONTO 7 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 182/CM/2021 - ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, PARA OS ANOS DE 2021, 2022 E 2023, NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO PARA A “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA EDIFÍCIOS MUNICIPAIS E ESCOLAS AO ABRIGO DO PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA” E AUTORIZAÇÃO PARA QUE, SEM ULTRAPASSAR O MONTANTE GLOBAL INDICADO OU O ANO DO TERMO DOS CONTRATOS, SE POSSAM FAZER ALTERAÇÕES AOS VALORES ANUAIS PREVISTOS, EM FUNÇÃO DA EFETIVA EXECUÇÃO FINANCEIRA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL; -----

----- (A Proposta nº 182/CM/2021 fica anexada à presente Ata, como Anexo VII e dela faz parte integrante)-----

----- PONTO 3.2. APRECIACÃO DO PONTO 1 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 184/CM/2021 - ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, PARA OS ANOS DE 2021 E 2022, NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NAS MODALIDADES DE CONFEÇÃO NO LOCAL E TRANSPORTADAS PARA ESCOLAS BÁSICAS INTEGRADAS, ESCOLAS BÁSICAS DOS 2.º E 3.º CICLOS E ESCOLAS SECUNDÁRIAS DA REDE PÚBLICA DA CIDADE DE LISBOA, AO ABRIGO DO ACORDO-QUADRO PROMOVIDO PELA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, INCLUINDO A AUTORIZAÇÃO DA SUA FLEXIBILIDADE ENTRE ANOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, NA REDAÇÃO ATUAL; -----

----- (A Proposta nº 184/CM/2021 fica anexada à presente Ata, como Anexo VIII e dela faz parte integrante)-----

----- PONTO 3.3. APRECIACÃO DO PONTO 3 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 208/CM/2021 - ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANAL, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA OS ANOS DE 2021 E 2022, COM VISTA À ORGANIZAÇÃO, EM 2022, DO EVENTO WORLD GYM FOR LIFE CHALLENGE PELA FEDERAÇÃO

DE GINÁSTICA DE PORTUGAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, NA REDAÇÃO ATUAL; -----

----- (A Proposta nº 208/CM/2021 fica anexada à presente Ata, como Anexo IX e dela faz parte integrante)-----

PONTO 3.4. APRECIACÃO DA PROPOSTA 224/CM/2021 - ALTERAÇÃO DAS REPARTIÇÕES DE ENCARGOS E DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA OS ANOS DE 2020, 2021, 2022 E 2023, DAS INTERVENÇÕES PREVISTAS NO 1.º ADITAMENTO AO 2.º CONTRATO DE MANDATO DO PROGRAMA CENTROS DE SAÚDE E OUTROS EQUIPAMENTOS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A LISBOA OCIDENTAL SRU, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO E NO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, NA REDAÇÃO ATUAL.-----

----- (A Proposta nº 224/CM/2021 fica anexada à presente Ata, como Anexo X e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos agora à apreciação conjunta das seguintes propostas de compromissos plurianuais, com a consequente repartição de encargos.-----

----- O ponto 7 da parte deliberativa da Proposta 182/CM/2021, “Assunção de compromisso plurianual, com a consequente repartição de encargos, para os anos de 2021, 2022 e 2023, no âmbito do procedimento para “Aquisição de Serviços de Limpeza e Higiene para Edifícios Municipais e Escolas ao abrigo do processo de descentralização administrativa”, com os erros materiais que foram comunicados e corrigidos.-----

----- O ponto 1 da parte deliberativa da Proposta 184/CM/2021, Assunção de compromisso plurianual, com a consequente repartição de encargos, para os anos de 2021 e 2022, no âmbito do procedimento para o fornecimento de refeições nas modalidades de confeção no local e transportadas para as escolas básicas integradas, escolas básicas dos 2º e 3º Ciclos e escolas secundárias da rede pública da cidade de Lisboa, que tem os erros materiais que foram comunicados.-----

----- O ponto 3 da parte deliberativa da Proposta 208/CM/2021, Assunção do compromisso plurianual, com a consequente repartição de encargos para os anos de 2021 e 2022, com vista à organização, em 2022, do *Evento World Gym for Life Challenge*, pela Federação de Ginástica de Portugal, e a Proposta 224/CM/2021, Alteração das repartições de encargos e dos compromissos plurianuais, para os anos de 2020, 2021, 2022 e 2023, das intervenções previstas, no 1º Aditamento ao 2º Contrato do Programa Centros de Saúde e Outros equipamentos celebrado entre o

Município de Lisboa e a Lisboa Ocidental SRU, portanto, estão em discussão, não sei se a Câmara os quer apresentar?-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, só tenho a inscrição do Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Então dê a palavra ao Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, eu prescindo.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Então vamos passar à votação, uma a uma, como compete.”-----

----- Vamos passar à votação do **ponto 7 da parte deliberativa da Proposta n.º 182/CM/2021**. Não há votos contra, abstenção: BE, PAN e do Deputado Municipal Independente Rui Costa, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, PCP, PEV, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, António Avelãs, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. O **ponto 7 da parte deliberativa da Proposta n.º 182/CM/2021 foi aprovado por maioria**.-----

----- (Ausência da Deputada Municipal Independente Joana Alegre nesta votação)-----

----- Com a necessária correção dos erros materiais / conformidade legal abaixo transcritos:-----

----- No ponto 7 da parte deliberativa:-----

----- Onde consta:-----

----- (...) "*Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, "(...);*-----

----- Deve constar:-----

----- (...) "*Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, "(...).*-----

----- Nos quadros que constam do considerando XXVIII e no ponto 7 da parte deliberativa:-----

----- **Lote 8:**-----

----- No total da coluna C/IVA:-----

----- Onde consta:-----

----- (...) "*2 072 011.69 €*"(...);-----

----- Deve constar:-----

----- (...) "*2 072 011.68 €*"(...).-----

----- **Lote 9:**-----

----- Nas linhas correspondentes aos anos económicos de 2022 e 2023, na coluna C/IVA: -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) " 543 034.48 €"(...);-----

----- **Deve constar: (...)** -----

----- " 543 034.47 €"(...).-----

----- **No total da coluna C/IVA:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) " 1 629 103.43 €"(...);-----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "1 629 103.41 €"(...).-----

----- **Lote 12 - Loja do Cidadão Saldanha:** -----

----- Nas linhas correspondentes aos anos económicos de 2022 e 2023 -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) " C/IVA: 235 513.89 €"(...);-----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) " C/IVA: 235 513.88 €"(...).-----

----- **No total da coluna C/IVA:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) " 706 541.66 €"(...);-----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) " 706 541.65 €"(...).-----

----- **Lote 14:** -----

----- **Na linha do ano económico de 2021:**-----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) " 2021: S/IVA:81 146.25 € IVA 23%: 18 663.64 € C/IVA: 99 809.89 €"(...);-----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) " 2021: S/IVA:81 146.24 € IVA 23%: 18 663.64 € C/IVA: 99 809.88 €"(...).-----

----- **Na linha do total:**-----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) " 3 593 155,95 €"(...);-----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) " 3 593 155.94 €"(...).-----

----- Vamos passar à votação do **ponto 1 da parte deliberativa da Proposta n.º 184/CM/2021**. Não há votos contra, abstenção: PCP, Deputado Municipal Independente Rui Costa, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, António Avelãs, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. O **ponto 1 da parte deliberativa da Proposta n.º 184/CM/2021** foi **aprovado por maioria**.-----

----- **(Ausência das Deputadas Municipais Independentes Joana Alegre e Patrícia Gonçalves nesta votação)** -----

----- **(O Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE) não participou na apreciação e votação desta Proposta por ter solicitado escusa)** -----

----- Vamos passar à votação do **ponto 3 da parte deliberativa da Proposta n.º 208/CM/2021**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, e dos Deputados (as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, António Avelãs, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rui Costa, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. **O ponto 3 da parte deliberativa da Proposta n.º 208/CM/2021 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **(Ausência das Deputadas Independentes Joana Alegre e Patrícia Gonçalves)**-

----- **Com a necessária correção do erro material /conformidade legal abaixo transcrito:** -----

----- **No ponto 3 da parte deliberativa:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) " 3. Submeter à Assembleia Municipal "(...)"a 2022, ao abrigo da deliberação n.º 384/AML/2020, tomada sobre a Proposta n.º 791/CM/2020, publicada no 4.º Suplemento ao BM n.º 1402 de 30 de dezembro 2020, de acordo com o considerando n.º 8.3, dado que os encargos excedem o limite de € 100.000,00 (cem mil euros);" (...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) " 3. Submeter à Assembleia Municipal "(...)" a 2022, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação atual, uma vez que os encargos excedem o limite de € 100.000,00 (cem mil euros) previsto na deliberação n.º 384/AML/2020, tomada sobre a Proposta n.º 791/CM/2020, publicada no 4.º e 8º Suplemento ao BM n.º 1402 de 30 de dezembro 2020; "(...). -----

----- Vamos passar à **da Proposta n.º 224/CM/2021**. Votos contra: CDS-PP, PCP, PAN, PEV, MPT, PPM e do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, abstenção: PSD, BE e dos Deputados Municipais Independentes Paulo Muacho e Raul Santos, votos a favor: PS, Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, António Avelãs, José Alberto Franco, Miguel Graça, Rui Costa e Teresa Craveiro. **A Proposta n.º 224/CM/2021 foi aprovada por maioria.** -----

----- **(Ausência das Deputadas Municipais Independentes Joana Alegre e Patrícia Gonçalves)**-----

----- **Com a necessária correção dos erros materiais /conformidade legal abaixo transcritos:** -----

----- **Nos considerandos I e III:**-----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) " publicada no Boletim Municipal"(...);-----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) " publicada no 4º Suplemento ao Boletim Municipal "(...).-----

----- **No Quadro que consta do considerando V:** -----

----- **Na primeira coluna relativa ao cabeçalho:**-----

----- **Onde consta:** -----
----- *Repartição Encargos Inicial* -----
----- **Deve constar:** -----
----- *Repartição Encargos - 1º Aditamento* -----
----- **No Quadro que consta do considerando V:** -----
----- **Inserir uma linha entre o cabeçalho e o ano de 2021, para colocar os montantes de 2020.** -----
----- **Na coluna da Repartição Encargos - 1º Aditamento:** -----
----- **Deve constar:** -----
----- **2020: € 464.732,00** -----
----- **Na coluna da Nova Repartição de Encargos:** -----
----- **Deve constar:** -----
----- **2020: € 131 298,46** -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhores Deputados, chegámos ao fim da nossa ordem de trabalhos, eu queria agradecer a todos a vossa gentileza e simpatia, e realmente foi um prazer passar esta tarde convosco. -----
----- Muito obrigado a todos” -----
----- A sessão terminou, eram dezanove horas e trinta minutos. -----
----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017. -----
----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da então Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017. -----
----- O PRESIDENTE -----